

Diagnóstico da agricultura familiar no Médio Mearim, Maranhão

caracterização, infraestrutura, serviços
e acesso a políticas públicas



***Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão***

DOCUMENTOS 457

Diagnóstico da agricultura familiar no Médio Mearim, Maranhão

**caracterização, infraestrutura, serviços
e acesso a políticas públicas**

*Roberto Porro
Dawanne Lima Gomes*

***Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2021***

Disponível no endereço eletrônico:
<https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/publicacoes>

Embrapa Amazônia Oriental
Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n
CEP 66095-903, Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Comitê Local de Publicação

Presidente
Bruno Giovany de Maria

Secretária-Executiva
Luciana Gatto Brito

Membros
Alexandre Mehl Lunz, Alfredo Kingo Oyama Homma, Alysson Roberto Baizi e Silva, Andréa Liliane Pereira da Silva, Joao Paulo Lima Castanheira Both, Laura Figueiredo Abreu, Luciana Serra da Silva Mota, Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana

Supervisão editorial e revisão de texto
Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana

Normalização bibliográfica
Andréa Liliane Pereira da Silva

Projeto gráfico da coleção
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Tratamento de ilustrações e fotografias e
editoração eletrônica
Vitor Trindade Lôbo

Foto da capa: o casal Josimar Araújo e
Francisca Maciel, com o filho Miguel, povoado
Mangueira, Lima Campos, MA.
Aline Nascimento

1ª edição
Publicação digitalizada (2021)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Oriental

Porro, Roberto.

Diagnóstico da agricultura familiar no Médio Mearim, Maranhão: caracterização,
infraestrutura, serviços e acesso a políticas públicas / Roberto Porro, Dawanne
Lima Gomes. – Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2021.

140 p. ; 16 cm x 22 cm. – (Documentos / Embrapa Amazônia Oriental, ISSN
1517-2201; 457).

1. Agricultura familiar. 2. Diagnóstico. 3. Extrativismo sustentável. 4.
Agroextrativismo. 5. Maranhão. I. Gomes, Dawanne Lima. II. Título. III. Embrapa
Amazônia Oriental. IV. Série.

CDD 21 ed. 630.5

Andréa Liliane Pereira da Silva (CRB-2/1166)

© Embrapa, 2021

Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural,
pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Dawanne Lima Gomes

Engenheira-agrônoma, consultora independente, Belém, PA

Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a produção do Diagnóstico da Agricultura Familiar no Médio Mearim, Maranhão.

Em particular, manifestamos nossa gratidão pela atuação dos diretores e técnicos da Assema que, desde a concepção do projeto, apoiaram integralmente sua realização.

Sinceros agradecimentos à equipe que, durante o segundo semestre de 2017, dedicou tempo integral na coleta de dados junto às famílias agroextrativistas do Médio Mearim. Ronaldo Carneiro de Sousa coordenou a equipe de entrevistadores, composta por Elaine Delfino Rodrigues, Elza Silva de Souza, Gilvan da Silva Costa, José Moura de Sousa, Ronaldo Carlos de Lima e Thays Lanna Ferreira.

Jonas Freitas de Oliveira, bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contribuiu com a elaboração de tabelas derivadas do Censo Agropecuário de 2017.

A concretização do Diagnóstico da Agricultura Familiar no Médio Mearim, Maranhão, não teria sido possível sem a colaboração das 1.025 famílias agroextrativistas em 207 comunidades rurais de 18 municípios, que compartilharam conosco valiosas informações sobre seus meios de vida.

Esperamos, sinceramente, que as publicações geradas a partir destas informações contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar não apenas dos entrevistados, como das centenas de comunidades agroextrativistas no estado do Maranhão, a quem esta obra é dedicada.

Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, uma série de atividades têm sido desenvolvidas no âmbito deste projeto, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

A série de volumes iniciada por esta obra, realizada em conjunto pela Embrapa Amazônia Oriental e a Assema, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades da Embrapa no projeto Bem Diverso em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. A publicação é a primeira de uma série que traz análises relevantes elaboradas a partir da sistematização de um diagnóstico realizado em mais de mil estabelecimentos rurais, sobre as múltiplas dimensões que caracterizam os meios de vida de agricultores e agricultoras familiares do referido território.

A diversidade de aspectos analisados mostra que estabelecer parcerias como esta valoriza o trabalho de milhares de famílias agroextrativistas e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, valorizando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e o conhecimento científico em um só compasso.

Adriano Venturieri

Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Sumário

Introdução	11
Metodologia	14
Domicílios entrevistados no universo da agricultura familiar do Médio Mearim	19
Características dos domicílios: informações sobre as famílias residentes ..	26
Idade	27
Escolaridade	35
Identificação étnica, cor ou raça	44
Pessoas residentes e que trabalham	53
Responsável pelo domicílio	57
Religião	63
Local de origem dos responsáveis pelo domicílio	66
Infraestrutura e serviços nos estabelecimentos rurais	68
Distância à cidade	69
Acesso à energia elétrica, água encanada, telefone e internet	74
Distância a postos de saúde e escolas e grau de ensino oferecido	77

Acesso a políticas públicas	84
Programa Bolsa Família	89
Aposentadoria Rural e Benefício de Prestação Continuada	91
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	93
Assistência Técnica e Extensão Rural	98
Programa de Aquisição de Alimentos	104
Programa Nacional de Alimentação Escolar	106
Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade	107
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	108
Programa Nacional de Habitação Rural	110
Programa Garantia Safra	111
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais	112
Programa Nacional de Crédito Fundiário	113
Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais	115
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	116
Seguro da Agricultura Familiar	117
Crises vivenciadas pelas famílias	119
Referências	135

Introdução

O Maranhão é o estado brasileiro que apresenta o maior índice de população rural: 38% em 2010, enquanto a média nacional foi de 16% (IBGE, 2010). A população rural do Maranhão constitui-se predominantemente por produtores como Francilene e Antônio Adão (Figura 1) que praticam a agricultura tradicional, a criação animal e o extrativismo vegetal. O Médio Mearim se destaca no Maranhão como um dos territórios de maior expressão desta população camponesa. O território encontra-se em uma zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, onde, nas últimas cinco décadas, verificaram-se mudanças significativas no uso de seus recursos naturais. Ao longo dos anos, as paisagens predominantes do Médio Mearim, inicialmente florestas primárias, transformaram-se em florestas secundárias dominadas pela palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), e destas para pastagens contendo as mesmas palmeiras em várias densidades.



Foto: Aline Nascimento

Figura 1. Francilene Silva Jansen e Antônio Adão Magalhães, povoado de São João da Mata, município de Lago dos Rodrigues, MA.

Mais de 130 mil pessoas vivem hoje na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. A palmeira babaçu passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas aéreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Nas décadas de 1970 e 1980, um processo intenso de concentração fundiária antagonizou fazendeiros e posseiros em conflitos associados à derrubada de babaçuais para a formação de pastagens. Desde então, comunidades lideradas principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que coletam e processam o coco-babaçu, se organizaram em movimentos sociais defendendo o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

Organizadas em comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica e sindicatos de trabalhadores rurais, as famílias camponesas foram protagonistas em diversas conquistas que resultaram em seu acesso à terra por meio da desapropriação de inúmeras fazendas no Médio Mearim (Porro, 2005; Porro; Porro, 2014, 2020a). Milhares de camponeses passaram à condição de agricultores familiares “assentados”, em terras por eles já ocupadas, por vezes, há gerações. Contudo, os indicadores sociais do estado permanecem entre os mais baixos do País. Em 2014, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional médio era 0,761, o do Maranhão limitava-se a 0,678, o terceiro pior do País (Radar IDHM, 2016). Em 2016, o estado apresentava o maior nível de extrema pobreza (52,4%) e a terceira maior taxa de jovens entre 16 e 29 anos de idade que não estudavam nem estavam ocupados (33,3%) (IBGE, 2017).

Decorridas três décadas do início da recuperação do direito camponês à terra e recursos naturais no Médio Mearim, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), fundada em 1989 e dirigida por agricultores familiares e quebradeiras de coco-babaçu, é considerada organização de base inovadora na ênfase da estreita articulação entre lideranças para mobilização social e profissionais contratados para prestação de serviços de assessoria técnica, econômica e política, estimulando sistemas cooperativistas e associativos. Atuando em 18 municípios do Médio Mearim, a Assema implementa inúmeras ações visando a consolidação do modo de vida de um campesinato fortalecido.

Sob os auspícios de uma forte mobilização social que já completou três décadas, tal ocorre por meio de atividades que valorizam o conhecimento tradicional e incentivam formas renovadas de expressão da agência e iniciativa local, por meio de configurações sociais com expressiva participação de jovens que, mesmo deparando-se com determinantes estruturais, tomam decisões visando assegurar a continuidade do acesso à terra e meios de produção para agricultores familiares constituintes do campesinato no Médio Mearim maranhense.

Para contribuir com o delineamento de suas ações futuras, assim como, e principalmente, subsidiar programas e políticas públicas voltadas ao bem-estar dos agricultores familiares no Médio Mearim, no segundo semestre de 2017, a Assema propôs a realização de um estudo detalhado que buscasse compreender a diversidade de situações socioeconômicas vivenciadas em 18 municípios do território. Conforme será detalhado na seção metodológica, entrevistas foram conduzidas em mais de mil domicílios de 207 comunidades rurais. Após serem sistematizados e analisados, os resultados dessas entrevistas passam a ser publicados em uma coleção que se inicia com o presente volume. Nesta publicação são apresentadas as características dos domicílios, a infraestrutura disponível, o acesso a políticas públicas e a percepção das crises vivenciadas por agricultores familiares do Médio Mearim. Volumes subsequentes terão como foco características dos sistemas agropecuários e práticas de cultivo adotadas, extrativismo do babaçu, consumo e segurança alimentar, situação fundiária e de uso da terra, e avaliação de renda e riqueza (patrimônio) dos domicílios. Integrado aos demais volumes da coleção, as informações contidas nesta obra em muito contribuirão para a correta compreensão das condições e situações de vida deste relevante segmento social, e assim contribuir efetivamente para um sistema de inovação que não se restringe à pesquisa, pois considera não apenas o fator conhecimento, mas também os fatores que afetam o sujeito do conhecimento e o uso adequado desse conhecimento, preocupando-se com a totalidade dos atores e a interação entre eles (Porro; Porro, 2020b).

Metodologia

A microrregião geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Médio Mearim (MG-MM) inclui 20 municípios. Já o Território da Cidadania do Médio Mearim (TC-MM), estabelecido em 2009 pelo governo federal, compreende 16 municípios, três dos quais não fazem parte da MG-MM. São, portanto, 13 os municípios incluídos tanto na MG-MM como no TC-MM. Os dados analisados nesta publicação foram coletados a partir de diagnóstico socioeconômico, cujo questionário estruturado foi aplicado a 1.025 domicílios em 18 municípios da área de atuação da Assema, que compreende os 16 municípios do TC-MM, acrescidos dos municípios de Alto Alegre do Maranhão e Peritoró, que também não fazem parte da MG-MM (Figura 2).

Vale destacar que o diagnóstico foi aplicado em inúmeros povoados que, de acordo com o IBGE, situam-se no município de Bacabal (não incluído no estudo), mas que estão de fato vinculados ao município de São Luís Gonzaga do Maranhão, por meio do qual recebem todos os serviços públicos.

Neste estudo, utilizou-se o domicílio rural como unidade de análise e não o estabelecimento agropecuário. Para a estratificação da amostra, considerou-se, a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a importância relativa, em cada município, do número de estabelecimentos da agricultura familiar e daqueles nos quais registrava-se o extrativismo do babaçu. Por meio da utilização dessas duas variáveis, às quais foram atribuídos pesos iguais, estabeleceu-se a quantidade prevista de domicílios a serem entrevistados por município, com pequenos ajustes na composição final para a totalização dos 1.025 domicílios. Esse total corresponde a cerca de 3% dos domicílios rurais (IBGE, 2010) e a 5,5% dos estabelecimentos agropecuários da área de estudo (IBGE, 2006).

Uma vez definido o número de entrevistas em cada município, a identificação das localidades (povoados ou comunidades) nas quais seriam realizadas as visitas deu-se por meio de consulta junto a dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, assim como diretores da Assema. Considerando a busca por heterogeneidade, o número de domicílios de cada localidade foi limitado a um máximo de dez, o que resultou em um total de 207 localidades visitadas.

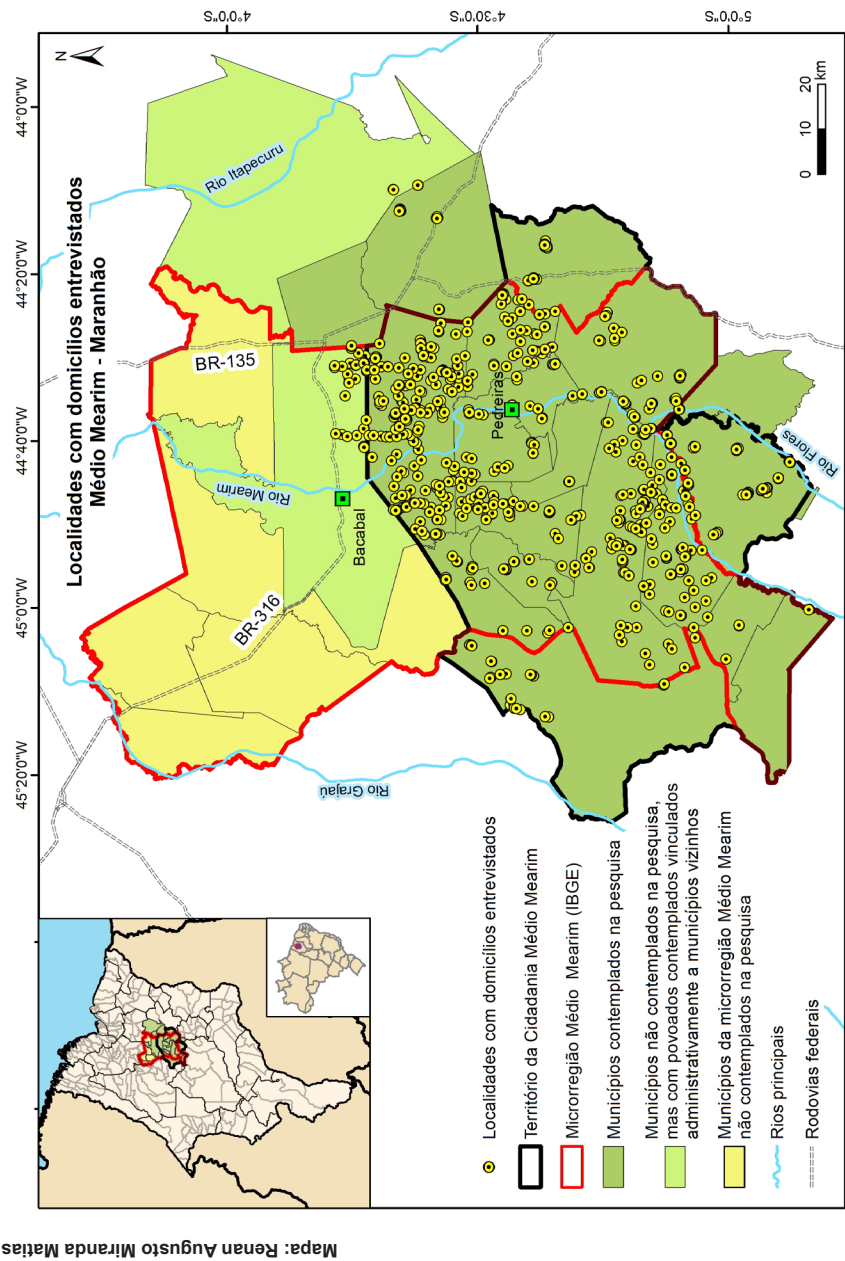


Figura 2. Municípios do Médio Mearim, Maranhão.

Uma equipe de seis entrevistadores (técnicos de nível médio ou universitários) recebeu treinamento para a aplicação do instrumento de pesquisa, e as entrevistas ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2017. Do total de 1.025 entrevistas, 32,5% foram respondidas por homens, 28% por mulheres, e 39,5% pelo casal, tendo os entrevistadores recebido orientação para, sempre que possível, realizar a entrevista com a presença dos dois cônjuges. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram registrados diretamente em dispositivos móveis (tablets com sistema operacional Windows) nos quais havia sido previamente instalado um sistema (aplicativo) especialmente desenvolvido para esta pesquisa, com tecnologias Apache/PHP para leitura e interpretação do código fonte e MySQL para persistência dos dados. A estrutura do questionário, desenvolvida em plataforma web, sincronizada nos tablets, permitiu o preenchimento off-line dos dados coletados nas entrevistas e, posteriormente, sua submissão ao servidor.

Após a conclusão das entrevistas, os dados foram objeto de exaustiva revisão, para em seguida serem consolidados em arquivos .txt e exportados para o programa estatístico STATA 14.0, no qual procederam-se as análises. Um conjunto de variáveis independentes foi definido, de forma que a variação dos resultados pudesse ser analisada conforme grupos ou classes, geradas com base nestas. Em diversas seções desta publicação, os resultados do diagnóstico serão, portanto, apresentados inicialmente para o universo da amostra de entrevistados, seguido de uma análise comparativa tomando por base as variáveis discriminantes, relacionadas a seguir:

- Características do domicílio: faixa de idade; escolaridade; identificação étnica do responsável.
- Características do estabelecimento: categoria fundiária; área total.
- Estratificação econômica: renda mensal; gasto mensal; riqueza (patrimônio).
- Atividade econômica: tamanho de roçado cultivado; dependência dos produtos do babaçu; fruteiras em produção no quintal; uso de adubo orgânico.
- Acesso a políticas sociais: recebe aposentadoria ou benefício; recebe Bolsa Família.

Na Tabela 1, são apresentados detalhes da composição destas variáveis discriminantes.

Tabela 1. Variáveis discriminantes utilizadas nas análises desta publicação.

Variável	Especificação	Valores / classes
Idade	faixa de idade da pessoa responsável pelo domicílio	< 25 anos 25 a menos de 35 35 a menos de 45 45 a menos de 55 55 a menos de 65 > 65 anos
Escolaridade	grau de escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio	nunca frequentou alfabetização antigo primário fundamental (ginasial) médio, técnico (2º grau) superior: graduação pós-graduação não se aplica
Identificação étnica	cor ou raça declarada pela pessoa responsável pelo domicílio	branco preto amarelo pardo indígena
Categoria fundiária	classificação da categoria fundiária do estabelecimento pelo responsável	propriedade particular assentamento território quilombola posse não regularizada outro
Área	área do estabelecimento em hectares	0 ha–5 ha 5,1 ha–20 ha 20,1 ha–40 ha 40,1 ha–400 ha
Renda mensal	renda média mensal do domicílio, em salários mínimos, calculada a partir da soma de 54 fontes de renda monetária informadas terem sido recebidas pelos responsáveis nos 12 meses anteriores	até 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimos 2 a 3 salários mínimos > 3 salários mínimos
Gasto mensal (consumo)	valor médio mensal calculado a partir do reportado pelo responsável do estabelecimento para as seguintes despesas, realizadas no mês anterior a entrevista: alimentação, vestuário, saúde, educação, eletricidade, transporte, higiene e cosméticos, mão de obra	< R\$ 750 R\$ 751–1.500 R\$ 1.501–2.500 > R\$ 2.500
Riqueza (patrimônio ou bens do domicílio)	valor total da soma de: bens de consumo, bens produtivos, infraestrutura produtiva, rebanho animal, árvores fruteiras em produção, residência	R\$ 0–6.000 R\$ 6.001–12.000 R\$ 12.001–18.000 R\$ 18.001–172.000
Tamanho de roçado	área de roçado anual tradicional cultivada pelo domicílio (em linhas: 1 linha = 0, 32 ha)	0 0,01–1,5 linhas 1,51–3 linhas 3,1–6 linhas > 6 linhas

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Variável	Especificação	Valores / classes
Dependência dos produtos do babaçu	Valor total anual recebido pelo domicílio a partir da comercialização de produtos derivados do babaçu	muito baixa: R\$ 0 a 120 baixa: R\$ 120 a 1.200 média: R\$ 1.201 a 2.400 alta: R\$ 2.401 a 4.800 muito alta: > R\$ 4.800
Fruteiras em produção	número de árvores fruteiras em produção no quintal do domicílio	0 1–10 11–25 26–50 > 50
Adubação orgânica	domicílio utiliza adubo orgânico	sim, não
Aposentadoria ou benefício	domicílio recebe aposentadoria ou benefício do INSS	sim, não
Bolsa Família	domicílio recebe benefício do Bolsa Família	sim, não

A apresentação e análise dos dados inclui, além dos resultados do diagnóstico de campo, um panorama amplo sobre a realidade rural do Médio Mearim, fornecido por meio de estatísticas oficiais referentes aos municípios nos quais foi conduzido. Portanto, em diversas seções da publicação, são agregadas tabelas e gráficos elaborados a partir dos dados recém-divulgados do Censo Agropecuário de 2017 (e, em alguns casos, sua comparação com o observado no censo anterior, de 2006). Tais estatísticas incluem dados demográficos, número de estabelecimentos agropecuários e o detalhamento destes com base em grupos de idade, classes de escolaridade e identificação étnica dos responsáveis. São ainda apresentadas estatísticas relativas à situação dos estabelecimentos rurais, no que concerne ao recebimento de assistência técnica, utilização de financiamento, existência de energia elétrica, telefone e internet no estabelecimento. Os dados são apresentados para 18 municípios do Médio Mearim, para a soma destes, o estado e o País.

Embora o instrumento utilizado contenha diversas sessões, relacionadas a demografia, consumo, bens, renda, uso da terra e atividades econômicas do domicílio, este volume, após contextualizar a área de estudo no Médio Mearim, focaliza características dos domicílios e estabelecimentos, acesso a infraestrutura e políticas públicas e crises reportadas pelos entrevistados.

Domicílios entrevistados no universo da agricultura familiar do Médio Mearim

A estratificação da amostra foi baseada em dados do Censo Demográfico de 2010, utilizado para definir o número de domicílios rurais em cada município, e no quantitativo de estabelecimentos rurais definidos pelo Censo Agropecuário de 2006, uma vez que durante o período de realização desta pesquisa ainda se aplicavam em campo as entrevistas para o Censo Agropecuário de 2017. O número de pessoas por domicílio foi calculado a partir da população e número de domicílios rurais registrados pelo Censo Demográfico de 2010. A definição do número de domicílios, como o de dona Filisbela Pereira Lima (Figura 3), a serem entrevistados em cada município, levou em consideração a importância relativa do número de estabelecimentos da agricultura familiar, e do número de estabelecimentos nos quais ocorria o extrativismo do babaçu, conforme apresentado na Tabela 2.



Foto: Aline Nascimento

Figura 3. Dona Filisbela Pereira Lima com o filho Geovane e sua família, povoado Lago do Sigismundo, município de Esperantinópolis, MA.

Tabela 2. População rural, estimativa de domicílios rurais, estabelecimentos da agricultura familiar e com ocorrência de extrativismo do babaçu e definição da amostra de entrevistados por município do Médio Mearim.

Município	População rural 2010	Pessoas/ domicílio	Domicílios rurais	Estabelecimentos agricultura familiar		Estabelecimentos extraindo babaçu		Domicílios na amostra	
				total	%	total	%	previsto	efetivo
Alto Alegre do Maranhão	5.225	4,2	1.242	218	1,2	70	0,8	11	9
Bernardo do Mearim	3.672	4,0	916	460	2,5	278	3,1	28	26
Capinzal do Norte	5.088	3,7	1.370	756	4,1	229	2,6	33	42
Esperantinópolis	8.417	3,8	2.193	1.046	5,6	504	5,6	56	64
Igarapé Grande	4.377	3,9	1.132	946	5,1	596	6,7	58	67
Joselândia	9.473	3,9	2.402	2.088	11,2	1.016	11,4	113	115
Lago da Pedra	16.037	4,0	3.980	1.935	10,4	217	2,4	64	59
Lago do Junco	6.816	4,1	1.647	790	4,3	616	6,9	55	71
Lago dos Rodrigues	2.945	3,8	779	449	2,4	300	3,4	29	43
Lima Campos	4.630	3,6	1.292	754	4,1	386	4,3	42	47
Pedreiras	6.511	3,7	1.756	1.217	6,5	590	6,6	66	60
Peritoró	13.449	3,8	3.547	765	4,1	109	1,2	27	41
Poção de Pedras	11.330	3,7	3.050	1.304	7,0	783	8,8	79	84
Santo Antônio dos Lopes	8.556	3,8	2.223	2.328	12,5	1.216	13,6	131	99
São Luís Gonzaga do Maranhão	12.257	3,9	3.180	2.322	12,5	1.680	18,8	156	147
São Raimundo	4.359	4,4	999	243	1,3	1	0,0	7	6
São Roberto	3.112	4,5	687	485	2,6	2	0,0	13	10
Trizidela do Vale	2.783	3,7	749	477	2,6	346	3,9	32	35
Médio Mearim	129.037	3,9	33.144	18.583	100,0	8.939	100,0	1.000	1.025

Fonte: IBGE (2006, 2010); Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Uma vez divulgadas as estimativas populacionais para 2019 e os resultados do Censo Agropecuário de 2017, tornou-se possível contextualizar a dimensão da amostra de entrevistados por município em relação ao total atualizado da população rural e de estabelecimentos agropecuários. Conforme apresentado na Tabela 3, a população total estimada nos municípios abrangidos pelo diagnóstico é superior a 318 mil habitantes, dos quais mais de 131 mil, cerca de 41,3%, viviam na zona rural em 2019. Esse índice em muito supera a média nacional (15,6%) e é significativamente maior que o observado no estado do Maranhão (36,9%), onde observa-se a menor taxa de urbanização do País. Destaca-se que um terço dos municípios focalizados apresentaram população rural superior a 60%. A tabela também mostra que a densidade demográfica total dos 18 municípios é próxima a 34 hab./km², com extremos de 12 hab./km² (São Raimundo) e 150 hab./km² (Pedreiras). Ao analisar a densidade demográfica rural, os municípios estudados apresentaram um índice de cerca 14 hab./km², mais do que o triplo da média nacional (3,9) e quase o dobro do apresentado no estado do Maranhão (7,9).

A Tabela 4 indica significativa redução no número de estabelecimentos rurais ocorrida em 2017 na maior parte dos 18 municípios do Médio Mearim focalizados nessa pesquisa. Em 2017, o número total de estabelecimentos nesses municípios correspondia a 79% do total de estabelecimentos reportados no Censo de 2006, índice próximo ao observado no estado do Maranhão (77%), mas inferior ao do País (98%). Observa-se que o número de estabelecimentos considerados no universo da agricultura familiar, nesses 18 municípios, foi reduzido em praticamente 5 mil unidades, caindo de 18.817 (2006) para 13.883 (2017). Tal redução representou 24% do número de estabelecimentos observados em 2006, sendo também verificada para o estado do Maranhão (28%) e no País como um todo (11%).

Tabela 3. Estimativas de população total, urbana e rural, e densidade demográfica, municípios do Médio Mearim, 2019.

Município	Área (km ²)	População total 2019	Estimativa de população urbana 2019	Estimativa de população rural 2019	Porcentagem população rural 2010	Habitantes/km ² 2019	Habitantes rurais/km ² 2019
Alto Alegre do Mara- nhão	383,31	27.053	21.307	5.746	21,24	70,6	15,0
Bernardo do Mearim	248,69	6.043	2.342	3.701	61,24	24,3	14,9
Capinzal do Norte	590,53	10.934	5.734	5.200	47,56	18,5	8,8
Esperantinópolis	452,44	17.241	9.376	7.865	45,62	38,1	17,4
Igarapé Grande	374,25	11.320	6.833	4.487	39,64	30,2	12,0
Joselândia	703,51	16.168	6.244	9.924	61,38	23,0	14,1
Lago da Pedra	1.240,44	50.266	32.773	17.493	34,80	40,5	14,1
Lago do Junco	328,53	10.840	3.953	6.887	63,53	33,0	21,0
Lago dos Rodrigues	220,78	8.873	5.520	3.353	37,79	40,2	15,2
Lima Campos	321,93	11.893	7.073	4.820	40,53	36,9	15,0
Pedreiras	261,72	39.229	32.752	6.477	16,51	149,9	24,7
Peritoró	824,73	23.196	8.480	14.716	63,44	28,1	17,8
Poção de Pedras	990,42	17.873	7.598	10.275	57,49	18,0	10,4
Santo Antônio dos Lopes	770,92	14.528	5.829	8.699	59,88	18,8	11,3
São Luís Gonzaga do Maranhão	909,16	18.856	7.388	11.468	60,82	20,7	12,6
São Raimundo	419,35	5.237	1.488	3.749	71,58	12,5	8,9
São Roberto	227,46	6.719	3.209	3.510	52,24	29,5	15,4
Trizidela do Vale	262,42	21.998	18.769	3.229	14,68	83,8	12,3
Médio Mearim	9.530,59	318.267	186.668	131.599	41,35	33,4	13,8
Maranhão	331.936,90	7.075.181	4.463.024	2.612.157	36,92	21,3	7,9
Brasil	8.515.759,09	210.147.125	177.280.115	32.867.010	15,64	24,7	3,9

Estimativas para 2019 da população urbana e rural foram definidas com base nas taxas de urbanização verificadas em 2010.

Fonte: Tabelas Sídra 3145 e 6579 (IBGE, 2010, 2019b).

Tabela 4. Continuação.

Município		Número de estabelecimentos agropecuários														
		2006			2017											
		Total	Agricul- ra familiar	% af	Total	Agri- cultura familiar	% af	Próprias	Assenta- mento	Arren- dadas	Parceria	Como- dato	Ocupa- ção	Sem Área	2017/ 2006	Densidade estabele- cimentos/ km² (2017)
São Luís		2.533	2.322	91,7	1.622	1.369	84,4	640	487	19	5	92	98	281	0,64	1,78
Gonzaga do Maranhão																
São Raimun- do		266	243	91,4	742	662	89,2	498	7	4	2	2	4	225	2,79	1,77
São Roberto		517	485	93,8	417	385	92,3	239	9	1	1	-	-	167	0,81	1,83
Trizidela do Vale		507	477	94,1	377	336	89,1	262	6	21	32	-	4	52	0,74	1,44
Médio Mearim		20.133	18.817	93,5	15.886	13.883	87,4	8.501	1.541	732	375	250	337	4.150	0,79	1,67
%								53,5%	9,7%	4,6%	2,4%	1,6%	2,1%	26,1%		
Maranhão		287.039	262.042	91,3	219.765	187.118	85,1	139.114	24.062	10.515	5.488	8.254	14.843	17.489	0,77	0,66
%								63,3%	10,9%	4,8%	2,5%	3,8%	6,8%	8,0%		
Brasil		5.175.636	4.366.267	84,4	5.073.324	3.897.408	76,8	4.108.639	258.309	160.124	115.208	249.726	104.281	77.037	0,98	0,60
%								81,0%	5,1%	3,2%	2,3%	4,9%	2,1%	1,5%		

Fonte: IBGE (2006, 2019a).

A última coluna da Tabela 4 apresenta a densidade de estabelecimentos rurais na área territorial do município. Os valores correspondem à quantidade média de estabelecimentos por quilômetro quadrado (ou 100 ha). Nos 18 municípios do Médio Mearim, esse índice alcançou, em média, 1,67 estabelecimentos por quilômetro quadrado, significativamente superior ao observado no estado do Maranhão (0,66) e no Brasil como um todo (0,60). Os municípios que apresentaram maior densidade de estabelecimentos por área territorial, ou seja, com tendência a áreas médias menores para seus estabelecimentos, foram Esperantinópolis (3,15 estabelecimentos em 100 ha) e Poção de Pedras (2,26 em 100 ha). No extremo oposto estão os municípios de Alto Alegre do Maranhão e Lago da Pedra, apresentando respectivamente 0,55 e 1,00 estabelecimentos rurais por quilômetro quadrado.

Analisando a condição do produtor em relação às terras, a Tabela 4 permite constatar o elevado número de estabelecimentos rurais classificados como “produtor sem área”. Nos 18 municípios do Médio Mearim, esse índice alcançou 26%, sendo muito superior ao observado no estado do Maranhão (8%) e no Brasil (1,5%). Destaque para os municípios de Bernardo do Mearim, Esperantinópolis, Igarapé Grande e Poção de Pedras, que, de acordo com o IBGE, apresentam mais de 40% dos estabelecimentos rurais nessa condição. Como consequência, a porcentagem de estabelecimentos classificados como terras próprias restringe-se a 53% no Médio Mearim, índice bastante inferior ao total do estado (62,3%) e do País (81%).

Chama a atenção a situação dos estabelecimentos considerados terras em áreas de assentamento de reforma agrária aguardando titulação definitiva. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a), cerca de 10% dos estabelecimentos nos 18 municípios de Médio Mearim estão classificados nessa categoria, totalizando 1.541 unidades. Esse quantitativo é, contudo, bastante reduzido quando comparado aos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que para os mesmos municípios apresenta o total de 3.227 famílias assentadas (Incra, 2020). De fato, constatamos discrepância significativa ao examinarmos os municípios de Lago do Junco, Esperantinópolis, Lima Campos e São Luís Gonzaga do Maranhão, nos quais desde 1989 atua a Assema e onde o registro do número de famílias assentadas corresponde aos dados divulgados pelo Incra. Nesse sentido, cabe verificar a metodologia adotada pelo IBGE, para compreender

a razão da redução do número de estabelecimentos rurais. Tal diferença poderá, sem dúvida, justificar porção significativa da redução apresentada no número de estabelecimentos na área de estudo e, se extrapolada, para o estado do Maranhão como um todo, pois o relatório consolidado do Incra apresenta mais de 132 mil famílias assentadas no estado, contrastando com as 24 mil reportadas no Censo Agropecuário.

Características dos domicílios: informações sobre as famílias residentes

Os resultados do diagnóstico realizado em 1.025 domicílios do Médio Mearim serão reportados após o relato de dados do IBGE para o universo de estabelecimentos rurais nos municípios focalizados pela pesquisa, sempre que estes dados estejam disponíveis. Esta seção inicia, portanto, com a apresentação de três características de domicílios como o de Rivaldo Lisboa (Figura 4), para as quais são apresentados resultados do Censo Agropecuário de 2017 e do diagnóstico: idade, escolaridade e identificação étnica (“cor ou raça” para o IBGE). As demais características apresentadas na seção restringem-se a resultados do diagnóstico.

Foto: Aline Nascimento



Figura 4. Rivaldo Lisboa Martins e família, povoado de Nova Olinda, município de Lima Campos, MA.

Idade

A Tabela 5 apresenta resultados do censo para classes de idade do responsável pelo estabelecimento. Nela identifica-se que 15,4% dos estabelecimentos são geridos por pessoas com menos de 35 anos, enquanto cerca de 38% estão nos grupos de idade mais avançada, acima de 55 anos.

Tabela 5. Classe de idade do produtor, universo de estabelecimentos rurais, Médio Mearim.

Município	Número de estabelecimentos agropecuários por classe de idade do produtor (2017)						total
	< 25 anos	25 a menos de 35	35 a menos de 45	45 a menos de 55	55 a menos de 65	> 65 anos	
Alto Alegre do Maranhão	2	19	49	51	46	42	209
Bernardo do Mearim	34	57	86	114	90	74	455
Capinzal do Norte	19	75	146	160	194	151	745
Esperantinópolis	54	201	323	367	281	196	1.422
Igarapé Grande	21	92	123	180	146	96	658
Joselândia	33	161	269	284	234	165	1.146
Lago da Pedra	7	75	214	266	260	188	1.010
Lago do Junco	15	74	164	171	161	87	672
Lago dos Rodrigues	5	47	104	120	107	113	496
Lima Campos	12	79	145	143	154	184	717
Pedreiras	7	74	126	131	151	113	602
Peritoró	36	113	190	186	168	128	821
Poção de Pedras	55	346	496	521	450	370	2.238
Santo Antônio dos Lopes	44	189	381	404	290	213	1.521
São Luís Gonzaga do Maranhão	30	173	361	432	334	292	1.622
São Raimundo	34	110	178	160	152	108	742
São Roberto	18	80	100	89	73	57	417
Trizidela do Vale	5	46	99	83	88	56	377
Médio Mearim	431	2.011	3.554	3.862	3.379	2.633	15.870
%	2,72	12,67	22,39	24,33	21,29	16,59	
Maranhão	6.455	27.957	46.739	52.038	47.041	39.073	219.303
%	2,94	12,75	21,31	23,73	21,45	17,82	
Brasil	100.219	468.151	902.501	1.221.918	1.184.332	1.169.254	5.046.375
%	1,99	9,28	17,88	24,21	23,47	23,17	

Fonte: Tabela Sidra 6790 (IBGE, 2019a).

A pesquisa realizada junto aos 1.025 domicílios diferiu da estrutura utilizada pelo IBGE para definir as classes de idade: as seis categorias utilizadas no censo foram reduzidas a quatro na pesquisa. Apesar desse contraste, é possível verificar, por meio da Tabela 6, que a estratificação realizada neste estudo apresenta forte correspondência com os resultados do censo para a porcentagem de domicílios cujo responsável tem menos de 35 anos (15,9%), enquanto em 48,7% dos domicílios o responsável tem idade superior a 50 anos. Em particular, a elevada participação de domicílios com idade avançada atesta o envelhecimento no campo, com profundas implicações para o desenvolvimento rural associadas à escassez de mão de obra para atividades na agricultura familiar.

Tabela 6. Faixa de idade do responsável pelo domicílio.

Município	Famílias	Faixa de idade do responsável pelo domicílio							
		18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		+ 65 anos	
Alto Alegre do Maranhão	9	0	0,0%	2	22,2%	6	66,7%	1	11,1%
Bernardo do Mearim	26	7	26,9%	7	26,9%	8	30,8%	4	15,4%
Capinzal do Norte	42	4	9,5%	10	23,8%	17	40,5%	11	26,2%
Esperantinópolis	64	16	25,0%	28	43,8%	18	28,1%	2	3,1%
Igarapé Grande	67	8	11,9%	30	44,8%	24	35,8%	5	7,5%
Joselândia	115	21	18,3%	43	37,4%	44	38,3%	7	6,1%
Lago da Pedra	59	5	8,5%	17	28,8%	27	45,8%	10	16,9%
Lago do Junco	71	6	8,5%	28	39,4%	32	45,1%	5	7,0%
Lago dos Rodrigues	43	9	20,9%	18	41,9%	14	32,6%	2	4,7%
Lima Campos	47	8	17,0%	15	31,9%	18	38,3%	6	12,8%
Pedreiras	60	12	20,0%	22	36,7%	18	30,0%	8	13,3%
Peritoró	41	3	7,3%	17	41,5%	14	34,1%	7	17,1%
Poção de Pedras	84	16	19,0%	31	36,9%	29	34,5%	8	9,5%
Santo Antônio dos Lopes	99	9	9,1%	31	31,3%	37	37,4%	22	22,2%
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	32	21,8%	44	29,9%	54	36,7%	17	11,6%
São Raimundo	6	1	16,7%	2	33,3%	3	50,0%	0	0,0%
São Roberto	10	1	10,0%	6	60,0%	3	30,0%	0	0,0%
Trizidela do Vale	35	5	14,3%	12	34,3%	14	40,0%	4	11,4%
Total	1.025	163	15,9%	363	35,4%	380	37,1%	119	11,6%

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Analisando conforme as variáveis discriminantes (Tabelas 7 a 14 e Figuras 5 a 12), conclui-se que:

- Categoria fundiária → porcentagem de famílias mais jovens é maior em posses não regulares; porcentagem das mais idosas é superior nos assentamentos.
- Tamanho do estabelecimento → porcentagem de famílias mais jovens é maior em áreas menores; porcentagem das mais idosas é superior em áreas maiores.
- Tamanho do roçado → proporções entre as classes de idades são bastante semelhantes independente do tamanho do roçado.
- Dependência do babaçu → porcentagem de famílias mais jovens é maior entre aquelas que mais dependem do babaçu; porcentagem das mais idosas é superior entre as que dependem menos do babaçu.
- Renda e gasto mensal (consumo) → porcentagem de famílias mais jovens é maior entre aquelas cuja renda e consumo mensal são mais baixos; porcentagem das mais idosas é superior entre aquelas com renda e consumo mais elevados.
- Patrimônio → porcentagem de famílias mais jovens é maior entre aquelas com menor patrimônio; porcentagem das mais idosas é maior nas que possuem maior patrimônio.
- Fruteiras em produção → porcentagem de famílias mais jovens é menor entre os que possuem mais fruteiras; porcentagem das mais idosas é maior entre os que possuem mais fruteiras.

Tabela 7. Faixa de idade do responsável do domicílio x categoria fundiária.

Categoria fundiária	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Assentamento	32	11,7	88	32,2	107	39,2	46	16,9	273
Território quilom-bola	6	15,0	15	37,5	15	37,5	4	10,0	40
Propriedade particular	71	18,2	125	32,0	148	37,9	47	12,0	391
Posse não regularizada	40	16,1	103	41,5	90	36,3	15	6,1	248
Outro	14	19,2	32	43,8	20	27,4	7	9,6	73
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

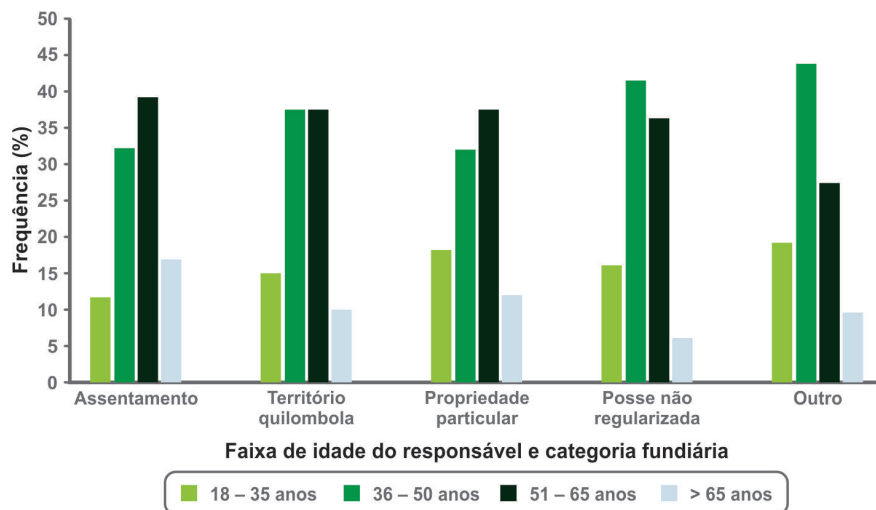


Figura 5. Faixa de idade do responsável do domicílio x categoria fundiária.

Tabela 8. Faixa de idade do responsável do domicílio x área do estabelecimento.

Classe de área do estabelecimento (ha)	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0–5	52	20,6	97	38,3	87	34,4	17	6,7	253
5,1–20	53	17,2	124	40,3	97	31,5	34	11,0	308
20,1–40	42	12,5	99	29,5	145	43,2	50	14,9	336
40,1–400	16	12,5	43	33,6	51	39,8	18	14,1	128
Total	14	19,2	32	43,8	20	27,4	7	9,6	73

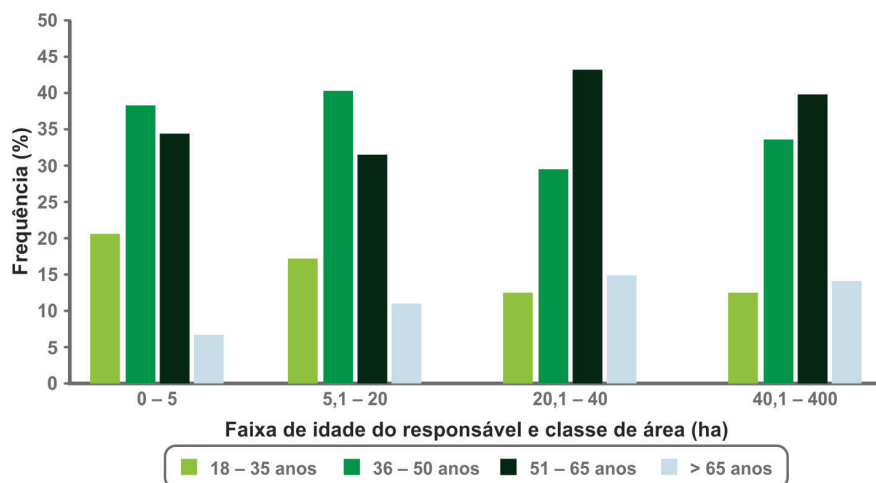


Figura 6. Faixa de idade do responsável do domicílio x área do estabelecimento.

Tabela 9. Faixa de idade do responsável do domicílio x tamanho da roça.

Classe de tamanho da roça (linhas)	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0	23	22,3	30	29,1	36	35,0	14	13,6	103
0,01–1,5	26	14,4	53	29,3	79	43,7	23	12,7	181
1,51– 3	70	18,7	144	38,4	127	33,9	34	9,1	375
3,1–6	33	11,8	102	36,6	109	39,1	35	12,5	279
>6	11	12,6	34	39,1	29	33,3	13	14,9	87
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

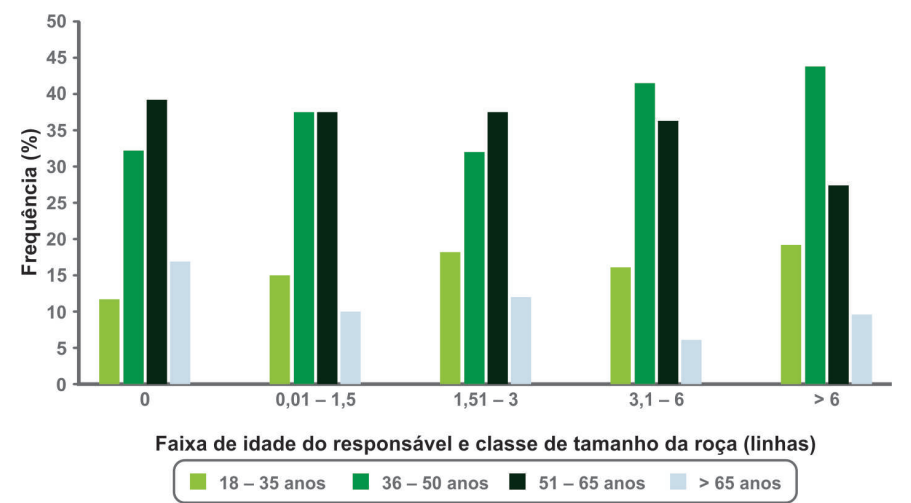


Figura 7. Faixa de idade do responsável do domicílio x tamanho da roça.

Tabela 10. Faixa de idade do responsável do domicílio x dependência do babaçu.

Dependência do babaçu	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Muito baixa (0–120)	17	12,7	37	27,6	56	41,8	24	17,9	134
Baixa (121–1.200)	31	15,2	71	34,8	68	33,3	34	16,7	204
Média (1.201–2.400)	35	18,1	63	32,6	75	38,9	20	10,4	193
Alta (2.401–4.800)	43	16,1	108	40,5	97	36,3	19	7,1	267
Muito alta (4.801–20.000)	37	16,3	84	37,0	84	37,0	22	9,7	227
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

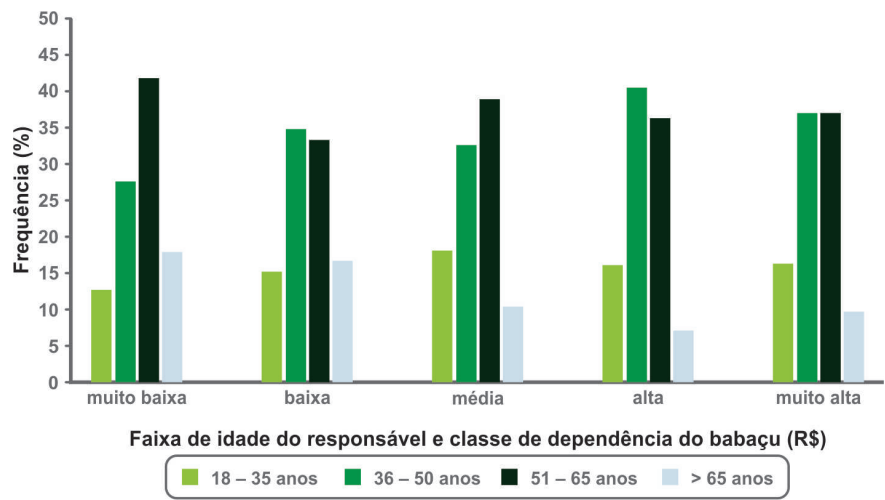


Figura 8. Faixa de idade do responsável do domicílio x dependência do babaçu.

Tabela 11. Faixa de idade do responsável do domicílio x renda mensal (salários mínimos).

Renda mensal (salários mínimos)	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
até 1	50	22,0	104	45,8	72	31,7	1	0,4	227
1 a 2	69	16,7	149	36,0	150	36,2	46	11,1	414
2 a 3	26	11,0	59	24,9	103	43,5	49	20,7	237
>3	18	12,2	51	34,7	55	37,4	23	15,7	147
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

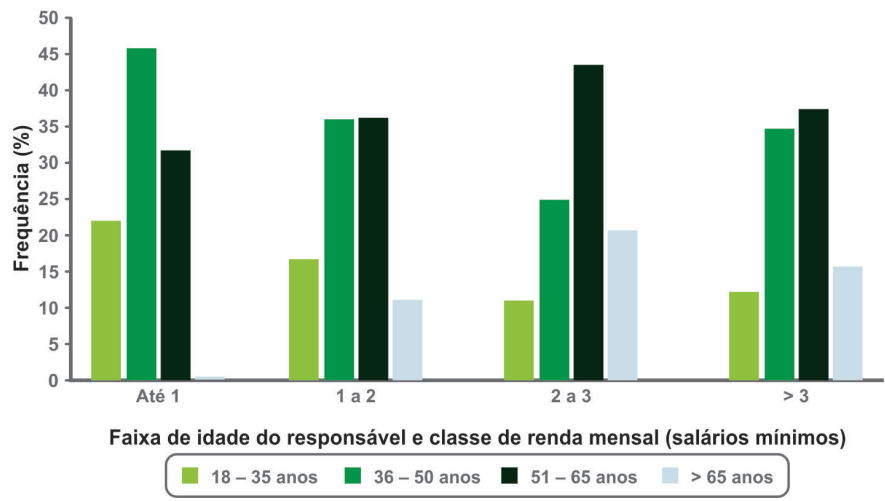


Figura 9. Faixa de idade do responsável do domicílio x renda mensal.

Tabela 12. Faixa de idade do responsável do domicílio x gasto mensal (consumo).

Classe de gasto mensal (R\$)	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
<750	43	23,8	68	37,6	61	33,7	9	5,0	181
751–1.500	70	15,9	162	36,8	160	36,4	48	10,9	440
1.501–2.500	38	14,3	84	31,7	106	40,0	37	14,0	265
>2.500	12	8,6	49	35,3	53	38,1	25	18,0	139
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

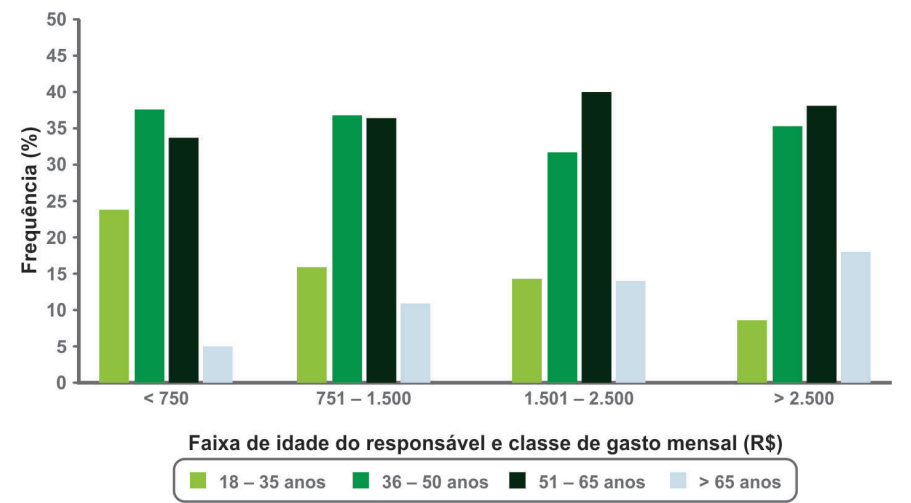


Figura 10. Faixa de idade do responsável do domicílio x gasto mensal (consumo).

Tabela 13. Faixa de idade do responsável do domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Classe de riqueza (R\$)	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0–6.000	47	20,5	88	38,4	77	33,6	17	7,4	229
6.001–12.000	60	16,4	123	33,6	141	38,5	42	11,5	366
12.001–18.000	34	17,5	64	33,0	75	38,7	21	10,8	194
18.001–172.000	22	9,3	88	37,3	87	36,9	39	16,5	236
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

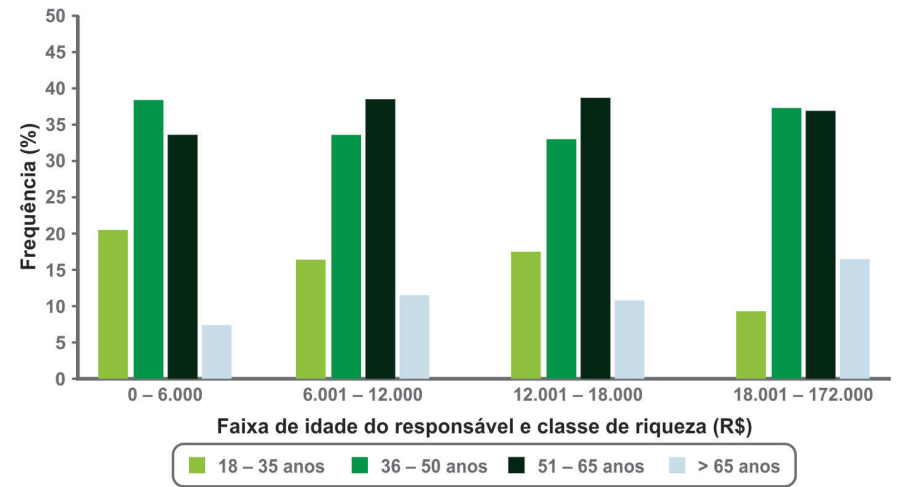


Figura 11. Faixa de idade do responsável do domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Tabela 14. Faixa de idade do responsável do domicílio x árvores fruteiras em produção.

Número de árvo- res fruteiras	18–35 anos		36–50 anos		51–65 anos		>65 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0	11	32,4	13	38,2	7	20,6	3	8,8	34
1–10	50	21,7	95	41,1	66	28,6	20	8,7	231
11–25	57	15,9	133	37,2	127	35,5	41	11,5	358
26–50	34	13,2	80	31,0	112	43,4	32	12,4	258
>50	11	7,6	42	29,2	68	47,2	23	16,0	144
Total	163	15,9	363	35,4	380	37,1	119	11,6	1.025

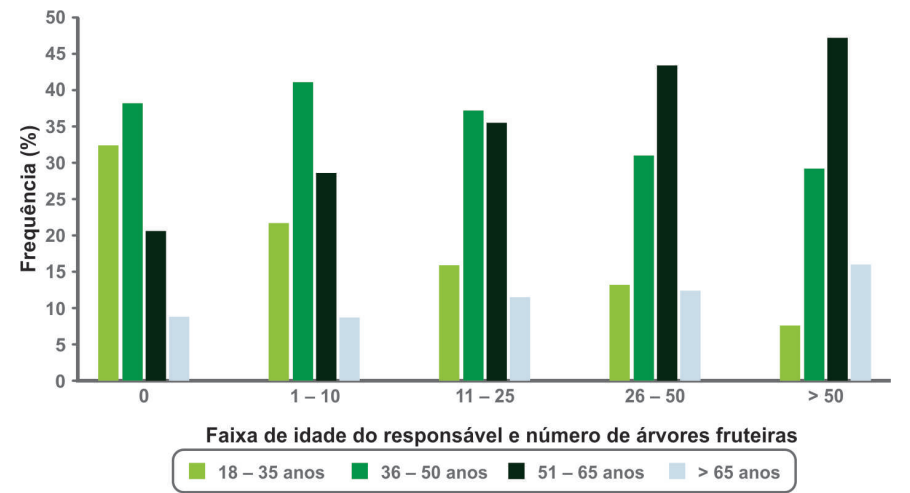


Figura 12. Faixa de idade do responsável do domicílio x árvores fruteiras em produção.

Escolaridade

A Tabela 15 apresenta resultados do Censo Agropecuário de 2017 para a escolaridade do responsável pelo estabelecimento. Nela identifica-se que em 52,2% dos estabelecimentos rurais dos 18 municípios do Médio Mearim, os responsáveis são apenas alfabetizados ou nem mesmo frequentaram a escola, enquanto apenas 12,8% possuem ensino médio completo ou superior. Tais índices não são muito diferentes dos observados no estado do Maranhão (47,4% e 13,6%), mas contrastam com os resultados agregados para o País, respectivamente de 29,6% e 21,5%. De acordo com o IBGE, Bernardo do Mearim (21,9%) e Esperantinópolis (20,8%) foram os municípios do Médio Mearim que em 2017 apresentaram a maior porcentagem de estabelecimentos cujos responsáveis cursaram ensino médio ou superior, enquanto em Capinzal do Norte (71,8%) e São Roberto (64,5%) são mais altos os índices de responsáveis que não frequentaram escola ou que foram apenas alfabetizados.

A Tabela 16 traz os dados coletados em campo sobre anos de escola cursados pelos responsáveis e cônjuges dos 1.025 domicílios, indicando uma média inferior a 5 anos de estudo para ambos, sendo um pouco superior para cônjuges (4,8 anos), que em sua maior parte são mulheres, do que para os responsáveis (4,6). Dentre os municípios, Bernardo do Mearim (6,6) e Esperantinópolis (5,8) confirmaram a tendência de escolaridade mais avançada para responsáveis e cônjuges, enquanto índices mais baixos foram registrados em Alto Alegre do Maranhão (2,3) e Peritoró (3,1).

A análise de faixas de idade conforme variáveis discriminantes (Tabelas 17 a 25 e Figuras 13 a 21) indica que:

- Categoria fundiária → a porcentagem de famílias com menos anos de estudo é proporcionalmente maior nos assentamentos e menor nos territórios quilombolas do que nas outras categorias.
- Tamanho do estabelecimento → nos estabelecimentos de 20 ha a 40 ha, a porcentagem de famílias com menos anos de estudo é proporcionalmente maior, e o oposto se dá com a porcentagem das famílias com mais anos de estudo.

- Tamanho do roçado → nos domicílios que cultivam roçados com área de 3 a 6 linhas, a porcentagem de famílias com menos anos de estudo é proporcionalmente maior.
- Dependência do babaçu → estabelecimentos em que a dependência do babaçu é menor tendem a apresentar menor porcentagem de famílias com menos anos de estudo e maior porcentagem com mais anos de estudo.
- Renda mensal → porcentagem de famílias com mais anos de estudo é proporcionalmente maior nos estabelecimentos com maior renda mensal.
- Gasto mensal → porcentagem de famílias com mais anos de estudo é proporcionalmente menor nos estabelecimentos com nível mais alto de consumo.
- Patrimônio → porcentagem de famílias com menos anos de estudo tende a diminuir conforme aumenta o patrimônio dos domicílios, e o inverso ocorre com a porcentagem de famílias com mais anos de estudo.
- Fruteiras em produção → porcentagem de famílias com mais anos de estudo tende a ser mais alta nos estabelecimentos com maior número de fruteiras produzindo no quintal.
- Uso de adubo orgânico → porcentagem de famílias com mais anos de estudo tende a ser mais alta para estabelecimentos em que é utilizado adubo orgânico, comparado aos estabelecimentos em que tal insumo não é utilizado.

Tabela 15. Escolaridade do produtor, universo dos estabelecimentos rurais no Médio Mearim.

Município	Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor (2017)								Total
	Nunca frequentou	Alfabetização (CA + AJA) ⁽¹⁾	Antigo primário	Ensino fundamental ginásial + EJA ⁽²⁾	Ensino médio nível técnico, 2º grau	Superior: graduação	Pós-graduação	Não se aplica	
Alto Alegre do Maranhão	49	61	23	45	20	10	1	-	209
Bernardo do Mearim	49	207	57	43	93	7	-	-	456
Capinzal do Norte	339	197	63	81	55	10	-	1	746
Esperantinópolis	357	380	117	273	245	49	2	-	1423
Igarapé Grande	147	266	17	136	78	16	1	-	661
Joselândia	332	344	76	285	93	16	-	-	1146
Lago da Pedra	192	236	231	215	93	39	4	-	1010
Lago do Junco	153	177	95	152	74	23	-	-	674
Lago dos Rodrigues	119	150	45	122	51	9	-	-	496
Lima Campos	192	161	124	167	64	11	-	-	719
Pedreiras	144	163	79	155	54	7	-	-	602
Peritoró	323	128	60	234	69	7	-	3	824
Poção de Pedras	460	420	429	608	259	63	1	1	2241
Santo Antônio dos Lopes	349	433	217	348	157	16	1	-	1521
São Luís Gonzaga do Maranhão	563	267	223	414	117	36	2	-	1622
São Raimundo	197	265	42	152	69	16	1	-	742
São Roberto	80	189	57	50	30	11	-	-	417
Trizidela do Vale	48	158	40	82	45	4	-	-	377
Médio Mearim	4.093	4.202	1.995	3.562	1.666	350	13	5	15.886
%	25,76	26,45	12,56	22,42	10,49	2,20	0,08	0,03	
Maranhão	53.117	51.018	31.792	53.979	24.290	5.112	242	215	219.765
%	24,17	23,21	14,47	24,56	11,05	2,33	0,11	0,10	
Brasil	783.925	717.009	1.205.898	1.293.377	758.521	283.209	14.586	16.799	5.073.324
%	15,45	14,13	23,77	25,49	14,95	5,58	0,29	0,33	

(¹) CA: classe de alfabetização; AJA: alfabetização de jovens e adultos. (²) EJA: educação de jovens e adultos.

Fonte: Tabela Sidra 6779 (IBGE, 2010).

Tabela 16. Escolaridade, responsável do domicílio e cônjuge.

Município	Responsável pelo domicílio		Cônjuge	
	Famílias	Anos de estudo	Famílias	Anos de estudo
Alto Alegre do Maranhão	9	2,1	8	2,5
Bernardo do Mearim	26	6,8	25	6,5
Capinzal do Norte	42	3,0	36	3,3
Esperantinópolis	64	6,0	60	5,7
Igarapé Grande	67	5,3	57	5,6
Joselândia	115	3,5	101	4,6
Lago da Pedra	59	3,9	54	5,1
Lago do Junco	71	4,9	61	4,7
Lago dos Rodrigues	43	5,9	37	5,7
Lima Campos	47	4,7	41	3,2
Pedreiras	60	5,3	52	5,2
Peritoró	41	3,9	32	3,2
Poção de Pedras	84	4,8	77	5,5
Santo Antonio dos Lopes	99	3,7	87	4,9
São Luís Gonzaga do Maranhão	146	4,9	129	4,6
São Raimundo	6	7,2	5	5,6
São Roberto	10	3,7	10	5,4
Trizidela do Vale	35	3,9	25	4,3
Total	1.024	4,6	897	4,8

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 17. Anos de estudo do responsável do domicílio x categoria fundiária.

Categoria fundiária	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Assentamento	114	41,9	63	23,2	62	22,8	33	12,1	272
Território quilom-bola	9	22,5	9	22,5	14	35,0	8	20,0	40
Propriedade particular	104	26,6	112	28,6	94	24,0	81	20,7	391
Posse não regulada	68	27,4	89	35,9	40	16,1	51	20,6	248
Outro	24	32,9	23	31,5	14	19,2	12	16,4	73
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

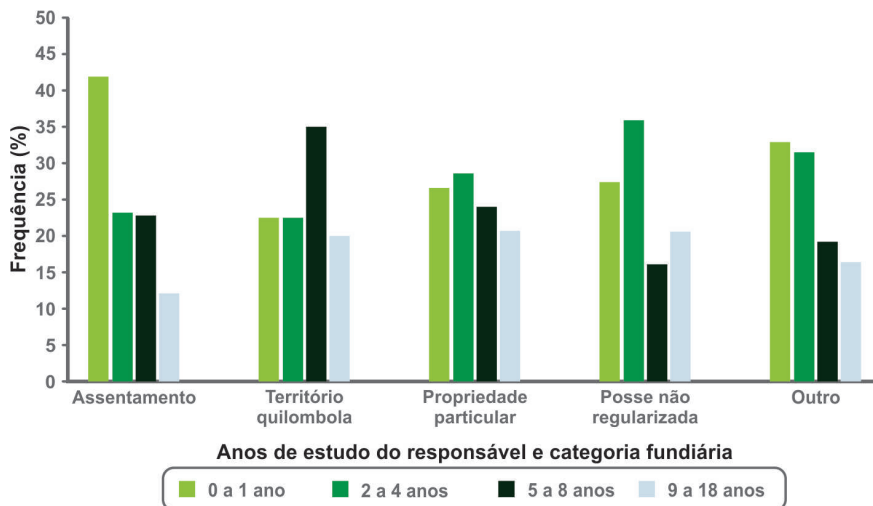


Figura 13. Anos de estudo do responsável do domicílio x categoria fundiária.

Tabela 18. Anos de estudo do responsável do domicílio x área do estabelecimento.

Classe de área (ha)	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0–5	69	27,3	69	27,3	63	24,9	52	20,6	253
5,1–20	93	30,3	74	24,1	75	24,4	65	21,2	307
20,1–40	128	38,1	107	31,9	58	17,3	43	12,8	336
40,1–400	29	22,7	46	35,9	28	21,9	25	19,5	128
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

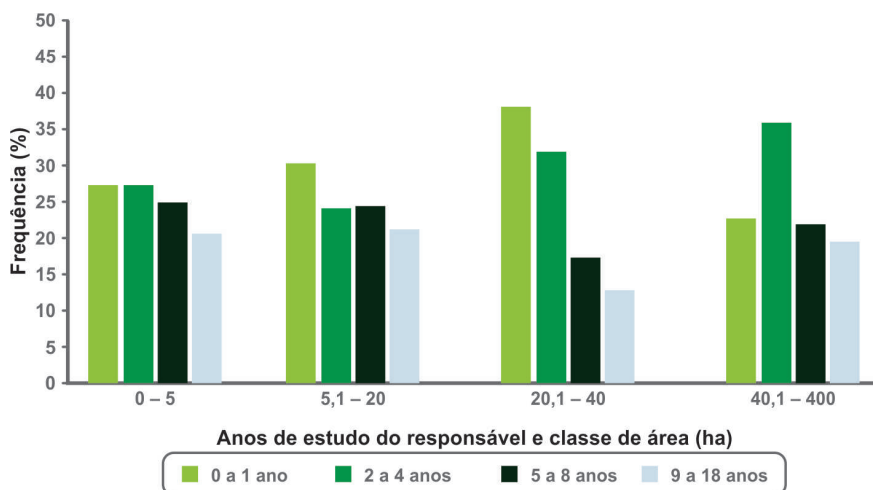
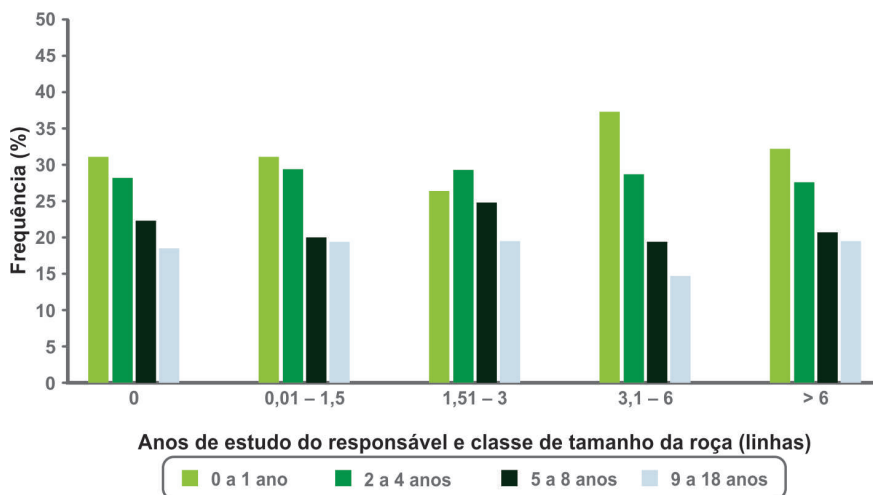


Figura 14. Anos de estudo do responsável do domicílio x área do estabelecimento.

Tabela 19. Anos de estudo do responsável do domicílio x tamanho da roça.

Classe de linhas de roça	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0	32	31,1	29	28,2	23	22,3	19	18,5	103
0,01–1,5 linhas	56	31,1	53	29,4	36	20,0	35	19,4	180
1,51–3 linhas	99	26,4	110	29,3	93	24,8	73	19,5	375
3,1–6 linhas	104	37,3	80	28,7	54	19,4	41	14,7	279
>6 linhas	28	32,2	24	27,6	18	20,7	17	19,5	87
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

**Figura 15.** Anos de estudo do responsável do domicílio x tamanho da roça.**Tabela 20.** Anos de estudo do responsável do domicílio x dependência do babaçu.

Dependência do babaçu	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Muito baixa	41	30,6	35	26,1	25	18,7	33	24,6	134
Baixa	52	25,5	65	31,9	49	24,0	38	18,6	204
Média	61	31,8	51	26,6	43	22,4	37	19,3	192
Alta	88	33,0	78	29,2	58	21,7	43	16,1	267
Muito alta	77	33,9	67	29,5	49	21,6	34	15,0	227
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

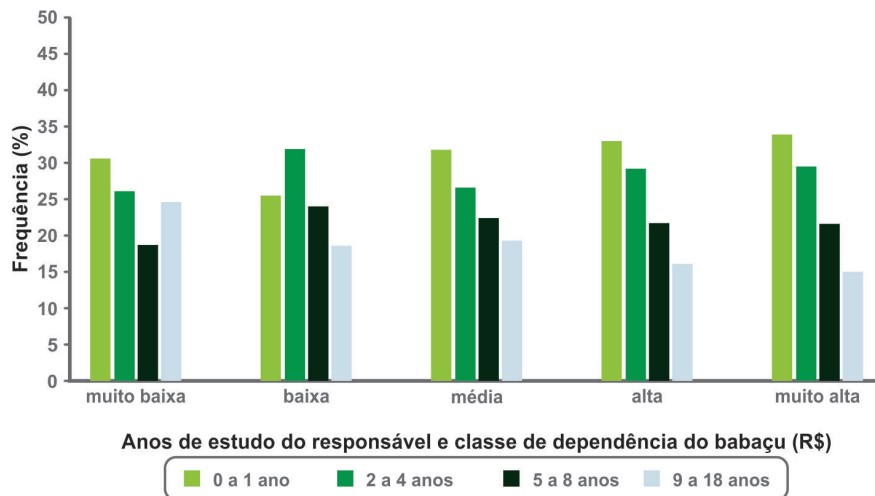


Figura 16. Anos de estudo do responsável do domicílio x dependência do babaçu.

Tabela 21. Anos de estudo do responsável do domicílio x renda mensal.

Renda mensal (salários mínimos)	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Até 1	60	26,4	71	31,3	51	22,5	45	19,8	227
1 a 2	139	33,6	113	27,3	94	22,7	68	16,4	414
2 a 3	74	31,4	78	33,1	46	19,5	38	16,1	236
>3	46	31,3	34	23,1	33	22,5	34	23,1	147
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

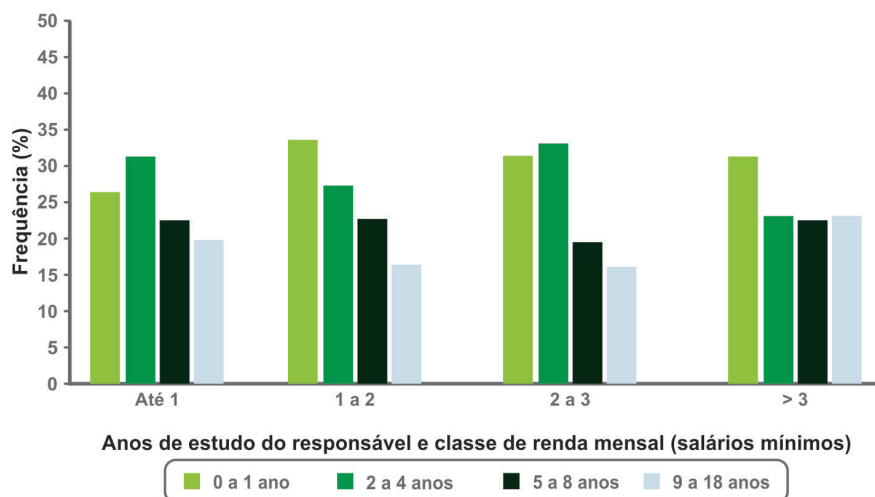


Figura 17. Anos de estudo do responsável do domicílio x renda mensal.

Tabela 22. Anos de estudo do responsável do domicílio x gasto mensal (consumo).

Classe de gasto mensal (R\$)	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
<750	62	34.3	52	28.7	33	18.2	34	18.8	181
751–1.500	135	30.8	129	29.4	109	24.8	66	15.0	439
1.501–2.500	81	30.6	68	25.7	49	18.5	67	25.3	265
>2.500	41	29.5	47	33.8	33	23.7	18	13.0	139
Total	319	31.2	296	28.9	224	21.9	185	18.1	1.024

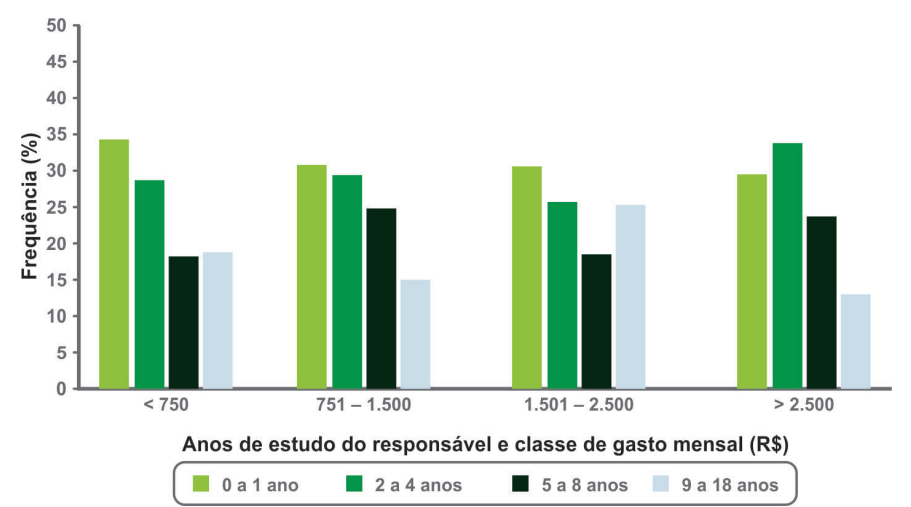


Figura 18. Anos de estudo do responsável do domicílio x gasto mensal (consumo).

Tabela 23. Anos de estudo do responsável do domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Classe de riqueza (R\$)	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0–6.000	77	33.6	62	27.1	52	22.7	38	16.6	229
6.001–12.000	121	33.1	99	27.1	85	23.2	61	16.7	366
12.001–18.000	58	30.1	60	31.1	38	19.7	37	19.2	193
18.001–172.000	63	26.7	75	31.8	49	20.8	49	20.8	236
Total	319	31.2	296	28.9	224	21.9	185	18.1	1.024

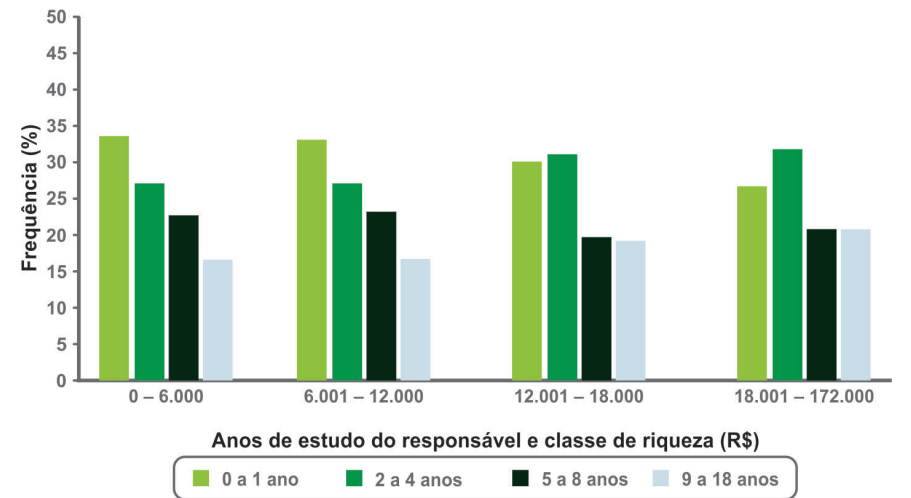


Figura 19. Anos de estudo do responsável do domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Tabela 24. Anos de estudo do responsável do domicílio x árvores fruteiras em produção.

Classe de árvo- res fruteiras	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
0	9	26,5	9	26,5	8	23,5	8	23,5	34
1–10	67	29,0	63	27,3	60	26,0	41	17,8	231
11–25	119	33,3	103	28,9	70	19,6	65	18,2	357
26–50	79	30,6	73	28,3	54	20,9	52	20,2	258
>50	45	31,3	48	33,3	32	22,2	19	13,2	144
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

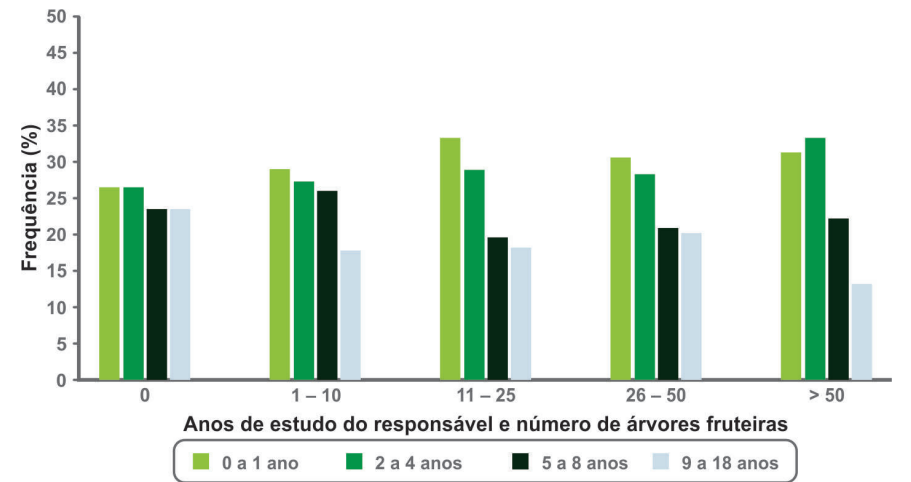
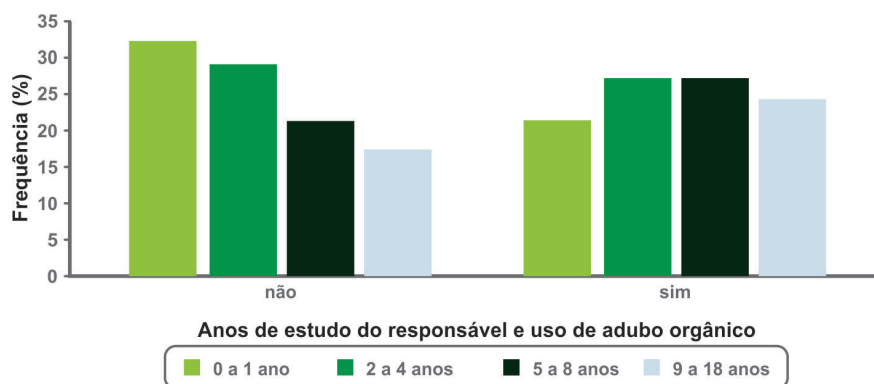


Figura 20. Anos de estudo do responsável do domicílio x árvores fruteiras em produção.

Tabela 25. Anos de estudo do responsável do domicílio x uso de adubo orgânico.

Uso de adubo orgânico	0 a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 18 anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Não	297	32,3	268	29,1	196	21,3	160	17,4	921
Sim	22	21,4	28	27,2	28	27,2	25	24,3	103
Total	319	31,2	296	28,9	224	21,9	185	18,1	1.024

**Figura 21.** Anos de estudo do responsável do domicílio x uso de adubo orgânico.

Identificação étnica, cor ou raça

A Tabela 26 apresenta resultados do Censo Agropecuário de 2017 para a cor ou raça declarada. Nos municípios do Médio Mearim, observa-se que em três de cada quatro estabelecimentos a pessoa responsável se identifica como parda (63,2%) ou negra (11,5%), enquanto pouco menos de um quarto (23,6%) considera-se branca. Em todo o estado do Maranhão, a porcentagem de negros é mais alta (14,1%), a de brancos é menor (20,0%) e a de pardos é semelhante (64,1%). Tais índices contrastam com resultados agregados do País, que indicam participação muito superior de brancos (45,4%) e taxas inferiores para negros (8,4%) e pardos (44,5%). Os municípios com maior índice de responsáveis por estabelecimentos rurais que se declaram negros são Capinzal do Norte (22,9%) e Trizidela do Vale (20,4%), enquanto Bernardo do Mearim (39,6%) e Esperantinópolis (31,6%) apresentam os maiores índices para os que se consideram brancos. Curiosamente, o índice de auto declaração para a cor “amarela”, que indica ascendência oriental, é superior nos municípios do Mearim (1,1%) do que para o País como um todo (0,6%), o que representa imprecisão na informação, muito provavelmente advinda de pessoas de origem étnica indígena.

No diagnóstico socioeconômico, a consulta sobre identificação étnica aos 1.025 domicílios incluiu apenas três categorias (negro, pardo e branco). A Tabela 27 indica que pessoas que se identificam como negras (23,9%) correspondem a praticamente o dobro do índice do censo para os mesmos municípios, o que resulta em porcentagens menores para brancos (19,1%) e pardos (57,1%). Dentre os municípios com maiores índices de estabelecimentos cujo responsável se identificou como branco estão São Roberto (35,0%) e Poção de Pedras (33,1%), enquanto porcentagens mais elevadas de identificação como negros foram registradas em Peritoró (52,1%) e São Raimundo (45,5%).

A análise de faixas de identificação étnica conforme variáveis discriminantes (Tabelas 28 a 35 e Figuras 22 a 29) indica que:

- Categoria fundiária → a porcentagem de domicílios cuja pessoa responsável se identifica como negra é proporcionalmente maior em territórios quilombolas do que nas demais categorias.
- Tamanho do estabelecimento → a porcentagem de pessoas autoidentificadas como negras é proporcionalmente maior nos estabelecimentos com menos de 5 ha e menor nos estabelecimentos com mais de 40 ha.
- Tamanho do roçado → nos domicílios que não cultivaram roçados, a porcentagem de famílias cujo responsável se identifica como negro é proporcionalmente maior, enquanto a porcentagem dos que se identificam como brancos é proporcionalmente maior nos domicílios que cultivaram as maiores áreas de roçado.
- Dependência do babaçu → estabelecimentos em que a dependência do babaçu é maior tendem a apresentar maior porcentagem de famílias cuja pessoa responsável se identifica como negra.
- Renda mensal → a porcentagem de famílias cujo responsável se identifica como branco é proporcionalmente menor nos estabelecimentos com renda mensal inferior.
- Gasto mensal → a porcentagem de pessoas negras é proporcionalmente menor nos estabelecimentos com nível mais alto de consumo, assim como a das brancas naqueles em que o consumo é mais baixo.

- Patrimônio → a porcentagem de famílias negras tende a ser proporcionalmente menor em domicílios com maior patrimônio, enquanto a porcentagem de famílias que se identificam como brancas é maior nos domicílios de maior valor do patrimônio.
- Fruteiras em produção → a porcentagem de famílias que se identificam como brancas é proporcionalmente mais alta nos estabelecimentos com maior número de fruteiras produzindo no quintal.

Tabela 26. Cor ou raça do produtor, universo dos estabelecimentos rurais no Médio Mearim

Município	Número de estabelecimentos agropecuários por cor ou raça do produtor (2017)					
	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena	Total
Alto Alegre do Maranhão	47	30	1	130	1	209
Bernardo do Mearim	98	31	29	287	11	456
Capinzal do Norte	195	171	28	348	3	745
Esperantinópolis	564	94	10	751	4	1.423
Igarapé Grande	209	99	1	308	44	661
Joselândia	295	149	11	689	2	1.146
Lago da Pedra	307	98	18	587	-	1.010
Lago do Junco	80	37	7	549	1	674
Lago dos Rodrigues	69	42	6	379	-	496
Lima Campos	154	137	5	421	2	719
Pedreiras	149	81	6	365	1	602
Peritoró	100	156	3	562	-	821
Poção de Pedras	503	138	11	1.586	2	2.240
Santo Antônio dos Lopes	306	178	8	1.029	-	1.521
São Luís Gonzaga do Maranhão	389	251	8	971	3	1.622
São Raimundo	155	38	-	549	-	742
São Roberto	53	16	25	322	1	417
Trizidela do Vale	85	77	4	207	4	377
Médio Mearim	3.758	1.823	181	10.040	79	15.881
%	23,66	11,48	1,14	63,22	0,50	
Maranhão	43.867	31.046	1.684	140.767	2.186	219.550
%	19,98	14,14	0,77	64,12	1,00	
Brasil	2.297.013	423.408	31.108	2.248.549	56.447	5.056.525
%	45,43	8,37	0,62	44,47	1,12	

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 27. Identificação étnica do casal responsável pelo domicílio.

Município	Pessoas	Branco		Pardo		Negro	
Alto Alegre do Maranhão	17	2	11,8%	12	70,6%	3	17,6%
Bernardo do Mearim	51	6	11,8%	26	51,0%	19	37,3%
Capinzal do Norte	78	9	11,5%	49	62,8%	20	25,6%
Esperantinópolis	124	26	21,0%	65	52,4%	33	26,6%
Igarapé Grande	125	34	27,2%	75	60,0%	16	12,8%
Joselândia	218	34	15,6%	138	63,3%	46	21,1%
Lago da Pedra	114	18	15,8%	70	61,4%	26	22,8%
Lago do Junco	132	23	17,4%	82	62,1%	27	20,5%
Lago dos Rodrigues	80	20	25,0%	47	58,8%	13	16,3%
Lima Campos	89	9	10,1%	52	58,4%	28	31,5%
Pedreiras	113	26	23,0%	64	56,6%	23	20,4%
Peritoró	73	5	6,8%	30	41,1%	38	52,1%
Poção de Pedras	163	54	33,1%	83	50,9%	26	16,0%
Santo Antonio dos Lopes	186	36	19,4%	112	60,2%	38	20,4%
São Luís Gonzaga	280	44	15,7%	153	54,6%	83	29,6%
São Raimundo	11	0	0,0%	6	54,5%	5	45,5%
São Roberto	20	7	35,0%	10	50,0%	3	15,0%
Trizidela do Vale	63	16	25,4%	32	50,8%	15	23,8%
Total	1.937	369	19,1%	1.106	57,1%	462	23,9%

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 28. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x categoria fundiária.

Categoria fundiária	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
Assentamento	44	16,1	149	54,6	80	29,3	273
Território quilombola	5	12,5	16	40,0	19	47,5	40
Propriedade particular	76	19,4	223	57,0	92	23,5	391
Posse não regularizada	49	19,8	139	56,1	60	24,2	248
Outro	14	19,2	40	54,8	19	26,0	73
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

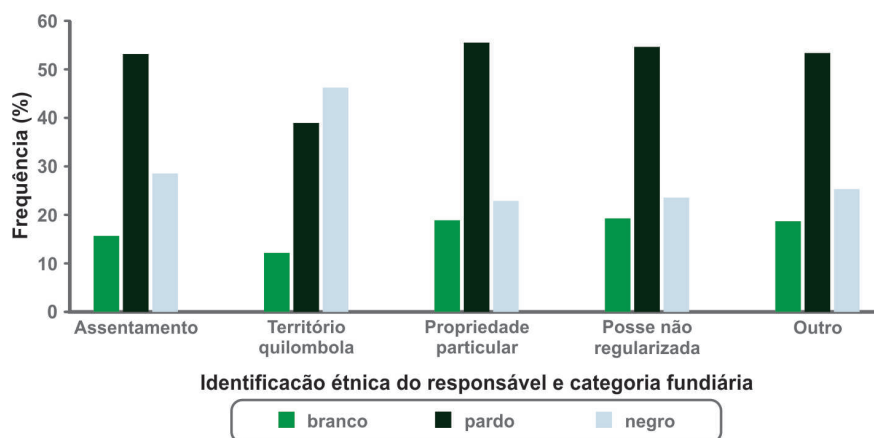


Figura 22. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x categoria fundiária.

Tabela 29. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x área do estabelecimento.

Classe de área (ha)	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
0–5	52	20,6	122	48,2	79	31,2	253
5,1–20	57	18,5	173	56,2	78	25,3	308
20,1–40	58	17,3	188	56,0	90	26,8	336
40,1–400	21	16,4	84	65,6	23	18,0	128
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

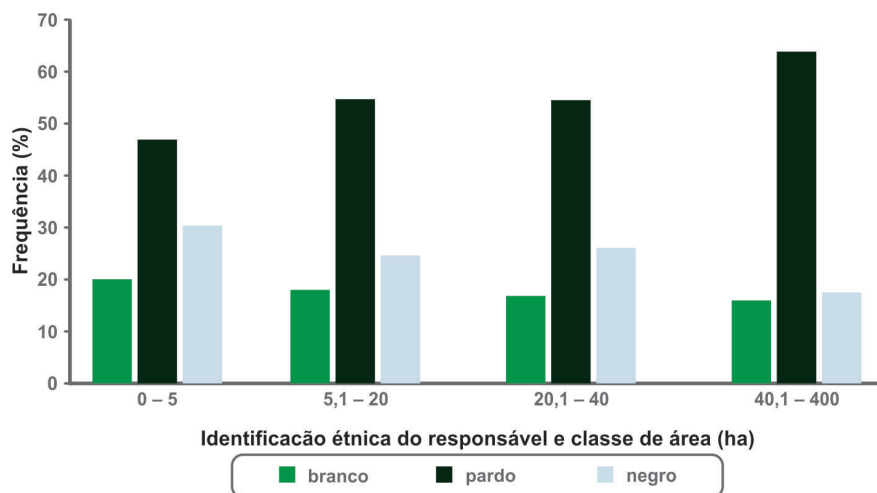


Figura 23. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x área do estabelecimento.

Tabela 30. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x tamanho da roça.

Classe de linhas de roça	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
0	16	15,5	52	50,5	35	34,0	103
0,01–1,5 linhas	30	16,6	105	58,0	46	25,4	181
1,51–3 linhas	73	19,5	218	58,1	84	22,4	375
3,1–6 linhas	49	17,6	150	53,8	80	28,7	279
>6 linhas	20	23,0	42	48,3	25	28,7	87
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

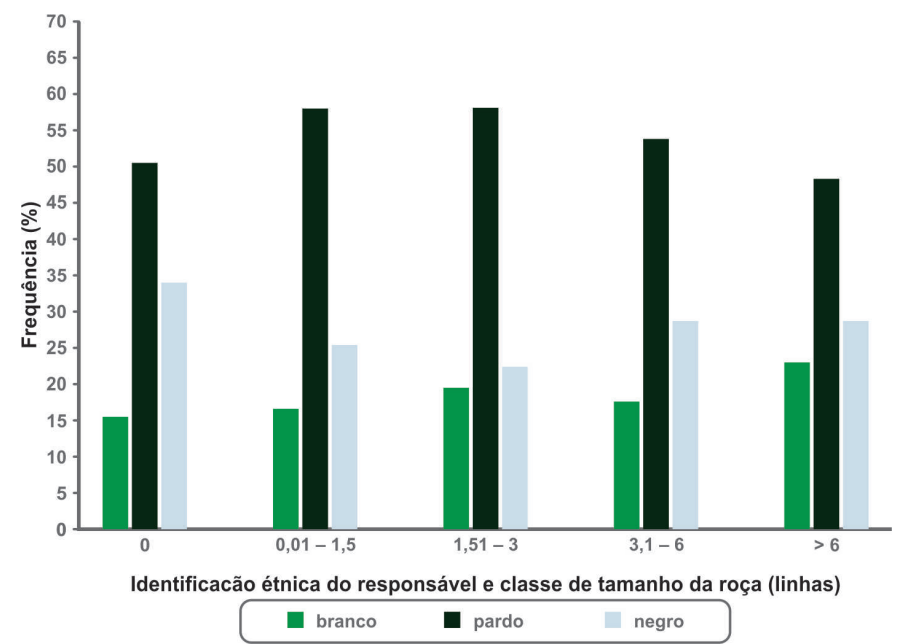


Figura 24. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x tamanho da roça.

Tabela 31. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x dependência do babaçu.

Dependência do babaçu	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
Muito baixa	26	19,4	79	59,0	29	21,6	134
Baixa	33	16,2	112	54,9	59	28,9	204
Média	40	20,7	113	58,6	40	20,7	193
Alta	41	15,4	155	58,1	71	26,6	267
Muito alta	48	21,2	108	47,6	71	31,3	227
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

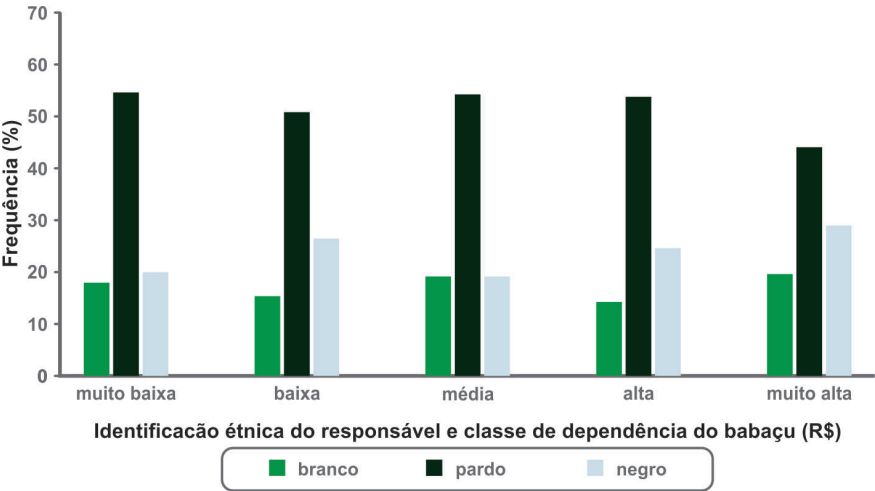


Figura 25. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x dependência do babaçu.

Tabela 32. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x renda mensal.

Renda mensal (salários mínimos)	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
Até 1	34	15,0	128	56,4	65	28,6	227
1 a 2	68	16,4	241	58,2	105	25,4	414
2 a 3	56	23,6	126	53,2	55	23,2	237
>3	30	20,4	72	49,0	45	30,6	147
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

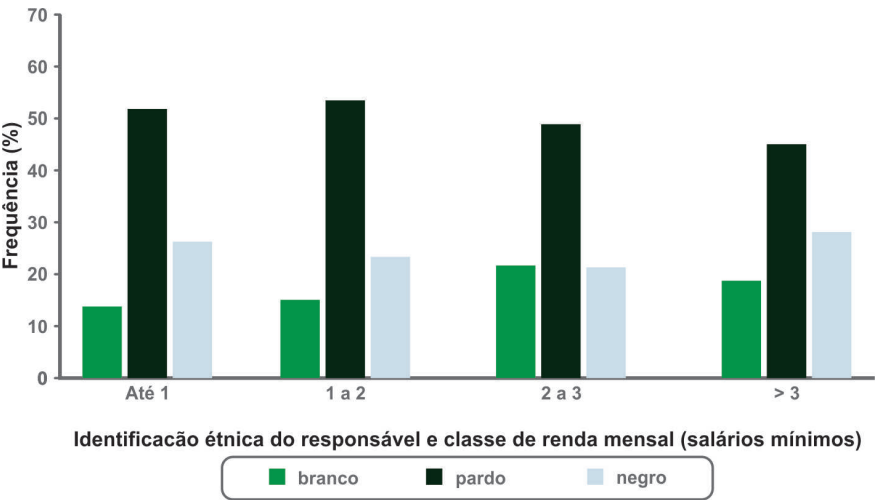
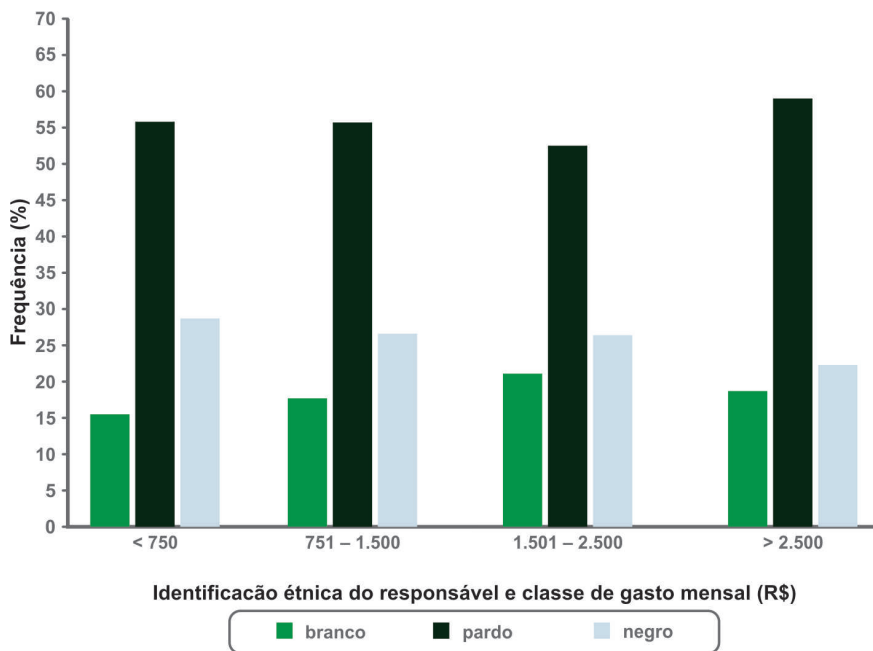


Figura 26. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x renda mensal.

Tabela 33. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x gasto mensal (consumo).

Classe de gasto (R\$)	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
<750	28	15,5	101	55,8	52	28,7	181
751–1.500	78	17,7	245	55,7	117	26,6	440
1.501–2.500	56	21,1	139	52,5	70	26,4	265
>2.500	26	18,7	82	59,0	31	22,3	139
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

**Figura 27.** Identificação étnica do responsável pelo domicílio x gasto mensal (consumo).**Tabela 34.** Identificação étnica do responsável pelo domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Classe de riqueza (R\$)	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
0–6.000	39	17,0	124	54,2	66	28,8	229
6.001–12.000	65	17,8	202	55,2	99	27,1	366
12.001–18.000	34	17,5	102	52,6	58	29,9	194
18.001–172.000	50	21,2	139	58,9	47	19,9	236
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

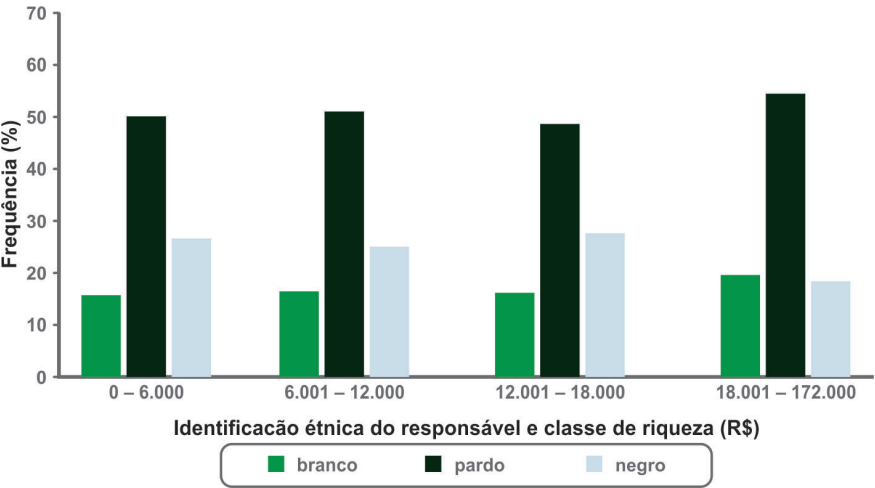


Figura 28. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Tabela 35. Identificação étnica do responsável plo domicílio x árvores fruteiras em produção.

Classe de árvores fruteiras	Branco		Pardo		Negro		Total
	N	%	N	%	N	%	
0	3	8,8	21	61,8	10	29,4	34
1-10	25	10,8	125	54,1	81	35,1	231
11-25	65	18,2	196	54,8	97	27,1	358
26-50	62	24,0	140	54,3	56	21,7	258
>50	33	22,9	85	59,0	26	18,1	144
Total	188	18,3	567	55,3	270	26,3	1.025

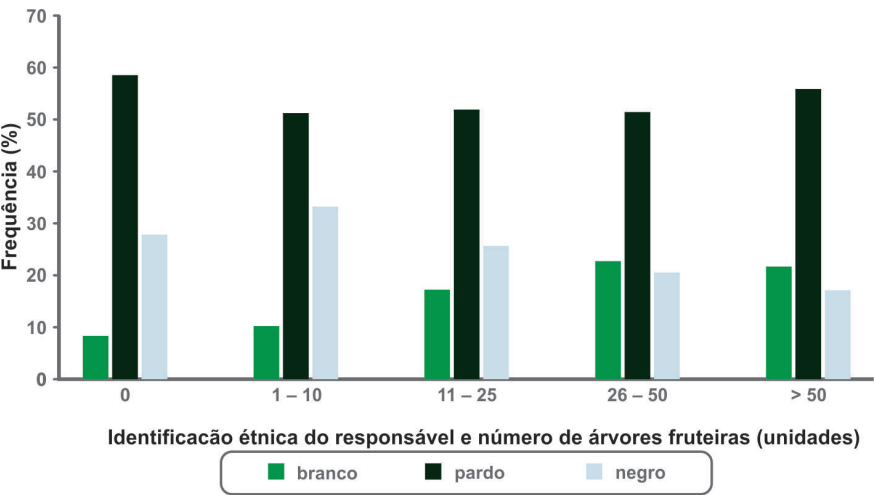


Figura 29. Identificação étnica do responsável pelo domicílio x árvores fruteiras em produção.

Pessoas residentes e que trabalham

A Tabela 36 identifica, para os 1.025 entrevistados, o número de pessoas que compõem os respectivos domicílios e, dentre essas, o número de pessoas que trabalham. A tabela apresenta, para as duas variáveis, valores médios e o total por município. No caso de pessoas residentes, também são apresentados os valores extremos. Observa-se o número médio de 4,0 pessoas residentes para os 1.025 domicílios entrevistados, resultado muito próximo das 3,9 pessoas por domicílio reportadas na Tabela 2, valor obtido a partir do Censo Demográfico de 2010. Já com relação às pessoas que trabalham, o diagnóstico identificou que essa condição caracterizava 69% dos residentes nos 1.025 domicílios, numa média, por domicílio, de 2,8 pessoas que trabalham. Quando os resultados são analisados conforme variáveis discriminantes, não se constata diferença expressiva em relação ao conjunto da amostra. As tabelas 37 a 41 e figuras 30 a 34 apresentam estatísticas descritivas do número de residentes e que trabalham nos domicílios, para variáveis em que os resultados merecem destaque. Verifica-se a tendência de associação entre domicílios com maior número de pessoas e aqueles com maior área cultivada nos roçados (Tabela 37), maior dependência em relação ao extrativismo do coco-babaçu (Tabela 38), e níveis mais altos de consumo (Tabela 40), embora para essa variável a tendência seja revertida para o grupo mais afluyente. Já a renda (Tabela 39) e o valor do patrimônio (Tabela 41) parecem não ter influência no número de pessoas do domicílio.

Tabela 36. Número de pessoas residentes e que trabalham.

Município	Famílias	Pessoas residentes				Pessoas que trabalham	
		Mínimo	Máximo	Média	Soma	Média	Soma
Alto Alegre do Maranhão	9	2	6	4,6	41	3,1	28
Bernardo do Mearim	26	2	9	4,2	109	2,7	71
Capinzal do Norte	42	1	8	3,6	152	2,7	115
Esperantinópolis	64	2	9	4,3	278	2,9	184
Igarapé Grande	67	1	8	3,7	246	2,6	174
Joselândia	115	1	12	4,1	474	2,7	315
Lago da Pedra	59	2	11	4,1	242	2,8	165
Lago do Junco	71	1	9	4,3	307	2,9	208
Lago dos Rodrigues	43	1	6	3,4	148	2,5	108

Continua...

Tabela 36. Continuação.

Município	Famílias	Pessoas residentes				Pessoas que trabalham	
		Mínimo	Máximo	Média	Soma	Média	Soma
Lima Campos	47	1	12	4,2	198	2,6	124
Pedreiras	60	2	9	4,0	242	2,7	164
Peritoró	41	1	11	4,6	190	3,0	124
Poção de Pedras	84	1	11	3,8	317	2,8	236
Santo Antonio dos Lopes	99	1	9	4,0	392	2,9	287
São Luís Gonzaga	147	1	14	4,1	608	3,0	436
São Raimundo	6	3	8	5,3	32	3,5	21
São Roberto	10	2	6	4,2	42	2,8	28
Trizidela do Vale	35	2	9	3,7	128	2,6	90
Total	1.025	1	14	4,0	4.146	2,8	2.878

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 37. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x tamanho da roça.

Linhas de roça	N	Número de pessoas residentes (R) e que trabalham (T) no domicílio									
		Mínimo		Máximo		Mediana		Média		Desvio padrão	
		R	T	R	T	R	T	R	T	R	T
0	103	1	1	9	9	3	2	3,6	2,4	1,6	1,3
0,01–1,5	181	1	1	9	8	4	2	3,7	2,6	1,5	1,2
1,51–3	375	1	1	14	8	4	2	4,0	2,6	1,5	1,1
3,1–6	279	1	1	12	11	4	3	4,3	3,2	1,8	1,5
>6	87	1	1	12	8	4	3	4,5	3,3	2,2	1,5

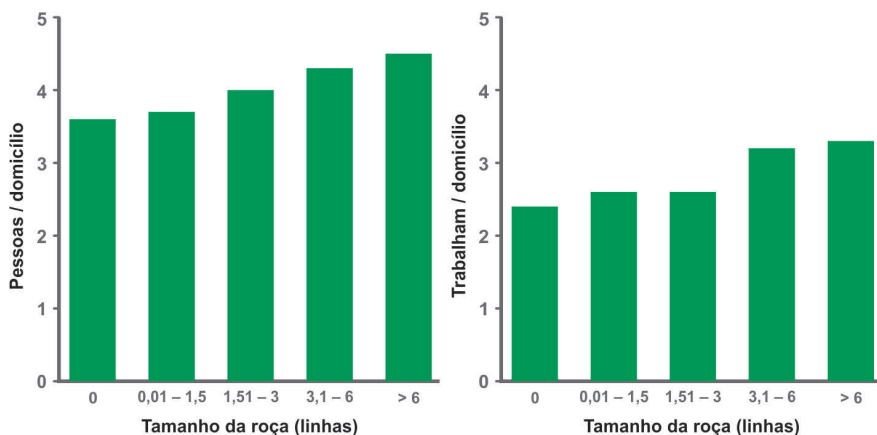
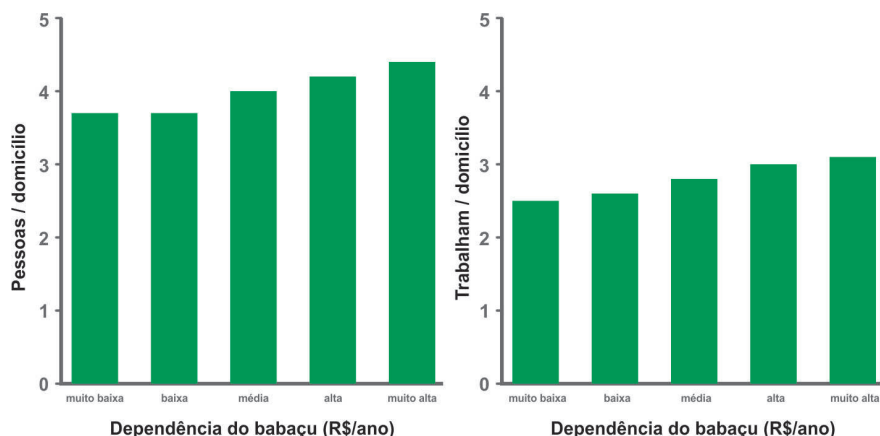
**Figura 30.** Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x tamanho da roça.

Tabela 38. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x dependência do babaçu.

Depen- dência do babaçu	Número de pessoas residentes (R) e que trabalham (T) no domicílio										
	N	Mínimo		Máximo		Mediana		Média		Desvio padrão	
		R	T	R	T	R	T	R	T	R	T
Muito baixa	134	1	1	7	6	4	2	3,7	2,5	1,5	1,1
Baixa	204	1	1	11	7	4	2	3,7	2,6	1,7	1,1
Média	193	1	1	14	8	4	2	4,0	2,8	1,8	1,3
Alta	267	1	1	9	8	4	2	4,2	3,0	1,6	1,3
Muito alta	227	1	1	12	11	4	2	4,4	3,1	1,8	1,6

**Figura 31.** Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x dependência do babaçu.**Tabela 39.** Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x renda mensal.

Renda mensal (salários mínimos)	Número de pessoas residentes (R) e que trabalham (T) no domicílio										
	N	Mínimo		Máximo		Mediana		Média		Desvio padrão	
		R	T	R	T	R	T	R	T	R	T
<1	227	1	1	14	7	4	2	4,0	2,6	1,6	1,2
1–2	414	1	1	12	11	4	2	4,0	2,7	1,8	1,4
2–3	237	1	1	11	11	4	3	4,1	2,9	1,8	1,4
>3	147	1	1	11	9	4	3	4,2	3,2	1,6	1,4

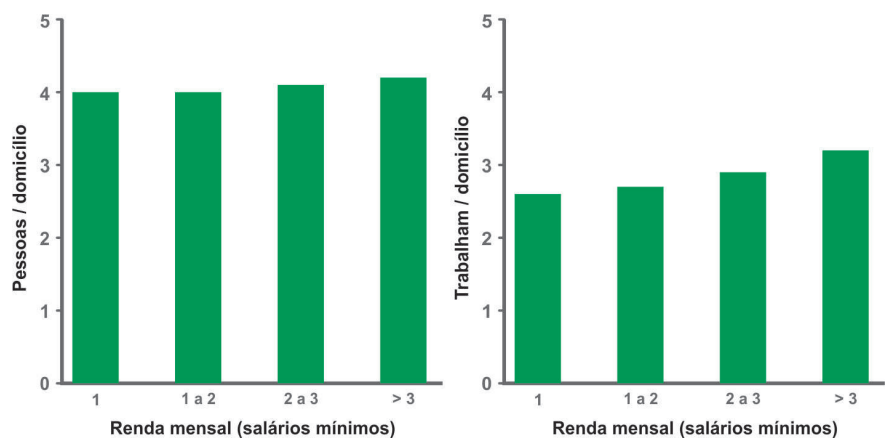


Figura 32. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x renda mensal.

Tabela 40. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x gasto mensal.

Classe de gasto mensal (R\$)	Número de pessoas residentes (R) e que trabalham (T) no domicílio										
	N	Mínimo		Máximo		Mediana		Média		Desvio padrão	
		R	T	R	T	R	T	R	T	R	T
< 750	181	1	1	9	6	3	2	3,5	2,3	1,4	0,9
751–1.500	440	1	1	14	9	4	2	4,0	2,7	1,7	1,3
1.501–2.500	265	1	1	12	11	4	3	4,4	3,1	1,9	1,6
> 2.500	139	1	1	9	7	4	3	4,2	3,1	1,6	1,3

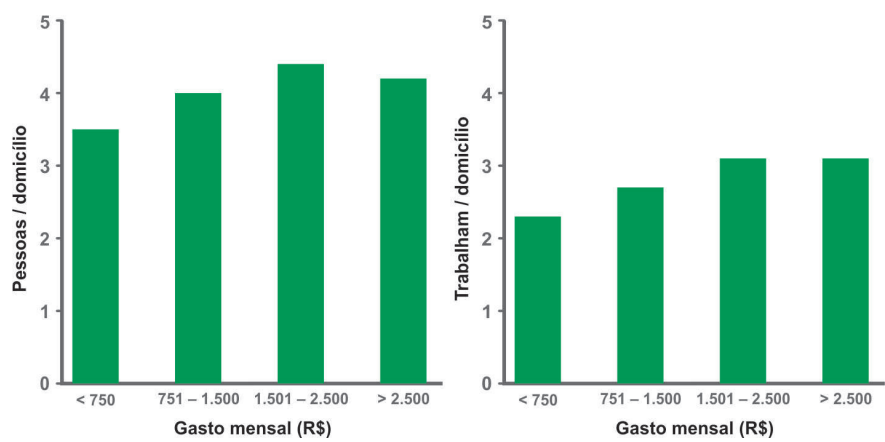


Figura 33. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x gasto mensal.

Tabela 41. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Classe de riqueza (R\$)	Número de pessoas residentes (R) e que trabalham (T) no domicílio										
	N	Mínimo		Máximo		Mediana		Média		Desvio padrão	
		R	T	R	T	R	T	R	T	R	T
0–6.000	229	1	1	14	8	4	2	4,0	2,6	1,7	1,2
6.001–12.000	366	1	1	12	11	4	2	4,0	2,8	1,7	1,4
12.001–18.000	194	1	1	12	8	4	2	4,1	2,8	1,8	1,4
18.001–172.000	236	1	1	11	11	4	3	4,1	3,0	1,5	1,4

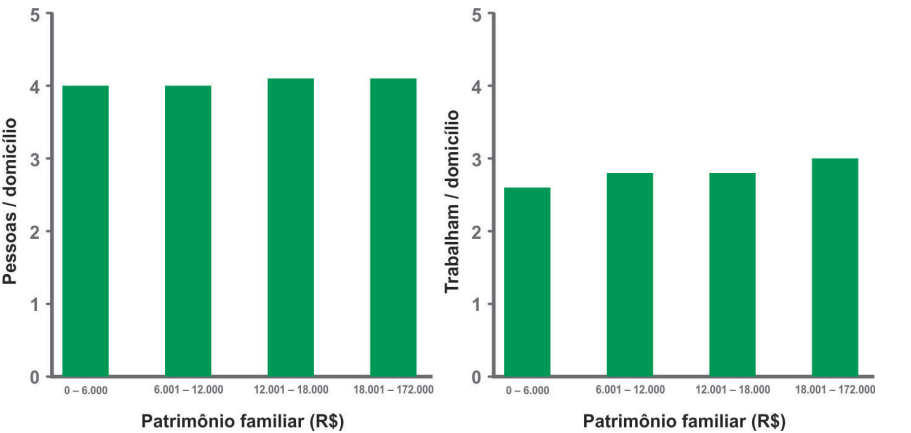


Figura 34. Número de pessoas residentes e trabalhando por domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Responsável pelo domicílio

A Tabela 42 indica que 74% dos estabelecimentos rurais entrevistados no diagnóstico nos municípios do Médio Mearim têm como responsável uma pessoa do sexo masculino, resultado bastante similar ao apresentado pelo Censo Agropecuário de 2017 para os municípios do estudo (71,3%). Segundo o censo, esse índice era de 79,5% para o estado do Maranhão como um todo, e chegava a 81% para o Brasil. Apenas uma pequena fração (2,4%) desses estabelecimentos não tinham como responsável um dos cônjuges do domicílio.

As tabelas 43 a 49 e figuras 35 a 41 indicam a distribuição do sexo do responsável pelo domicílio conforme variáveis discriminantes. Considerando que 23,7% dos estabelecimentos têm responsáveis do sexo feminino, tal situação verifica-se proporcionalmente com maior frequência nos seguintes casos:

- Categoria fundiária → em territórios quilombolas (35,0%).
- Tamanho do estabelecimento → nos menores estabelecimentos (30,0%).
- Tamanho do roçado → em famílias que não cultivam roçados (36,9%). Nas que cultivam os maiores roçados, acima de 6 linhas, a porcentagem limita-se a 12,6%.
- Dependência do babaçu → em famílias com dependência muito alta em relação ao babaçu (28,6%).
- Renda e consumo mensal e patrimônio → em domicílios cuja renda mensal é mais baixa (28,6%), o consumo mensal é mais baixo (28,2%), e o patrimônio é menor (28,0%). Nota-se que em domicílios com renda mensal mais alta, a porcentagem de responsáveis mulheres limita-se a 8,2%.

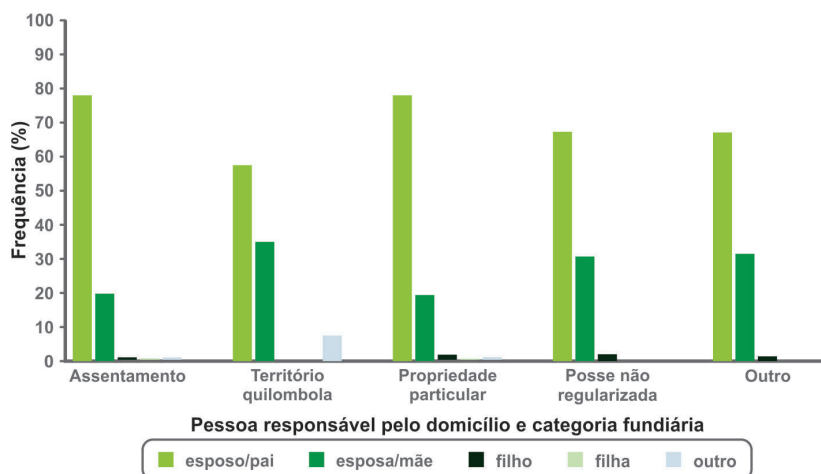
Tabela 42. Membro da família responsável pelo domicílio.

Município	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Alto Alegre do Maranhão	7	77,8	2	22,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9
Bernardo do Mearim	20	76,9	6	23,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	26
Capinzal do Norte	38	90,5	3	7,1	0	0,0	0	0,0	1	2,4	42
Esperantinópolis	48	75,0	16	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	64
Igarapé Grande	58	86,6	6	9,0	2	3,0	1	1,5	0	0,0	67
Joselândia	79	68,7	34	29,6	1	0,9	1	0,9	0	0,0	115
Lago da Pedra	44	74,6	14	23,7	0	0,0	0	0,0	1	1,7	59
Lago do Junco	51	71,8	20	28,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	71
Lago dos Rodrigues	27	62,8	15	34,9	1	2,3	0	0,0	0	0,0	43
Lima Campos	29	61,7	18	38,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	47
Pedreiras	42	70,0	17	28,3	1	1,7	0	0,0	0	0,0	60
Peritoró	31	75,6	8	19,5	1	2,4	0	0,0	1	2,4	41
Poção de Pedras	64	76,2	19	22,6	0	0,0	0	0,0	1	1,2	84
Santo Antônio dos Lopes	78	78,8	18	18,2	3	3,0	0	0,0	0	0,0	99
São Luís Gonzaga do Maranhão	107	72,8	33	22,5	3	2,0	0	0,0	4	2,7	147
São Raimundo	3	50,0	3	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6
São Roberto	6	60,0	4	40,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10
Trizidela do Vale	26	74,3	7	20,0	2	5,7	0	0,0	0	0,0	35
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 43. Membro da família responsável pelo domicílio x categoria fundiária.

Categoria fundiária	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Assentamento	214	78,4	54	19,8	2	0,7	1	0,4	2	0,7	273
Território quilombola	23	57,5	14	35,0	0	0,0	0	0,0	3	7,5	40
Propriedade particular	305	78,0	76	19,4	6	1,5	1	0,3	3	0,8	391
Posse não regularizada	167	67,3	76	30,7	5	2,0	0	0,0	0	0,0	248
Outro	49	67,1	23	31,5	1	1,4	0	0,0	0	0,0	73
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

**Figura 35.** Membro da família responsável pelo domicílio x categoria fundiária.**Tabela 44.** Membro da família responsável pelo domicílio x área do estabelecimento.

Classe de área (ha)	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
0–5	176	69,6	76	30,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	253
5,1–20	221	71,8	76	24,7	5	1,6	2	0,7	4	1,3	308
20,1–40	260	77,4	68	20,2	6	1,8	0	0,0	2	0,6	336
40,1–400	101	78,9	23	18,0	3	2,3	0	0,0	1	0,8	128
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

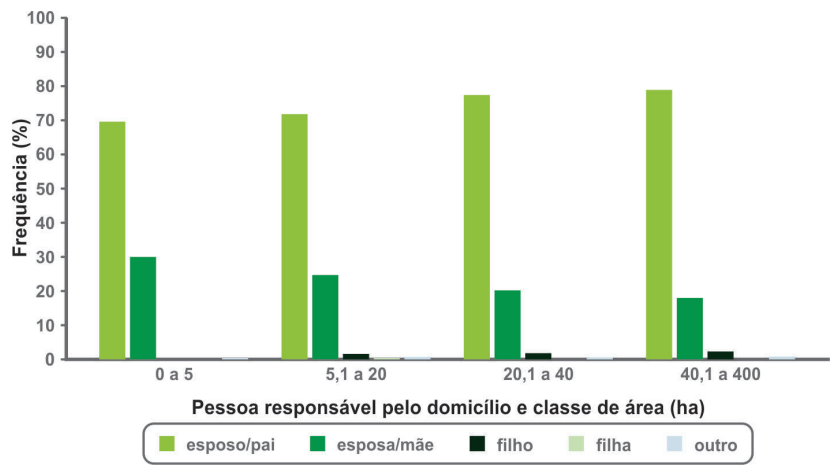


Figura 36. Membro da família responsável pelo domicílio x área do estabelecimento.

Tabela 45. Membro da família responsável pelo domicílio x tamanho da roça.

Classe linhas de roça	Esposos/pais		Esposas/mães		Filhos		Filhas		Outros		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
0	62	60,2	38	36,9	1	1,0	0	0,0	2	1,9	103
0,01–1,5 linhas	139	76,8	39	21,6	2	1,1	0	0,0	1	0,6	181
1,51–3 linhas	280	74,7	89	23,7	2	0,5	1	0,3	3	0,8	375
3,1–6 linhas	203	72,8	66	23,7	9	3,2	0	0,0	1	0,4	279
>6 linhas	74	85,1	11	12,6	0	0,0	1	1,2	1	1,2	87
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

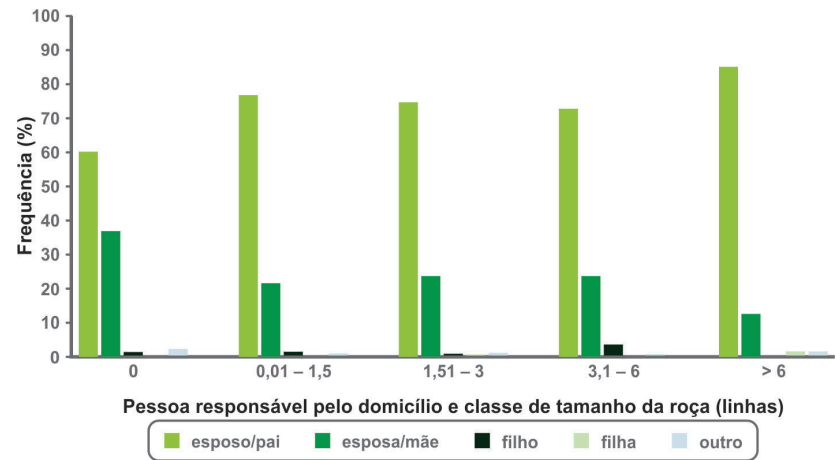


Figura 37. Membro da família responsável pelo domicílio x tamanho da roça.

Tabela 46. Membro da família responsável pelo domicílio x dependência do babaçu.

Dependência babaçu	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Muito baixa	100	74,6	32	23,9	1	0,8	0	0,0	1	0,8	134
Baixa	152	74,5	40	19,6	8	3,9	0	0,0	4	2,0	204
Média	149	77,2	41	21,2	2	1,0	1	0,5	0	0,0	193
Alta	198	74,2	65	24,3	3	1,1	0	0,0	1	0,4	267
Muito alta	159	70,0	65	28,6	0	0,0	1	0,4	2	0,9	227
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

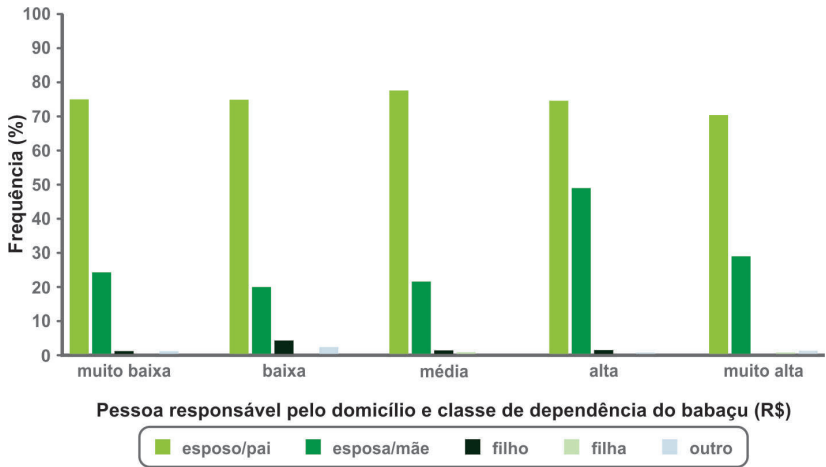


Figura 38. Membro da família responsável pelo domicílio x dependência do babaçu.

Tabela 47. Membro da família responsável pelo domicílio x renda mensal.

Renda mensal (salários mínimos)	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Até 1	158	69,6	67	29,5	1	0,4	0	0,0	1	0,4	227
1 a 2	295	71,3	110	26,6	4	1,0	1	0,2	4	1,0	414
2 a 3	177	74,7	54	22,8	3	1,3	1	0,4	2	0,8	237
>3	128	87,1	12	8,2	6	4,1	0	0,0	1	0,7	147
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

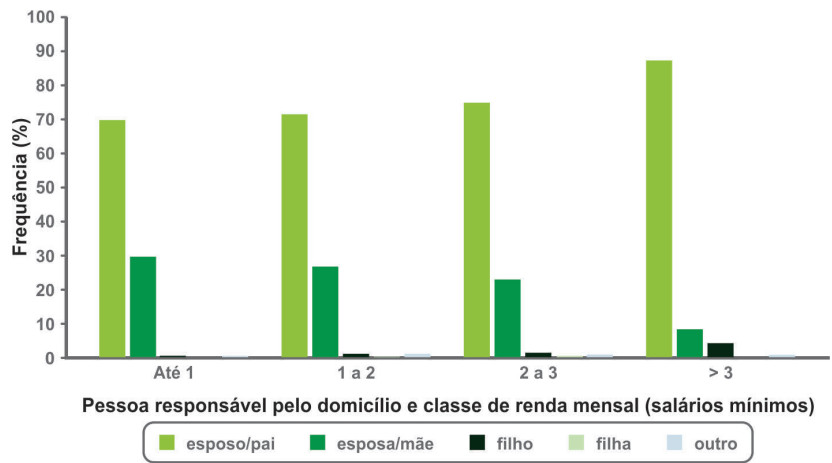


Figura 39. Membro da família responsável pelo domicílio x renda mensal.

Tabela 48. Membro da família responsável pelo domicílio x gasto mensal (consumo).

Classe gasto (R\$)	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<750	127	70,2	51	28,2	1	0,6	0	0,0	2	1,1	181
751–1.500	322	73,2	110	25,0	4	0,9	1	0,2	3	0,7	440
1.501-2.500	194	73,2	61	23,0	7	2,6	1	0,4	2	0,8	265
>2.500	115	82,7	21	15,1	2	1,4	0	0,0	1	0,7	139
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

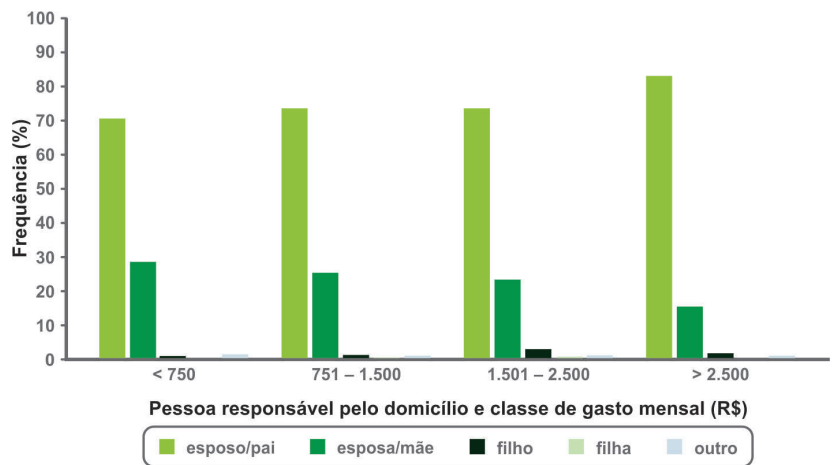


Figura 40. Membro da família responsável pelo domicílio x gasto mensal (consumo).

Tabela 49. Membro da família responsável pelo domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Classe riqueza	Esposo/pai		Esposa/mãe		Filho		Filha		Outro		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
0–6.000	158	69,0	64	28,0	3	1,3	1	0,4	3	1,3	229
6.001–12.000	263	71,9	97	26,5	3	0,8	1	0,3	2	0,6	366
12.001–18.000	141	72,7	49	25,3	3	1,6	0	0,0	1	0,5	194
18.001–172.000	196	83,1	33	14,0	5	2,1	0	0,0	2	0,9	236
Total	758	74,0	243	23,7	14	1,4	2	0,2	8	0,8	1.025

**Figura 41.** Membro da família responsável pelo domicílio x riqueza (valor do patrimônio).

Religião

O Censo Demográfico de 2010 indica que, nos municípios do Médio Mearim, a porcentagem de católicos (80,5%) era significativamente superior à do estado do Maranhão (75%) e à do País como um todo (65%). A religião evangélica, em suas diversas denominações, limitava-se a 13,9% da população, contrastando com 17,2% em todo o Maranhão e 22,2% no País. A fração da população que não se identificava com nenhuma religião era limitada a 4,9% nos municípios do Mearim, 6,6% no Maranhão e 8% no País. Vale observar, contudo, que o próximo censo, previsto para ser realizado em 2021, constatará significativo crescimento na porcentagem da população com religião evangélica e redução proporcional no número de católicos.

Nos 1.025 domicílios entrevistados no âmbito do diagnóstico socioeconômico do Médio Mearim, conforme apresentado na Tabela 50 e na Figura 42, verifica-se, contudo, forte predominância da religião católica, correspondendo a 82% dos domicílios, estando presente em outros 7,3% tanto a religião católica quanto a evangélica. Em alguns municípios, a participação da religião católica alcançou a totalidade dos domicílios entrevistados, como Peritoró e Lago do Junco, onde mais de 97% dos domicílios eram de religião católica, e os demais professavam ambas religiões. Apenas em 0,4% dos domicílios entrevistados os responsáveis indicaram não ter religião alguma.

Tabela 50. Religião predominante no domicílio.

Município	Católica		Evangélica		Sem religião		Católica e evangélica		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Alto Alegre do Maranhão	3	33,3	6	66,7	0	0,0	0	0,0	9
Bernardo do Mearim	23	88,5	2	7,7	0	0,0	1	3,9	26
Capinzal do Norte	34	81,0	1	2,4	0	0,0	7	16,7	42
Esperantinópolis	54	84,4	8	12,5	0	0,0	2	3,1	64
Igarapé Grande	52	77,6	8	11,9	0	0,0	7	10,5	67
Joselândia	82	71,3	18	15,7	2	1,7	13	11,3	115
Lago da Pedra	45	76,3	11	18,6	0	0,0	3	5,1	59
Lago do Junco	69	97,2	0	0,0	0	0,0	2	2,8	71
Lago dos Rodrigues	40	93,0	1	2,3	0	0,0	2	4,7	43
Lima Campos	40	85,1	6	12,8	0	0,0	1	2,1	47
Pedreiras	48	80,0	4	6,7	1	1,7	7	11,7	60
Peritoró	40	97,6	0	0,0	0	0,0	1	2,4	41
Poção de Pedras	65	77,4	10	11,9	0	0,0	9	10,7	84
Santo Antônio dos Lopes	82	82,8	9	9,1	1	1,0	7	7,1	99
São Luís Gonzaga do Maranhão	123	83,7	14	9,5	0	0,0	10	6,8	147
São Raimundo	4	66,7	0	0,0	0	0,0	2	33,3	6
São Roberto	7	70,0	3	30,0	0	0,0	0	0,0	10
Trizidela do Vale	29	82,9	5	14,3	0	0,0	1	2,9	35
Total	840	82,0	106	10,3	4	0,4	75	7,3	1.025

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

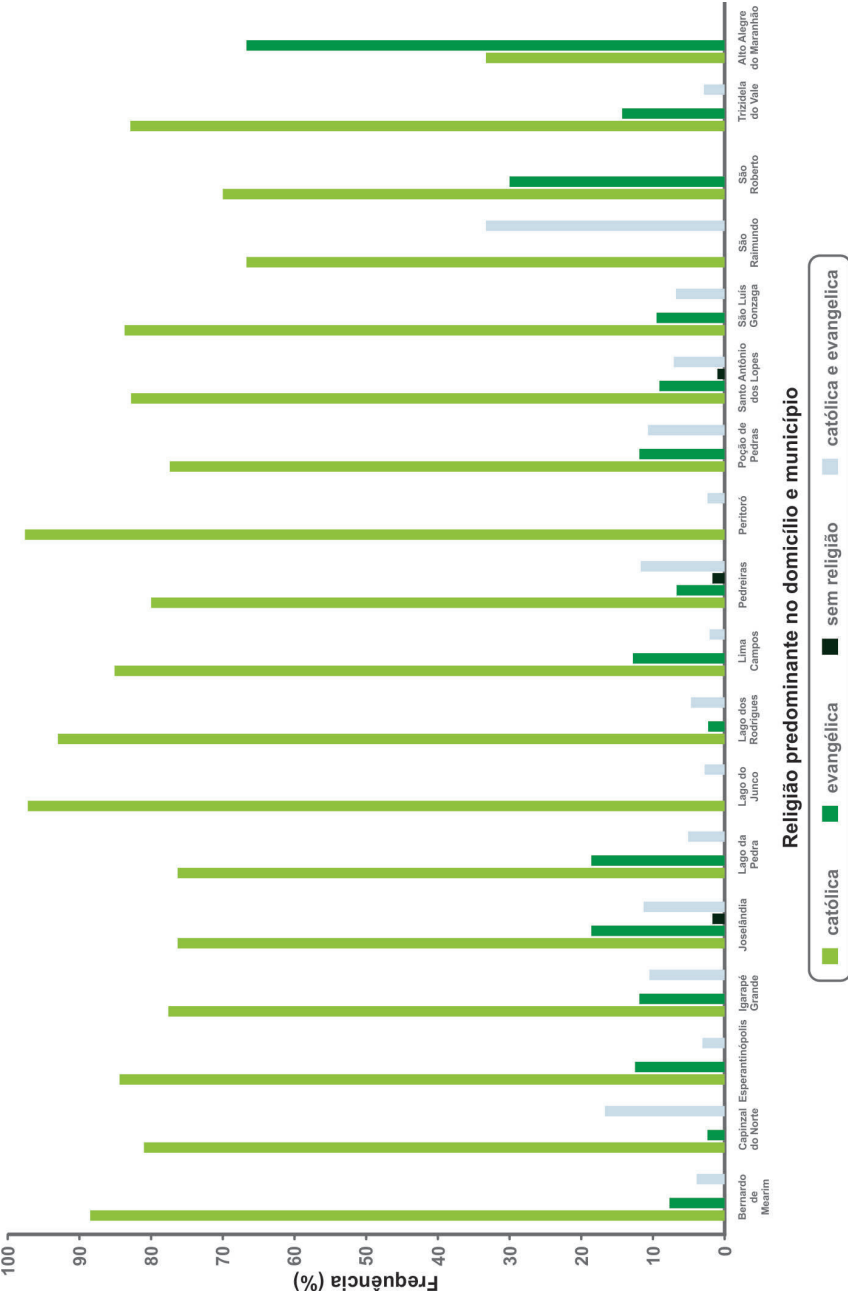


Figura 42. Religião predominante no domicílio.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Local de origem dos responsáveis pelo domicílio

O Médio Mearim tem como característica uma população formada a partir da integração da descendência negra e indígena que há gerações ali se estabeleceu, com migrantes mais recentes, vindos do Nordeste Semiárido, especialmente dos estados do Ceará e Piauí. Foram diversas as localidades formadas com a chegada desses migrantes, a partir da segunda década do século XX. Em particular, a década de 1950 marca significativo influxo de migrantes nordestinos ao Médio Mearim, coincidindo com o crescimento da produção agrícola, especialmente de arroz. A partir de então, reduz-se a intensidade da chegada de migrantes vindos de outros estados, e a mobilidade de famílias caracteriza-se, sobretudo, por deslocamentos entre localidades mais próximas.

A Tabela 51 inicialmente identifica a porcentagem dos responsáveis pelos domicílios incluídos no diagnóstico socioeconômico do Médio Mearim que são nascidos na mesma localidade em que se realizou a entrevista, sendo essa situação verificada em cerca de 45% desses domicílios. Dentre os municípios compreendidos pela pesquisa, as maiores proporções dos que são nascidos no local foram verificadas em Bernardo do Mearim (73,1%), Poção de Pedras e Trizidela do Vale (57,1%). Situação oposta ocorreu em Alto Alegre do Maranhão, onde 88,9% não são originários da localidade. A Tabela 52 detalha o local de origem dos 55% que não nasceram na mesma localidade, dos quais praticamente a metade (48,5%) têm origem em municípios vizinhos, enquanto 30% vieram de povoados vizinhos e os demais 21% têm origem em outros estados do Nordeste.

Por fim, a Tabela 53 apresenta a situação atual de trabalho e moradia dos responsáveis pelo estabelecimento. Os resultados indicam que 84% dos responsáveis e 82% dos cônjuges residem e trabalham no estabelecimento. Por outro lado, a participação dos que trabalham no estabelecimento, mas residem fora, alcança 14%, enquanto 2% residem no estabelecimento, mas trabalham fora.

Tabela 51. Proporção de responsáveis pelo domicílio que nasceram na mesma localidade onde a entrevista foi realizada.

Município	Não locais		Locais		Total
	N	%	N	%	
Alto Alegre do Maranhão	8	88,9	1	11,1	9
Bernardo do Mearim	7	26,9	19	73,1	26
Capinzal do Norte	31	73,8	11	26,2	42
Esperantinópolis	36	56,3	28	43,8	64
Igarapé Grande	35	52,2	32	47,8	67
Joselândia	72	62,6	43	37,4	115
Lago da Pedra	37	62,7	22	37,3	59
Lago do Junco	33	46,5	38	53,5	71
Lago dos Rodrigues	19	44,2	24	55,8	43
Lima Campos	33	70,2	14	29,8	47
Pedreiras	30	50,0	30	50,0	60
Peritoró	22	53,7	19	46,3	41
Poção de Pedras	36	42,9	48	57,1	84
Santo Antônio dos Lopes	54	54,6	45	45,5	99
São Luís Gonzaga do Maranhão	83	56,5	64	43,5	147
São Raimundo	4	66,7	2	33,3	6
São Roberto	8	80,0	2	20,0	10
Trizidela do Vale	15	42,9	20	57,1	35
Total	563	54,9	462	45,1	1.025

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 52. Local de origem do responsável pelo domicílio e cônjuge.

Local de origem do responsável e cônjuge	Famílias	%
Comunidade vizinha	335	30,07
Município vizinho	540	48,47
Outro estado	236	21,18
Outro local	3	0,27
Total	1.114	100

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 53. Vínculo do responsável e cônjuge com o estabelecimento.

Responsável	Famílias	%	Cônjuge	Famílias	%
Reside e trabalha	860	83,9	Reside e trabalha	774	82,1
Reside e trabalha fora	19	1,9	Reside e trabalha fora	20	2,1
Reside fora e trabalha	144	14,1	Reside fora e trabalha	133	14,1
Não reside nem trabalha	2	0,2	Não reside nem trabalha	16	1,7
Total	1.025	100	Total	943	100

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Infraestrutura e serviços nos estabelecimentos rurais

Após apresentar, na seção anterior, informações sobre a composição e características das famílias residentes e entrevistadas no âmbito do diagnóstico socioeconômico do Médio Mearim, nesta seção contextualiza-se a disponibilidade de infraestrutura e serviços básicos acessados por esses domicílios, como o da família de Antônio José de Sousa (Figura 43). Inicialmente, é analisada a distância dos domicílios em relação à cidade. Posteriormente são apresentadas informações sobre o acesso dos domicílios à eletricidade, água encanada, telefone e conexão à internet. Por fim, avalia-se a localização dos domicílios em relação a postos de saúde e escolas, e o grau de ensino oferecido por essas escolas.

Foto: Aline Nascimento



Figura 43. Residência da família de Antônio José de Sousa, povoado de São Manoel, município de Lago do Junco, MA.

Distância à cidade

As tabelas 54 a 59 e as figuras 44 a 49 situam as residências das famílias entrevistadas em relação ao centro urbano mais próximo. As estatísticas descritivas são apresentadas para distâncias em quilômetros e para o tempo necessário para o deslocamento entre a residência e a cidade (em minutos, considerando o percurso realizado em motocicleta). São apresentados média (md), mediana (mn) e desvio padrão (dp), além dos valores extremos observados para cada situação (mín. e máx.).

Para o conjunto de domicílios entrevistados, observa-se uma distância média de 14 km (mediana = 13 km), e um tempo médio de 22 minutos (mediana = 20 minutos) à cidade mais próxima. Os valores máximos observados foram de 38 km e 60 minutos.

A Tabela 54 traz os dados desagregados por município, sendo possível observar que distâncias menores (definidas por medianas) ocorreram nos municípios de São Roberto (5 km), Lago da Pedra (6 km), Esperantinópolis (7 km) e Bernardo do Mearim (8 km), enquanto o oposto se dá para Santo Antônio dos Lopes (22 km) e Peritoró (20 km).

Analisando a distância da residência à cidade mais próxima conforme as variáveis discriminantes, constatamos que, em relação à categoria fundiária, a Tabela 55 indica que distâncias menores tendem a estar associadas a propriedades privadas (13,7 km), contrastando com territórios quilombolas (17,8 km). Quanto ao tamanho do estabelecimento, a Tabela 56 mostra que distâncias maiores estão associadas a estabelecimentos maiores: a mediana das distâncias é de 9 km no grupo de até 5 ha, e alcança 15 km naqueles acima de 40 ha. Com relação ao tamanho do roçado, a tabela 57 indica que distâncias maiores estão associadas a estabelecimentos que cultivam roças maiores: a mediana das distâncias é de 12 km no grupo cujos roçados não ultrapassam 1,5 linha, e alcança 15 km naqueles acima de 6 linhas. A Tabela 58, que analisa a distância em função da dependência do babaçu, mostra que tanto domicílios com dependência muito alta como muito baixa apresentam distâncias medianas menores à cidade (12 km) quando comparadas às famílias com dependência média do babaçu (15 km). Por fim, a renda mensal parece não influenciar a distância entre domicílios e a cidade (Tabela 59).

Tabela 54. Distância dos estabelecimentos (km e minutos) à cidade mais próxima.

Município	N	Distância (km)					Distância (minutos)				
		mín.	máx.	mn	md	dp	mín.	máx.	mn	md	dp
Alto Alegre do Maranhão	9	12	15	15	13,7	1,6	25	30	25	27,2	2,6
Bernardo do Mearim	26	5	15	8	8,9	3,3	10	20	13,5	14,6	4,6
Capinzal do Norte	42	14	22	14,5	14,7	1,3	20	30	25	25,0	5,1
Esperantinópolis	64	2	25	7	9,9	7,5	3	30	12,5	14,4	8,2
Igarapé Grande	67	0,5	30	12	14,9	9,2	1	30	20	18,9	9,4
Joselândia	115	3	25	12	12,6	6,2	5	40	15	21,2	12,2
Lago da Pedra	59	2	38	6	10,1	11,1	3	60	10	16,3	17,4
Lago do Junco	71	1	35	18	16,6	10,2	3	50	30	25,0	13,7
Lago dos Rodrigues	43	2	28	13	12,8	5,5	5	40	20	19,1	8,2
Lima Campos	47	8	20	18	15,7	3,1	5	45	24	23,9	8,0
Pedreiras	60	4	36	14	17,1	9,7	10	35	20	22,8	8,0
Peritoró	41	14	29	20	20,1	5,7	8	40	30	27,4	8,6
Poção de Pedras	84	3	22	10	9,6	3,8	5	40	18	19,5	9,0
Santo Antônio dos Lopes	99	16	33	22	22,2	4,5	24	46	35	34,5	6,6
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	2	27	12	12,6	5,2	5	60	20	21,0	10,5
São Raimundo	6	13	13	13	13,0	0	20	20	20	20,0	0
São Roberto	10	5	15	5	9,0	5,2	10	20	10	14,0	5,2
Trizidela do Vale	35	6	19	11	11,3	3,6	15	23	20	19,2	2,2
Total	1.025	0,5	38	13	14,0	7,6	1	60	20	22,0	11,1

mín: mínimo; máx.: máximo; mn: mediana; md: média; dp: desvio padrão.

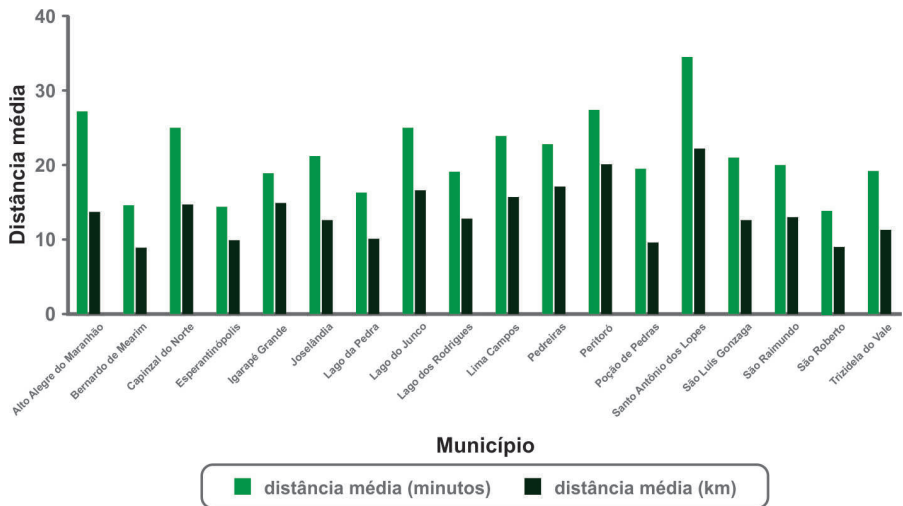


Figura 44. Distância média dos estabelecimentos à cidade mais próxima.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 55. Distância dos estabelecimentos à cidade (km e minutos) x categoria fundiária.

Categoria fundiária	N	Distância (km)					Distância (minutos)				
		mín.	máx.	mn	md	dp	mín.	máx.	mn	md	dp
Assentamento	273	2,0	35	14	14,3	6,6	3	60	20	22,2	9,7
Território quilom-bola	40	11,0	28	15,5	17,8	5,2	8	40	25,5	26,6	7,8
Propriedade particular	391	0,5	38	12	13,7	7,9	1	60	20	21,4	10,8
Posse não regula-rizada	248	2,0	36	13	14,6	7,9	3	60	20	23,0	12,5
Outro	73	0,5	38	8	11,0	8,7	1	60	15	17,9	13,3
Total	1.025	0,5	38	13	14,0	7,6	1	60	20	22,0	11,1

mín: mínimo; máx.: máximo; mn: mediana; md: média; dp: desvio padrão.

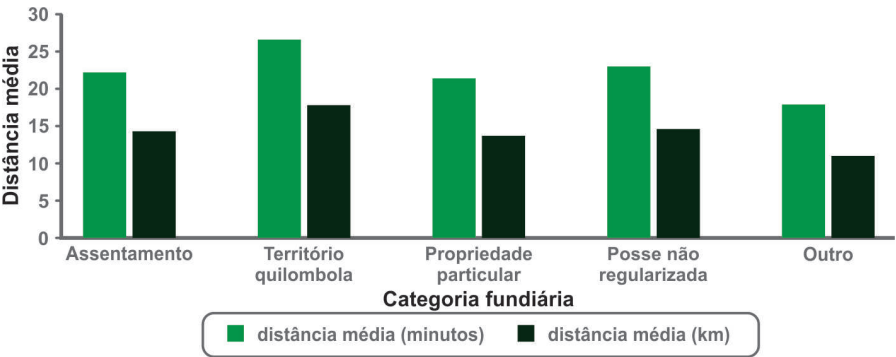


Figura 45. Distância média dos estabelecimentos à cidade x categoria fundiária.

Tabela 56. Distância dos estabelecimentos à cidade (km e minutos) x classe de área.

Classe de área (ha)	N	Distância (km)					Distância (minutos)				
		mín.	máx.	mn	md	dp	mín.	máx.	mn	md	dp
0–5	253	0,5	36	9	11,5	7,9	1,0	60	15	18,4	11,8
5,1–20	308	1,0	36	12	13,7	7,4	3,0	50	20	21,4	10,1
20,1–40	336	0,5	38	15	15,6	6,8	1,0	60	24	24,3	10,5
40,1–400	128	3,0	38	15	15,7	8,0	5,0	60	24	24,4	12,0
Total	1.025	0,5	38	13	14,0	7,6	1	60	20	22,0	11,1

mín: mínimo; máx.: máximo; mn: mediana; md: média; dp: desvio padrão.

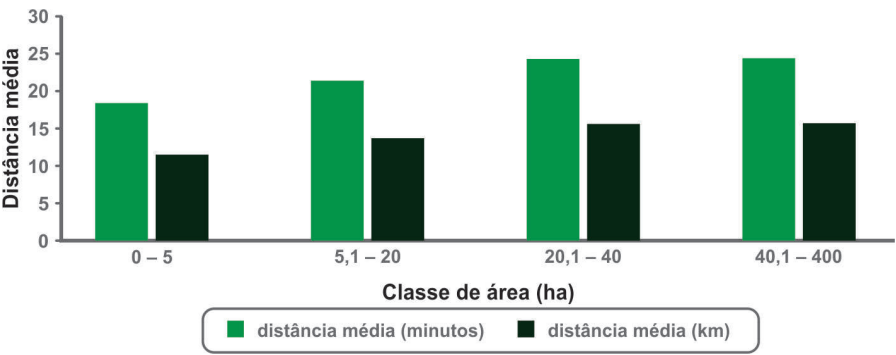


Figura 46. Distância dos estabelecimentos à cidade x classe de área.

Tabela 57. Distância dos estabelecimentos à cidade (km e minutos) x tamanho da roça.

Tamanho da roça	N	Distância (km)					Distância (minutos)				
		mín.	máx.	mn	md	dp	mín.	máx.	mn	md	dp
0	103	1,0	38	12	13,2	8,5	3	60	20	20,9	12,8
0,01–1,5	181	1,0	33	12	12,0	7,1	3	60	18	18,9	11,2
1,51–3	375	0,5	38	13	14,1	7,7	1	60	20	21,9	10,5
3,1–6	279	0,5	38	15	15,0	7,1	1	60	22	23,6	10,6
> 6	87	3,0	38	15	16,0	7,8	5	60	24	24,7	12,1
Total	1.025	0,5	38	13	14,0	7,6	1	60	20	22,0	11,1

mín: mínimo; máx.: máximo; mn: mediana; md: média; dp: desvio padrão.

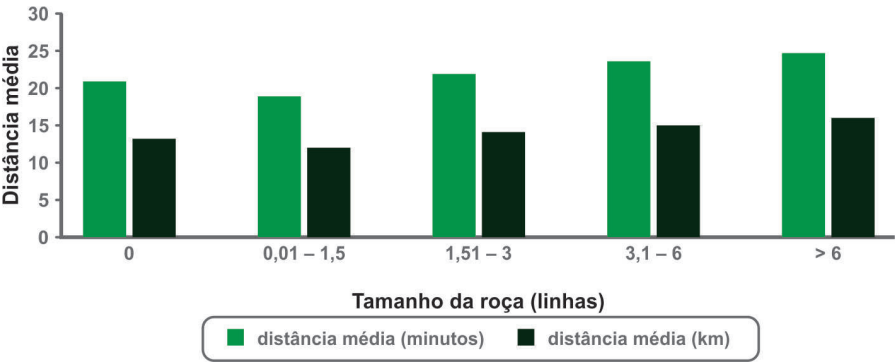


Figura 47. Distância média dos estabelecimentos à cidade x tamanho da roça.

Tabela 58. Distância dos estabelecimentos à cidade (km e minutos) x dependência babaçu.

Dependência do babaçu	N	Distância (km)					Distância (minutos)				
		mín.	máx.	mn	md	dp	mín.	máx.	mn	md	dp
Muito baixa	134	0,5	38	12	13,0	9,0	1	60	20	19,5	12,6
Baixa	204	1,0	38	14	13,9	7,9	3	60	20	22,0	11,7
Média	193	2,0	38	15	14,9	7,5	5	60	20	23,1	10,7
Alta	267	0,5	36	14	14,9	7,4	1	60	20	23,2	10,7
Muito alta	227	2,0	30	12	13,1	6,7	3	60	20	21,1	10,3
Total	1.025	0,5	38	13	14,0	7,6	1	60	20	22,0	11,1

mín: mínimo; máx.: máximo; mn: mediana; md: média; dp: desvio padrão.

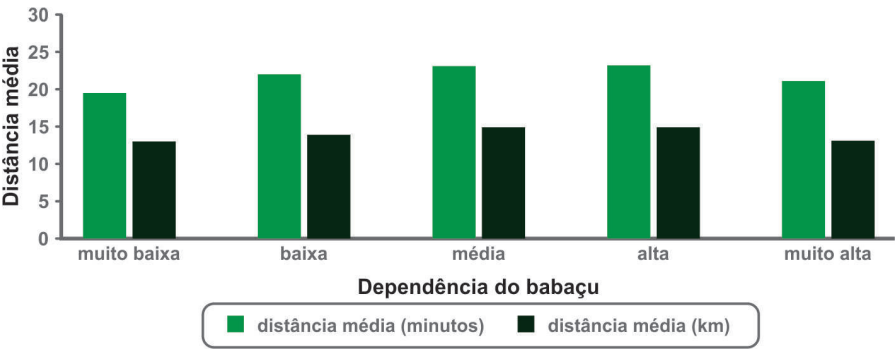


Figura 48. Distância média dos estabelecimentos à cidade x dependência do babaçu.

Tabela 59. Distância dos estabelecimentos à cidade (km e minutos) x renda mensal.

Renda mensal (salários mínimos)	N	Distância (km)					Distância (minutos)				
		mín.	máx.	mn	md	dp	mín.	máx.	mn	md	dp
<1	227	1,0	38	13	13,8	7,7	3	60	20	22,3	11,6
1–2	414	1,0	38	13	14,4	7,7	3	60	20	22,1	10,8
2–3	237	1,0	38	14	14,0	7,7	3	60	20	21,6	11,6
>3	147	0,5	36	14	13,6	7,2	1	40	20	21,6	10,9
Total	1.025	0,5	38	13	14,0	7,6	1	60	20	22,0	11,1

mín: mínimo; máx.: máximo; mn: mediana; md: média; dp: desvio padrão.

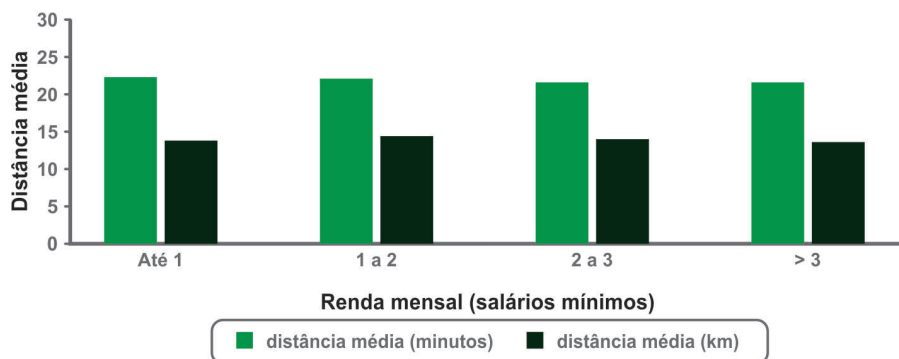


Figura 49. Distância média dos estabelecimentos à cidade x renda mensal.

Acesso à energia elétrica, água encanada, telefone e internet

O Censo Agropecuário de 2017 fornece informações sobre a situação dos estabelecimentos rurais em relação ao acesso a energia elétrica, telefone e conexões de internet. A Tabela 60 indica que apenas 56,3% dos estabelecimentos do Médio Mearim têm acesso à energia elétrica, índice significativamente inferior ao observado para estabelecimentos rurais em todo o estado do Maranhão (71,7%), e menor ainda quando considerado o País (83,1%). Um forte contraste é observado no próprio território, com alguns municípios apresentando taxas de acesso à energia elétrica muito baixas, como São Roberto (37,1%), São Raimundo (38,1%) e Poção de Pedras (38,2%), índices que não chegam à metade do observado em Alto Alegre do Maranhão (80,9%), Peritoró (82,2%) e Lago dos Rodrigues (83,9%).

O censo de 2017 também indica que, nos 18 municípios do Médio Mearim incluídos na pesquisa, cerca de 7,5% dos estabelecimentos possuem telefone, e 3,3% têm acesso à conexão de internet, índices próximos do observado no estado do Maranhão como um todo (7,1% e 2,9%), mas apenas um terço dos índices nacionais (23,5% e 10,7%). Alguns municípios do Médio Mearim apresentam índices significativamente maiores, como Bernardo do Mearim (respectivamente 15,8% e 9,0%), Lago dos Rodrigues (13,9% e 9,3%) e Pedreiras (12,5% e 6,5%), em contraste com os observados em São Roberto (1,9% e 3,4%), Lago da Pedra (3,4% e 2,8%) e Joselândia (4,2% e 0,9%).

Tabela 60. Acesso a energia elétrica, telefone, internet, estabelecimentos rurais, Médio Mearim.

Município	Estabelecimentos com energia elétrica, telefone e conexão à internet						Total
	Energia elétrica	%	Telefone	%	Conexão a internet	%	
Alto Alegre do Maranhão	169	80,86	16	7,66	8	3,83	209
Bernardo do Mearim	223	48,90	72	15,79	41	8,99	456
Capinzal do Norte	375	50,27	51	6,84	17	2,28	746
Esperantinópolis	587	41,25	82	5,76	31	2,18	1.423
Igarapé Grande	301	45,54	61	9,23	34	5,14	661
Joselândia	552	48,17	48	4,19	10	0,87	1.146
Lago da Pedra	765	75,74	34	3,37	28	2,77	1.010
Lago do Junco	476	70,62	65	9,64	14	2,08	674
Lago dos Rodrigues	416	83,87	69	13,91	46	9,27	496
Lima Campos	527	73,30	84	11,68	41	5,70	719
Pedreiras	423	70,27	75	12,46	39	6,48	602
Peritoró	677	82,16	55	6,67	7	0,85	824
Poção de Pedras	856	38,20	118	5,27	89	3,97	2.241
Santo Antônio dos Lopes	792	52,07	115	7,56	27	1,78	1.521
São Luís Gonzaga do Maranhão	1.077	66,40	173	10,67	47	2,90	1.622
São Raimundo	283	38,14	32	4,31	8	1,08	742
São Roberto	155	37,17	8	1,92	14	3,36	417
Trizidela do Vale	296	78,51	45	11,94	22	5,84	377
Médio Mearim	8.950	56,34	1.203	7,57	523	3,29	15.886
Maranhão	133.546	71,71	13.178	7,08	5.267	2,83	186.244
Brasil	4.217.362	83,13	1.192.794	23,51	543.151	10,71	5.073.324

Fonte: Tabelas Sidra 6778 (energia elétrica) e 6962 (telefone, internet) (IBGE, 2019a).

Considerando os 1.025 estabelecimentos entrevistados no âmbito do diagnóstico socioeconômico, verifica-se uma incidência muito maior e praticamente a universalização do acesso dos domicílios à rede pública de energia. A Tabela 61 evidencia que em 11 dos 18 municípios, todos os domicílios entrevistados têm acesso à rede pública, e que o índice dos que não têm acesso alcança no máximo 3%. Analisando o ano de acesso à energia elétrica, a mesma tabela mostra que tal passou a ocorrer (considerando apenas os estabelecimentos rurais entrevistados), em média, há 20 anos (desde o ano 2000), sendo observados extremos de média municipal para o ano de acesso variando de 13 anos (2007) a 25 anos (1995).

Tabela 61. Tipo de energia elétrica e ano de acesso.

Município	Famílias	Tipo de energia elétrica acessada				Ano de acesso		
		Rede pública	Gerador coletivo	Gerador próprio	Não acessa	Mínimo	Máximo	Média
Alto Alegre do Maranhão	9	100,0	0,0	0,0	0,0	1989	2017	2007
Bernardo do Mearim	26	100,0	0,0	0,0	0,0	1982	2012	1996
Capinzal do Norte	42	97,6	0,0	2,4	0,0	1986	2009	2000
Esperantinópolis	64	98,4	1,6	0,0	0,0	1980	2015	2001
Igarapé Grande	67	100,0	0,0	0,0	0,0	1970	2016	1997
Joselândia	115	100,0	0,0	0,0	0,0	1970	2017	1997
Lago da Pedra	59	98,3	0,0	1,7	0,0	1977	2016	1998
Lago do Junco	71	100,0	0,0	0,0	0,0	1980	2015	2000
Lago dos Rodrigues	43	100,0	0,0	0,0	0,0	1985	2016	2000
Lima Campos	47	100,0	0,0	0,0	0,0	1987	2017	2002
Pedreiras	60	100,0	0,0	0,0	0,0	1977	2016	1999
Peritoró	41	97,6	2,4	0,0	0,0	1990	2016	2003
Poção de Pedras	84	98,8	0,0	0,0	1,2	1977	2017	2001
Santo Antônio dos Lopes	99	97,0	1,0	1,0	1,0	1970	2017	2001
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	100,0	0,0	0,0	0,0	1990	2017	2003
São Raimundo	6	100,0	0,0	0,0	0,0	1981	2015	1995
São Roberto	10	100,0	0,0	0,0	0,0	1996	2013	2003
Trizidela do Vale	35	97,1	0,0	2,9	0,0	1982	2014	2003
Total	1.025	99,1	0,3	0,4	0,2	1970	2017	2000

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

A situação dos domicílios em relação ao acesso à água encanada é menos positiva. A Tabela 62 ilustra que o acesso à água por meio de rede pública é observado em 56,1% dos domicílios, enquanto em considerável parcela (31,7%) são os próprios residentes que viabilizam o acesso à água encanada, por meio de instalações em poços próprios. Para próximo de 9% dos estabelecimentos o acesso à água ainda se dá por meio de poços rústicos ou cacimbas, sendo ainda observadas cisternas (apenas no município de Capinzal) e acesso diretamente a partir do rio (apenas nos municípios de Pedreiras e Joselândia).

Tabela 62. Fonte de abastecimento de água e ano de acesso.

Município	Famílias	Fonte de água acessada (%)						Ano de acesso		
		Rede pública	Poço encanado	Cisterna	Cacimba ou poço	Rio	Outro	Mínimo	Máximo	Média
Alto Alegre do Maranhão	9	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1993	2016	2009
Bernardo do Mearim	26	50,0	38,5	0,0	7,7	0,0	3,9	1990	2013	2002
Capinzal do Norte	42	42,9	7,1	31,0	19,1	0,0	0,0	1995	2014	2005
Esperantinópolis	64	73,4	12,5	0,0	14,1	0,0	0,0	1987	2017	2007
Igarapé Grande	67	41,8	55,2	0,0	1,5	0,0	1,5	1973	2016	2006
Joselândia	115	80,0	6,1	0,0	7,0	3,5	3,5	1971	2016	2002
Lago da Pedra	59	8,5	86,4	0,0	5,1	0,0	0,0	1980	2016	2007
Lago do Junco	71	57,8	32,4	0,0	9,9	0,0	0,0	1989	2016	2006
Lago dos Rodrigues	43	25,6	62,8	0,0	11,6	0,0	0,0	1992	2017	2007
Lima Campos	47	89,4	10,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1995	2017	2007
Pedreiras	60	55,0	26,7	0,0	1,7	13,3	3,3	1991	2016	2007
Peritoró	41	75,6	4,9	0,0	14,6	0,0	4,9	1966	2016	2002
Poção de Pedras	84	19,1	70,2	0,0	10,7	0,0	0,0	1969	2017	2008
Santo Antônio dos Lopes	99	68,7	8,1	0,0	23,2	0,0	0,0	1987	2017	2009
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	69,4	28,6	0,0	1,4	0,0	0,7	1984	2017	2008
São Raimundo	6	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1997	2015	2009
São Roberto	10	90,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2006	2014	2010
Trizidela do Vale	35	11,4	74,3	0,0	14,3	0,0	0,0	1997	2017	2009
Total	1.025	56,1	31,7	1,3	8,7	1,2	1,1	1966	2017	2006

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Distância a postos de saúde e escolas e grau de ensino oferecido

A última característica apresentada nesta seção refere-se à situação dos domicílios quanto à oferta de serviços de saúde e educação. As tabelas 63 a 68 e figuras 50 a 55 apresentam estatísticas descritivas (média, mediana e desvio padrão) das distâncias (em quilômetros) entre as residências dos entrevistados e postos de saúde mais próximos, escolas mais próximas e escolas que oferecem o nível médio completo. Para o conjunto da amostra de entrevistados, a mediana da distância entre residências e postos de saúde foi

de 3 km, com variações entre 300 m (São Raimundo) e 6 km (Alto Alegre do Maranhão, Peritoró, Poção de Pedras e São Luís Gonzaga do Maranhão). As distâncias foram consideravelmente menores para as escolas mais próximas, resultando numa mediana geral de 500 m, de modo que apenas em Peritoró foi observada uma distância mediana superior a 1,5 km. Ao tomarmos como referência escolas que oferecem o ensino médio completo, a distância mediana total eleva-se para 8 km, com extremos em São Raimundo (300 m) e Peritoró (20 km).

Analisando com base nas variáveis discriminantes, constata-se que:

- Categoria fundiária → distâncias muito maiores em territórios quilombolas, cujas medianas chegam a 8 km para postos de saúde, 1 km para escolas mais próximas, e 15 km para escolas de nível médio (Tabela 64).
- Tamanho do estabelecimento → diferenças significativas apenas para a distância às escolas de nível médio, com mediana de 6 km para estabelecimentos menores (até 5 ha) e de 10 km para aqueles entre 20 ha e 40 ha (Tabela 65).
- Tamanho do roçado → diferenças significativas apenas quanto à distância às escolas de nível médio, com mediana de 9 km para estabelecimentos com roçados maiores que 3 linhas, e de 6 km para aqueles com até 1,5 linha de roça (Tabela 66).
- Dependência do babaçu → domicílios com dependência muito baixa em relação ao babaçu tendem a estar localizados mais próximos de postos de saúde (distância mediana de 1,3 km) do que aqueles em que a dependência é muito alta (mediana de 5 km) e de escolas de nível médio (6 km, em contraste a 10 km para aqueles com dependência muito alta) (Tabela 67).
- Renda mensal → a distância a postos de saúde para domicílios com renda mensal mais baixa (4 km) é o dobro daquela observada para domicílios com renda monetária mais alta (2 km) (Tabela 68).

Tabela 63. Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais.

Município	N	Distância até posto de saúde (km)			Distância até escola mais próxima (km)			Distância até escola nível médio (km)		
		mn	md	dp	mn	md	dp	mn	md	dp
Alto Alegre do Maranhão	9	6,0	6,1	0,8	0,5	0,5	0,4	14,0	13,4	1,4
Bernardo do Mearim	26	2,0	4,0	4,5	0,3	0,5	0,5	6,0	5,7	2,2
Capinzal do Norte	42	1,5	4,0	3,8	0,4	0,8	1,4	8,0	6,4	3,9
Esperantinópolis	64	2,0	3,9	3,4	0,3	0,6	0,9	6,0	6,0	3,3
Igarapé Grande	67	4,0	4,8	4,6	0,8	1,1	1,1	6,0	9,3	6,0
Joselândia	115	0,5	1,7	2,9	0,3	0,8	1,1	12,0	11,6	6,1
Lago da Pedra	59	2,0	2,4	2,8	0,5	1,3	1,3	4,0	5,1	4,3
Lago do Junco	71	4,0	3,8	2,9	0,3	0,6	0,8	6,0	5,7	4,3
Lago dos Rodrigues	43	0,6	1,9	2,3	0,5	0,9	1,2	6,0	5,4	2,9
Lima Campos	47	3,0	3,4	3,0	0,3	0,5	0,6	17,0	15,8	3,1
Pedreiras	60	1,0	2,5	3,1	0,4	0,6	1,2	5,0	6,4	4,4
Peritoró	41	6,0	6,8	6,1	5,0	3,6	3,3	20,0	18,0	7,7
Poção de Pedras	84	6,0	5,7	4,0	1,0	1,2	1,0	9,0	8,6	3,1
Santo Antônio dos Lopes	99	3,0	3,2	2,6	0,4	1,5	1,8	6,0	9,9	7,7
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	6,0	6,0	3,4	0,5	1,1	1,4	12,0	12,5	5,0
São Raimundo	6	0,3	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2
São Roberto	10	5,0	4,1	1,8	0,4	0,6	0,6	6,0	9,2	5,0
Trizidela do Vale	35	4,0	5,2	3,6	1,5	1,8	1,9	10,0	9,5	4,6
Total	1.025	3,0	4,0	3,8	0,5	1,1	1,5	8,0	9,4	6,1

N = frequência, mn = mediana, md = média, dp = desvio padrão.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

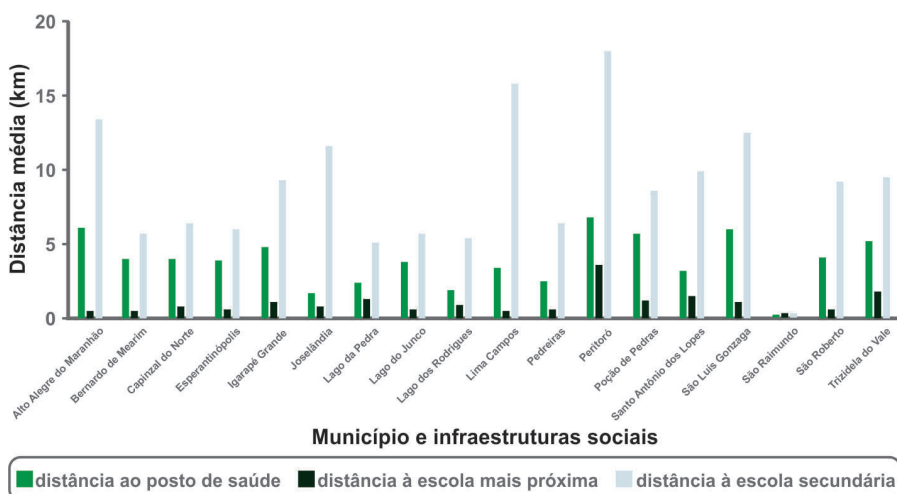
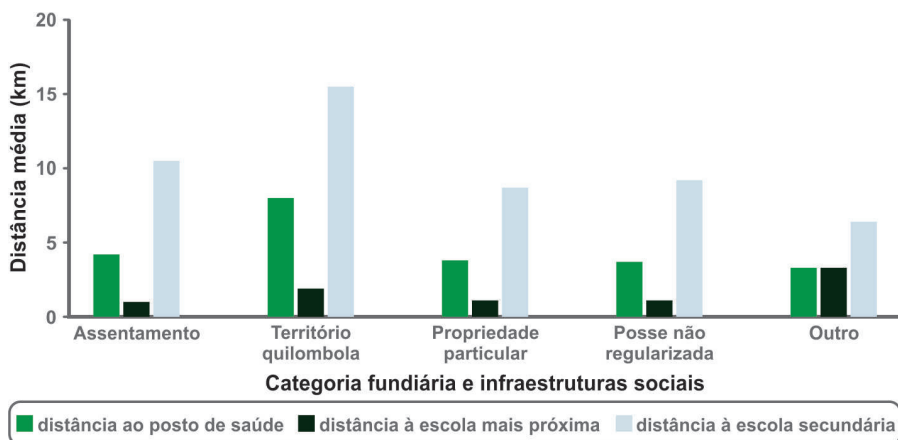
**Figura 50.** Distância média do domicílio a infraestruturas sociais.

Tabela 64. Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais x categoria fundiária

Categoria fundiária	N	Distância até posto de saúde (km)			Distância até escola mais próxima (km)			Distância até escola nível médio (km)		
		mn	md	dp	mn	md	dp	mn	md	dp
Assentamento	26	4,0	4,2	3,4	0,4	1,0	1,8	9,0	10,5	6,3
Território quilombola	42	8,0	8,0	6,1	1,0	1,9	2,3	15,0	15,5	5,4
Propriedade particular	64	2,5	3,8	3,8	0,5	1,1	1,3	8,0	8,7	5,8
Posse não regularizada	67	3,0	3,7	3,4	0,5	1,1	1,4	6,0	9,2	6,2
Outro	115	2,0	3,3	3,4	2,0	3,3	3,4	6,0	6,4	3,9
Total	1.025	3,0	4,0	3,8	0,5	1,1	1,5	8,0	9,4	6,1

N = frequência, mn = mediana, md = média, dp = desvio padrão.

**Figura 51.** Distância média do domicílio a infraestruturas sociais x categoria fundiária.**Tabela 65.** Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais x área do estabelecimento.

Classes de área (ha)	N	Distância até posto de saúde (km)			Distância até escola mais próxima (km)			Distância até escola nível médio (km)		
		mn	md	dp	mn	md	dp	mn	md	dp
0–5	26	3,0	4,0	3,6	0,4	1,0	1,2	6,0	7,2	5,3
5,1–20	42	3,5	4,1	3,6	0,4	0,9	1,3	9,0	9,8	6,0
20,1–40	64	3,0	3,8	3,2	0,5	1,2	1,8	10,0	10,5	6,0
40,1–400	67	2,0	4,2	5,6	0,5	1,3	1,7	9,0	10,0	7,0
Total	1.025	3,0	4,0	3,8	0,5	1,1	1,5	8,0	9,4	6,1

N = frequência, mn = mediana, md = média, dp = desvio padrão.

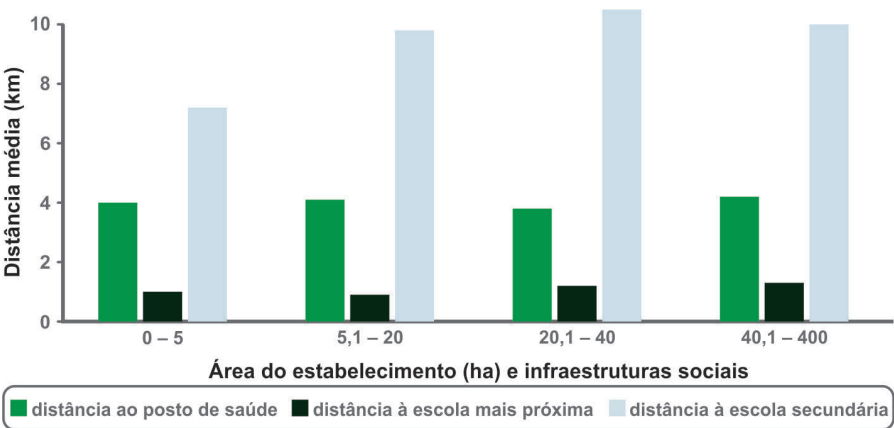


Figura 52. Distância média do domicílio a infraestruturas sociais x área do estabelecimento.

Tabela 66. Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais x tamanho da roça.

Linhas de roça	N	Distância até posto de saúde (km)			Distância até escola mais próxima (km)			Distância até escola nível médio (km)		
		mn	md	dp	mn	md	dp	mn	md	dp
0	26	3,0	3,7	3,6	0,4	1,0	1,4	6,0	9,1	6,7
0,01-1,5	42	2,0	3,7	4,1	0,5	1,0	1,2	6,0	8,0	5,3
1,51-3	64	3,0	4,0	3,6	0,4	1,1	1,6	8,0	9,4	5,9
3,1-6	67	4,0	4,2	3,8	0,5	1,2	1,6	9,0	10,1	6,5
> 6	115	3,0	3,9	4,0	0,4	0,9	1,3	9,0	10,5	6,5
Total	1.025	3,0	4,0	3,8	0,5	1,1	1,5	8,0	9,4	6,1

N = frequência, mn = mediana, md =, média, dp = desvio padrão.

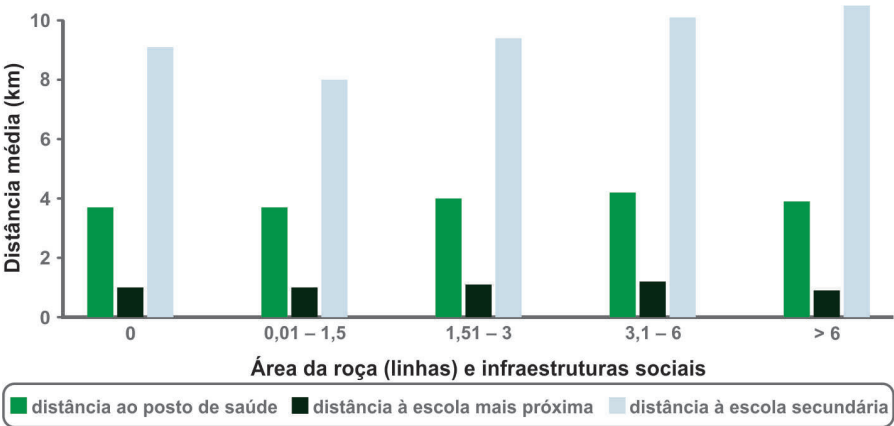


Figura 53. Distância média do domicílio a infraestruturas sociais x tamanho da roça.

Tabela 67. Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais x dependência do babaçu.

Dependência do babaçu	N	Distância até posto de saúde (km)			Distância até escola mais próxima (km)			Distância até escola nível médio (km)		
		mn	md	dp	mn	md	dp	mn	md	dp
Muito baixa	26	1,3	2,5	3,4	0,4	0,9	1,2	6,0	6,9	6,0
Baixa	42	2,8	3,6	3,5	0,4	1,1	1,5	6,0	9,0	6,6
Média	64	4,0	4,4	3,6	0,5	1,0	1,6	8,0	9,6	5,5
Alta	67	4,0	4,2	3,7	0,5	1,2	1,7	9,0	10,2	6,4
Muito alta	115	5,0	4,6	4,3	0,5	1,1	1,4	10,0	10,2	5,6
Total	1.025	3,0	4,0	3,8	0,5	1,1	1,5	8,0	9,4	6,1

N = frequência, mn = mediana, md = média, dp = desvio padrão.

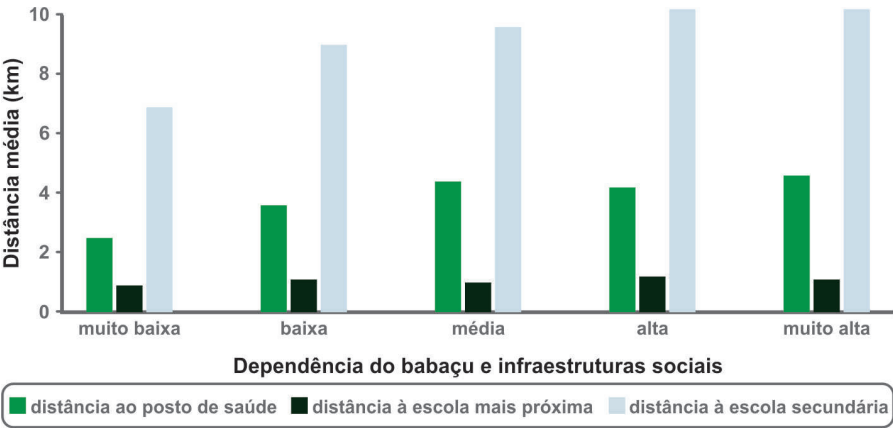


Figura 54. Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais x dependência do babaçu.

Tabela 68. Distância (km) do domicílio a infraestruturas sociais x renda mensal.

Renda mensal (salários mínimos)	N	Distância até posto de saúde (km)			Distância até escola mais próxima (km)			Distância até escola nível médio (km)		
		mn	md	dp	mn	md	dp	mn	md	dp
<1	26	4,0	4,0	3,7	0,5	1,2	1,6	8,0	9,3	6,2
1-2	42	3,0	4,1	3,7	0,4	1,1	1,6	8,0	9,7	6,0
2-3	64	3,0	4,0	3,6	0,4	0,9	1,2	8,0	9,5	6,2
> 3	67	2,0	3,8	4,3	0,5	1,1	1,4	7,0	8,8	6,1
Total	1.025	3,0	4,0	3,8	0,5	1,1	1,5	8,0	9,4	6,1

N = frequência, mn = mediana, md = média, dp = desvio padrão.

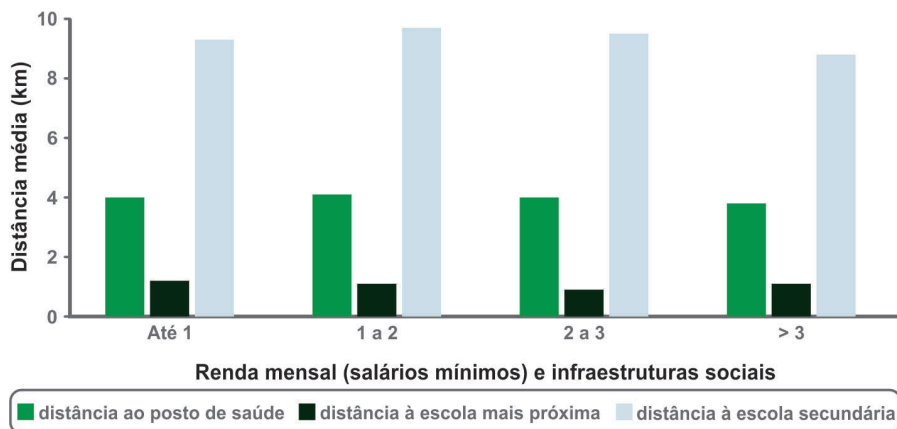


Figura 55. Distância média do domicílio a infraestruturas sociais x renda mensal.

Por fim, a Tabela 69 sintetiza o grau de ensino disponível nas escolas mais próximas às residências dos entrevistados. Somente 6,5% das escolas oferecem ensino médio completo e mais da metade oferta apenas o ensino fundamental incompleto (51,3%), com destaque negativo para Lima Campos, onde 93% das escolas nas localidades em que foram realizadas entrevistas estão nessa condição. São Raimundo e Lago da Pedra apresentaram alta proporção de escolas oferecendo ensino médio, mas esse resultado foi influenciado respectivamente pelo tamanho e localização da amostra.

Tabela 69. Grau de ensino oferecido nas escolas mais próximas às residências dos entrevistados

Município	Famílias	Grau de ensino da escola mais próxima							
		Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio incompleto		Médio completo	
Alto Alegre do Maranhão	9	5	55,6%	4	44,4%	0	0,0%	0	0,0%
Bernardo do Mearim	26	16	61,5%	10	38,5%	0	0,0%	0	0,0%
Capinzal do Norte	42	23	54,8%	19	45,2%	0	0,0%	0	0,0%
Esperantinópolis	64	30	46,9%	34	53,1%	0	0,0%	0	0,0%
Igarapé Grande	67	39	58,2%	21	31,3%	1	1,5%	6	9,0%
Joselândia	115	41	35,7%	74	64,3%	0	0,0%	0	0,0%
Lago da Pedra	59	28	47,5%	14	23,7%	0	0,0%	17	28,8%
Lago do Junco	71	40	56,3%	24	33,8%	0	0,0%	7	9,9%
Lago dos Rodrigues	43	24	55,8%	14	32,6%	0	0,0%	5	11,6%
Lima Campos	47	44	93,6%	3	6,4%	0	0,0%	0	0,0%

Continua...

Tabela 63. Continuação.

Município	Famílias	Grau de ensino da escola mais próxima							
		Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio incompleto		Médio completo	
Pedreiras	60	22	36,7%	31	51,7%	0	0,0%	7	11,7%
Peritoró	41	17	41,5%	19	46,3%	2	4,9%	3	7,3%
Poção de Pedras	84	40	47,6%	44	52,4%	0	0,0%	0	0,0%
Santo Antônio dos Lopes	99	43	43,4%	40	40,4%	0	0,0%	16	16,2%
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	101	68,7%	46	31,3%	0	0,0%	0	0,0%
São Raimundo	6	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
São Roberto	10	6	60,0%	4	40,0%	0	0,0%	0	0,0%
Trizidela do Vale	35	7	20,0%	28	80,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	1025	526	51,3%	429	41,9%	3	0,3%	67	6,5%

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Acesso a políticas públicas

É notório que dificuldades enfrentadas por agricultores familiares como Josilene Gonçalves e Mizael Ramos (Figura 56) demandam políticas públicas que contribuam com empreendimentos produtivos, promovendo a permanência do agricultor no campo, evitando o êxodo rural e contribuindo para o crescimento regional (Junqueira; Lima, 2008). Com esse propósito, os Territórios da Cidadania foram criados em 2008 pelo governo federal visando neles priorizar a implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, de forma a viabilizar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. O Programa Territórios da Cidadania constitui uma “estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de promover desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania. Trabalha com a integração das ações de governo, em planos desenvolvidos em cada território, com participação da sociedade” (Brasil, 2008).

Após cerca de uma década da criação do Território da Cidadania do Médio Mearim, a Tabela 70 indica a frequência com que 14 políticas públicas relevantes para a agricultura familiar são acessadas pelos 1.025 domicílios entrevistados nos 18 municípios em que foi conduzido o diagnóstico socioeconômico.



Foto: Aline Nascimento

Figura 56. Josilene Gonçalves Silva, Mizael Ramos Pereira e o filho André, povoado de Três Poços, município de Lago dos Rodrigues, MA.

A tabela permite constatar que iniciativas de âmbito social, seja por meio de transferência de renda (Bolsa Família) ou previdência social (aposentadoria e benefício), que não são específicos à agricultura familiar nem se limitam à zona rural, resultaram nas maiores frequências observadas entre os programas ou políticas públicas avaliados, sendo reportados respectivamente em 62% e 42% dos 1.025 domicílios. Variações significativas no acesso a esses programas foram observadas entre os 18 municípios. No caso do Bolsa Família, os altos índices verificados em Esperantinópolis (84,4%) e São Roberto (80%) contrastam com as taxas observadas em Trizidela do Vale (37,1%) e Santo Antônio dos Lopes (48,5%). Com relação à aposentadoria ou benefício previdenciário, destacam-se os municípios de Alto Alegre do Maranhão (66,7%) e Trizidela do Vale (62,9%), contrastando com Lago dos Rodrigues (32,6%) e São Raimundo (33,3%).

Tabela 70. Frequência de acesso a políticas públicas por domicílios do Médio Mearim.

Município	Fa- mi- lias	Bolsa Família		Aposenta- doria		Pronaf		Garantia Safra		Seguro Agrícola		PAA		PNAE		PGPM-Bio		Habituação Rural		Proinf		Pronatec		Crédito Fundário		POMR		PNDTR	
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%	%		%		%	%	
Alto Alegre do Maranhão	9	5	55,6	6	66,7	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	4	44,4	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Bernardo do Mearim	26	18	69,2	9	34,6	6	23,1	0	-	0	-	0	-	1	3,8	11	42,3	9	34,6	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Capinzal do Norte	42	26	61,9	24	57,1	7	16,7	0	-	0	-	1	2,4	1	2,4	0	-	26	61,9	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Esperantinó- polis	64	54	84,4	22	34,4	22	34,4	2	3,1	1	1,6	3	4,7	8	12,5	19	29,7	15	23,4	0	-	8	12,5	0	-	2	3,1	0	-
Igarapé Grande	67	40	59,7	28	41,8	24	35,8	1	1,5	1	1,5	3	4,5	8	11,9	30	44,8	16	2,9	0	-	2	3,0	0	-	0	-	1	1,5
Joselândia	115	77	67,0	47	40,9	28	24,3	1	0,9	0	-	1	0,9	0	-	23	20,0	11	9,6	1	0,9	1	0,9	1	0,9	1	0,9	0	-
Lago da Pedra	59	34	57,6	25	42,4	17	28,8	1	1,7	2	3,4	0	-	2	3,4	2	3,4	3	5,1	1	1,7	3	5,1	0	-	0	-	1	1,7
Lago do Junco	71	43	60,6	29	40,8	12	16,9	1	1,4	3	4,2	2	2,8	9	12,7	16	22,5	29	40,8	1	1,4	1	1,4	0	-	2	2,8	2	2,8
Lago dos Rodrigues	43	27	62,8	14	32,6	19	44,2	2	4,7	1	2,3	4	9,3	10	23,3	10	23,3	16	37,2	1	2,3	7	16,3	0	-	0	-	1	2,3
Lima Cam- pos	47	27	57,4	19	40,4	18	38,3	3	6,4	1	2,1	6	12,8	6	12,8	23	48,9	23	48,9	0	-	0	-	1	2,1	0	-	3	6,4
Pedreiras	60	35	58,3	23	38,3	22	36,7	10	16,7	0	-	1	1,7	5	8,3	12	20,0	13	21,7	0	-	2	3,3	1	1,7	0	-	2	3,3
Peritoró	41	29	70,7	17	41,5	7	17,1	1	2,4	0	-	5	12,2	4	9,8	2	4,9	23	56,1	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Poção de Pedras	84	54	64,3	30	35,7	39	46,4	4	4,8	3	3,6	4	4,8	7	8,3	49	58,3	11	13,1	0	-	2	2,4	0	-	1	1,2	5	6,0
Santo Antônio dos Lopes	99	48	48,5	49	49,5	17	17,2	0	-	1	1,0	3	3,0	6	6,1	3	3,0	1	1,0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	87	59,2	64	43,5	39	26,5	7	4,8	1	0,7	1	0,7	6	4,1	59	40,1	36	24,5	0	-	1	0,7	0	-	0	-	1	0,7
São Rai- mundo	6	6	10,0	2	33,3	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	3	50,0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
São Roberto	10	8	80,0	5	50,0	4	40,0	0	-	1	10,0	1	10,0	1	10,0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Trizidela do Vale	35	13	37,1	22	62,9	12	34,3	15	42,9	0	-	1	2,9	3	8,6	15	42,9	20	57,1	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	1.025	631	61,6	435	42,4	293	28,6	48	4,7	15	1,5	36	3,5	77	7,5	274	26,7	259	25,3	4	0,4	27	2,6	3	0,3	6	0,6	16	1,6

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Dentre as iniciativas de fomento à atividade produtiva, o principal instrumento identificado foi o crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), acessado por cerca de 29% dos domicílios, com destaque para Poção de Pedras (46,4%) e Lago dos Rodrigues (44,2%). Por sua vez, o Pronaf não foi acessado por nenhum entrevistado nos municípios de Alto Alegre do Maranhão e São Raimundo. Outros programas de apoio à produção agrícola, como o Garantia Safra e o Seguro Agrícola, foram pouco reportados pelos entrevistados, respectivamente 4,7% e 1,5%. Destaca-se, porém, a proporção relativa de acesso ao Garantia Safra nos municípios de Trizidela do Vale (42,9%) e Pedreiras (16,7%).

O diagnóstico avaliou a incidência de três programas voltados à comercialização da produção pela agricultura familiar. Dentre estes, maior destaque foi verificado para a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) (26,7%), pelo fato de esse programa priorizar o babaçu, principal produto da economia regional. Em alguns municípios, o índice de acesso a essa política superou os 40%, como em Poção de Pedras (58,3%) e Lima Campos (48,9%), contrastando com municípios onde não foi reportado seu acesso, seja pela falta de iniciativas de organizações sociais visando a este objetivo (casos de Alto Alegre do Maranhão e Capinzal do Norte), ou pela pouca expressão do babaçu na porção sul do território, nos municípios de São Roberto e São Raimundo.

Índices muito baixos de acesso foram observados para outros dois programas de apoio à comercialização. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi reportado em 3,5% dos domicílios, embora taxas superiores a 12% tenham sido verificadas em Lima Campos e Peritoró. O acesso a recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ocorreu em 7,5% dos domicílios, com destaque para Lago dos Rodrigues, onde a taxa alcançou 23,3% dos casos. Índices mais altos somente ocorreram em municípios nos quais verificou-se um maior protagonismo dos sindicatos de trabalhadores rurais, associado a uma maior receptividade das secretarias municipais de agricultura.

Na dimensão de infraestrutura, apenas quatro domicílios (0,5%) acessaram o Programa de Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais (Proinf). Frequência superior (25%) foi observada para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com destaque para os municípios de Capinzal do Norte (61,9%)

e Trizidela do Vale (57,1%). Já o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), voltado à formação e capacitação de mão de obra, foi reportado em 2,6% dos domicílios, com destaque para Lago dos Rodrigues (16,3%) e Esperantinópolis (12,5%). O acesso à terra por meio do Crédito Fundiário foi observado em apenas 0,3% dos estabelecimentos, enquanto dois programas com ênfase em questões de gênero, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POMR) e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, foram observados respectivamente em 0,6% e 1,6% dos casos.

Uma melhor compreensão do propósito, características e implementação de cada programa ou política pública avaliados no diagnóstico serão apresentados a seguir, sendo para alguns deles fornecidos dados agregados de sua aplicação no Médio Mearim e no estado do Maranhão.

Programa Bolsa Família

O programa de transferência de renda Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003, previsto na Lei Federal nº 10.836 (9 de janeiro de 2004) e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 (17 de setembro de 2004). A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União quanto os estados e municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o responsável pelo programa e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos. Suas metas são a redução da fome, insegurança alimentar e pobreza, diminuindo a desigualdade social no País (Brasil, 2015). O acesso ao benefício permite a autonomia das famílias para compras de gêneros de primeira necessidade, de modo a aumentar o bem-estar familiar (Moraes; Mazzioni, 2017).

O programa atende famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Há um limite de renda que define esses patamares. Assim, podem fazer parte do programa todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89 ao mês e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89 e R\$ 178 ao mês, desde que tenham crianças ou adolescentes até 17 anos. O Bolsa Família possui três eixos principais: complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações. O programa é mais eficiente na redução da desigualdade social em razão de o recurso ser direcionado para a população mais pobre.

O efeito na redução de pobreza é menor pelo baixo valor monetário recebido (Bichir, 2010).

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios, e os tipos e quantidades de benefícios recebidos dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes, etc.) e da renda da família beneficiária. O Benefício Básico (R\$ 89,00) é pago a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00). Benefícios Variáveis são vinculados à gestante, nutriz e à criança ou adolescente de 0 a 15 anos (até 5 por família, no valor mensal de R\$ 41,00), e ao adolescente de 16 e 17 anos (até 2 por família, no valor de R\$ 48,00).

Como uma das condicionalidades do programa é a frequência escolar mínima, os pais obrigam-se a encaminhar seus filhos para a escola, possibilitando que concluam os estudos e tenham mais oportunidades quando adultos, rompendo o ciclo de pobreza (Nascimento; Kassouf, 2016). A frequência escolar mínima exigida é de 85% (6 a 15 anos) e 75% (16 a 17 anos) e a vacinação deve estar em dia. Crianças menores de 7 anos devem ter acompanhamento nutricional, e gestantes devem realizar o pré-natal. Conforme apresentado na Tabela 71, no estado do Maranhão, o PBF beneficiou, em outubro de 2019, 946.363 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 215,82 e valor total de R\$ 204 milhões.

Para cada um dos 18 municípios do Médio Mearim incluídos na pesquisa, a tabela apresenta o número de famílias que atualizaram seu registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal nos últimos 2 anos, famílias com renda inferior a meio salário mínimo mensal, e famílias que em outubro de 2019 foram beneficiadas pelo Bolsa Família. É também apresentada a porcentagem estimada da população municipal que recebe o benefício, o montante total transferido naquele mês, e o valor médio recebido por cada família beneficiária no município.

Tabela 71. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, municípios do Médio Mearim.

Município	Famílias cadastradas e beneficiárias (outubro 2019)			Porcentagem do total população municipal	Valor transferido (outubro 2019)	
	Cadastro único atualizado	Renda < 0,5 SM ⁽¹⁾	Benefícios		Total (R\$)	Médio (R\$)
Alto Alegre do Maranhão	4.979	4.222	4.034	44,7	883.747	219,07
Bernardo do Mearim	861	786	865	37,1	168.365	194,64
Capinzal do Norte	2.995	2.663	2.596	58,4	588.340	226,63
Esperantinópolis	3.418	3.050	3.247	47,1	787.148	242,42
Igarapé Grande	1.989	1.828	1.817	42,2	402.963	221,77
Joselândia	2.624	2.375	2.508	42,5	512.218	204,23
Lago da Pedra	8.045	7.078	7.833	43,0	1.656.911	211,53
Lago do Junco	2.549	2.161	1.914	47,8	330.283	172,56
Lago dos Rodrigues	2.175	1.635	1.372	45,9	268.168	195,46
Lima Campos	2.456	1.972	1.866	43,0	341.678	183,11
Pedreiras	5.510	4.608	3.786	26,1	647.217	170,95
Peritoró	5.455	4.883	5.042	61,9	1.234.553	244,85
Poção de Pedras	3.244	2.930	2.810	35,4	438.455	156,03
Santo Antônio dos Lopes	2.925	2.563	2.708	49,3	455.554	168,23
São Luís Gonzaga do Maranhão	3.940	3.460	3.511	46,3	709.110	201,97
São Raimundo	1.505	1.385	1.256	56,1	369.608	294,27
São Roberto	1.217	1.149	1.249	54,9	341.409	273,35
Trizidela do Vale	4.117	3.474	3.166	43,3	498.575	157,48
Total	60.004	52.222	51.580	43,7	10.634.302	206,17

⁽¹⁾ SM: salários mínimos.

Fonte: Brasil (2020a).

Cabe esclarecer que o Cadastro Único é o instrumento que identifica e caracteriza famílias de baixa renda. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão de benefícios do Bolsa Família e de outros programas, como a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Minha Casa Minha Vida. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais, funcionando como porta de entrada para famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em

nível federal, o Ministério da Cidadania é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único, que está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas.

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 20 jan. 2020c

Aposentadoria Rural e Benefício de Prestação Continuada

No Brasil, a previdência social atua como política pública na área social, saúde e operações de seguridade social fornecidas por meio do Estado. No campo, além de garantir os direitos sociais, os benefícios da Aposentadoria Rural em muito contribuem para a segurança alimentar brasileira (Arrais, 2019). Tem direito à Aposentadoria Rural a pessoa que atestar ter trabalhado no mínimo 180 meses em atividade rural além da idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Para se enquadrar como segurado especial (produtor familiar, pescador artesanal e indígena) e ter direito à aposentadoria com a redução da idade, a pessoa deve estar ativa na atividade rural no momento do requerimento ou quando estiver em condições para receber o benefício. Pessoas que atuaram como empregados, contribuintes individuais e trabalhadores avulsos rurais também têm direito à redução da idade mínima exigida para a aposentadoria, se todo o período de contribuição for exercido na condição de trabalhador rural (Brasil, 2020b). Caso não comprove o tempo mínimo de trabalho necessário como segurado especial, o trabalhador poderá solicitar o benefício com a mesma idade do trabalhador urbano, somando o tempo de trabalho como segurado especial (rural) ao tempo de trabalho urbano.

Pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem como objetivo prover renda para pessoas que não possuem capacidade para o seu sustento devido a impedimentos. O BPC é direcionado a idosos a partir de 65 anos ou pessoas de qualquer idade com impedimentos em longo prazo (natureza física, mental, intelectual ou sensorial) que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade. O auxílio equivale ao valor monetário de um salário mínimo. Para o acesso a esse benefício é necessário que a renda familiar seja de até um quarto de salário mínimo por pessoa. Por ser benefício assistencial, não há contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O BPC não dá direito a 13º nem a pensão por morte. O beneficiário deve se cadastrar no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal (Brasil, 2020c).

Segundo Stopa (2019), a proposta da PEC nº 287 visava reavaliar os critérios do BPC para eliminar incentivos ineficazes, uma vez que beneficiários do BPC que não contribuíram para a Previdência Social desestimulariam os contribuintes. Tal argumento desconsidera a precarização das oportunidades de trabalho formal. Com efeito, Arrais (2019) considera que os programas Bolsa Família, Aposentadoria Rural e Benefício de Prestação Continuada formam o tripé de políticas públicas protetivas do Estado Social brasileiro, que atendem as populações mais vulneráveis no País, sendo importante a compreensão da relação entre sua espacialidade, os condicionantes relacionados ao grupo familiar e/ou os indivíduos e o impacto na redução da desigualdade de renda.

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Nacional do Seguro Social. **Aposentadoria por Idade Rural**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://antigo.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-idade-rural/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais-1/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Resultado da demanda e mobilização dos trabalhadores rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995 pelo governo federal para atender de forma diferenciada agricultores cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar. O Pronaf financia atividades e serviços coletivos ou individuais desenvolvidos em propriedade rural ou áreas comunitárias próximas, oferecendo as menores taxas de juros para crédito rural do mercado.

O Pronaf apoiou mais de 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais em 4.963 municípios do Brasil, com auxílio financeiro para utilização de tecnologias e ampliação da área plantada, tendo sido aplicados mais de R\$ 180 bilhões em quase 30 milhões de contratos firmados nas mais diversas modalidades. A execução do Pronaf em todo o território nacional fortalece programas específicos para diferentes categorias, propiciando assistência técnica para o desenvolvimento dos agricultores e regiões em que se encontram (Guanziroli, 2007). Destaca-se que a inadimplência do Pronaf é menor do que 1%, a mais baixa entre os sistemas de crédito do Brasil (Cresol, 2019).

Para ter acesso às linhas de crédito do Pronaf, o produtor rural precisa se enquadrar em alguma destas categorias: agricultor familiar; pescador artesanal autônomo; aquicultor que explora até 2 ha de lâmina d'água ou tanque-rede de até 500 m³; maricultor; silvicultor que promova o manejo sustentável de florestas nativas ou exóticas; extrativista (exceto garimpeiro e faiscador); quilombola; indígena; assentado da reforma agrária ou beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Para acessar o Pronaf é necessário apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa (Brasil, 2017a). O Pronaf tem pelo menos 12 linhas de crédito, com limites de financiamento e taxas de juros que variam conforme a categoria e o destino dos recursos financiados. As linhas do Pronaf são: Custeio, Mais Alimentos, Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Cota-Parte e Microcrédito Rural.

Embora o Pronaf tenha crescido acentuadamente, estudos têm abordado o não cumprimento de finalidades primordiais, fortalecendo diferenças entre modelos e cadeias produtivas mais e menos capitalizadas de agricultores familiares (Saron; Hespanhol, 2012). Para Guanziroli (2007), o Pronaf deve ser aperfeiçoado, sendo fundamental fortificar a disciplina financeira, incentivar beneficiários a alcançarem eficiência no uso de recursos, e aperfeiçoar políticas complementares para fortalecer os estabelecimentos rurais.

Informação adicional:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 29 nov. 2019.;

CRESOL. **Tudo que você precisa saber sobre o Pronaf.** Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pronaf/>. Acesso em: 29 nov. 2019.

A Tabela 72 contextualiza a participação do Pronaf no conjunto de financiamentos obtidos em estabelecimentos rurais do Médio Mearim, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017. Inicialmente, verifica-se que 29,3% dos estabelecimentos nos 18 municípios apresentam DAP ativa, índice duas vezes maior daquele registrado em todo o estado do Maranhão (14,5%) e o triplo do índice nacional (9,9%). Poção de Pedras (45,8%) e Lago dos Rodrigues (43,9%) apresentaram os índices municipais mais elevados de acesso ao Pronaf, contrastando com São Roberto (10,5%) e Lago da Pedra (11,5%).

Tabela 72. Financiamentos obtidos nos estabelecimentos rurais do Médio Mearim.

Município	Estabelecimentos			Estabelecimentos que obtiveram financiamento (2017)						Agricultura familiar - não				
	Com DAP		Total	Agricultura familiar - sim			Pronaf %			Total		Não crédito		Pronaf %
	n	%		%	Não crédito	Crédito	Pronaf %	Pronaf %	Total	%	Crédito	Não crédito	Pronaf %	
Alto Alegre do Maranhão	209	28	13,4	46	28,93	40	6	3	1,89	8	16,00	6	2	4,00
Bernardo do Mearim	456	142	31,1	45	10,16	24	21	19	4,29	2	15,38	2	-	-
Capinzal do Norte	746	196	26,3	59	9,15	49	10	4	0,62	9	8,91	8	1	-
Esperantinópolis	1423	519	36,5	132	11,41	56	76	70	6,05	42	15,79	13	29	8,65
Igarapé Grande	661	190	28,7	45	7,46	34	11	10	1,66	7	12,07	6	1	1,72
Joselândia	1146	213	18,6	75	6,83	73	2	1	0,09	6	12,50	6	-	-
Lago da Pedra	1010	116	11,5	97	12,63	76	21	12	1,56	28	11,57	15	13	4
Lago do Junco	674	236	35,0	78	12,75	73	5	1	0,16	4	6,45	4	-	-
Lago dos Rodrigues	496	218	43,9	100	21,79	92	8	3	0,65	7	18,92	6	1	2,70
Lima Campos	719	197	27,4	89	14,35	48	41	22	3,55	12	12,12	1	11	3
Pedreiras	602	159	26,4	60	10,51	46	14	10	1,75	10	32,26	5	5	3
Peritoró	824	166	20,1	77	9,94	64	13	11	1,42	6	12,24	4	2	2
Poção de Pedras	2241	1026	45,8	308	16,16	94	214	193	10,13	72	21,49	17	55	42
Santo Antônio dos Lopes	1521	403	26,5	102	7,76	66	36	15	1,14	27	13,11	12	15	6
São Luís Gonzaga do Maranhão	1622	517	31,9	168	12,27	142	26	12	0,88	26	10,28	19	7	1
São Raimundo	742	157	21,2	99	14,95	38	61	51	7,70	9	11,25	6	3	2
São Roberto	417	44	10,5	23	5,97	21	2	1	0,26	-	-	-	-	-
Trizideira do Vale	377	125	33,2	37	11,01	10	27	7	2,08	4	9,76	1	3	-
Médio Mearim	15.886	4.652	29,3	1.640	11,81	1.046	594	445	3,21	279	13,93	131	148	90
Maranhão	186.244	27.093	14,5	16.768	8,96	11.207	5.561	3.995	2,14	3.695	11,32	2.374	1.321	791
Brasil	5.073.324	502.379	9,9	601.191	15,43	279.157	322.034	270.187	6,93	183.347	15,59	97.249	86.098	50.735

Fonte: Tabelas Sidra 6895 (financiamentos) e 6962 (DAP) (IBGE, 2019a).

Os demais dados da tabela são apresentados de forma desagregada, conforme o estabelecimento ser ou não classificado como da agricultura familiar. Cerca de 12% dos estabelecimentos da agricultura familiar e 14% dos demais acessaram algum tipo de financiamento nos 18 municípios, índices inferiores ao verificado no País como um todo, que foi de cerca 15% para ambas as categorias. Nesses municípios, o Pronaf foi acessado em 3,2% dos estabelecimentos da agricultura familiar e 4,5% dos demais estabelecimentos. Dentre os municípios focalizados, os maiores índices de financiamentos do Pronaf ocorreram em Poção de Pedras (10,1%) e São Raimundo (7,7%), contrastando com os baixos índices observados em Joselândia (0,1%) e São Roberto (0,3%).

A Tabela 73 redireciona a análise aos 1.025 domicílios no diagnóstico, indicando o acesso a qualquer instrumento de crédito. O índice de 44% é superior ao dado do censo, destacando-se os municípios de Lago dos Rodrigues (83,7%) e Poção de Pedras (71,4%), que contrastam com Alto Alegre do Maranhão (11,1%) e Peritoró (12,2%).

Tabela 73. Acesso a crédito em domicílios do Médio Mearim e modalidade de crédito acessada.

Município	Famílias	Acesso a crédito			Modalidade de crédito			
		Não	Sim	%	Agroamigo	Pronaf	Crediamigo	Outro
Alto Alegre do Maranhão	9	8	1	11,1%	0	0	1	0
Bernardo do Mearim	26	16	10	38,5%	9	1	0	0
Capinzal do Norte	42	33	9	21,4%	3	5	1	0
Esperantinópolis	64	32	32	50,0%	19	6	7	0
Igarapé Grande	67	32	35	52,2%	19	12	3	1
Joselândia	115	72	43	37,4%	30	7	5	1
Lago da Pedra	59	36	23	39,0%	11	7	4	1
Lago do Junco	71	45	26	36,6%	16	2	8	0
Lago dos Rodrigues	43	7	36	83,7%	28	7	1	0
Lima Campos	47	28	19	40,4%	7	6	6	0
Pedreiras	60	27	33	55,0%	22	10	1	0
Peritoró	41	36	5	12,2%	1	4	0	0
Poção de Pedras	84	24	60	71,4%	34	21	5	0
Santo Antônio dos Lopes	99	67	32	32,3%	12	11	7	2
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	89	58	39,5%	41	1	16	0

Continua.

Tabela 73. Continuação.

Município	Famílias	Acesso a crédito			Modalidade de crédito			
		Não	Sim	%	Agroamigo	Pronaf	Crediamigo	Outro
São Raimundo	6	4	2	33,3%	2	0	0	0
São Roberto	10	5	5	50,0%	3	2	0	0
Trizidela do Vale	35	14	21	62,9%	18	1	2	0
Total	1.025	575	450	44,0%	275	103	67	6

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Indagados sobre a modalidade de crédito rural utilizada, a maior parte dos entrevistados citou programas de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil: Agroamigo, programa de microfinança rural que atende agricultores familiares enquadrados no Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil. O mesmo limite é oferecido pelo Crediamigo, voltado a empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários, que atuam no setor informal ou formal da economia.

Analisando os empréstimos contraídos pelos 450 domicílios que em 2017 reportaram ter operado com crédito rural, a Tabela 74 informa que o valor médio das operações foi de R\$ 7.035, para um montante total superior a R\$ 3 milhões. Quanto à finalidade do empréstimo, predominam operações destinadas à criação de bovinos, representando mais da metade dos casos. Outras atividades de destaque foram a criação de suínos, comércio, hortas, cultivos anuais e criação de aves (Tabela 75).

Tabela 74. Valor das operações de crédito rural realizadas em domicílios do Médio Mearim.

Município	Famílias	Valor do empréstimo (R\$)			
		Mínimo	Máximo	Média	Soma
Alto Alegre do Maranhão	1	1.000	1.000	1.000	1.000
Bernardo do Mearim	10	4.000	13.000	5.200	52.000
Capinzal do Norte	9	1.100	21.500	10.400	93.600
Esperantinópolis	32	1.100	24.400	5.984	191.500
Igarapé Grande	35	1.000	48.000	9.868	345.380
Joselândia	43	1.000	50.000	6.386	274.584
Lago da Pedra	23	1.000	18.400	4.974	114.400
Lago do Junco	26	1.000	16.400	3.646	94.800
Lago dos Rodrigues	36	1.000	16.000	6.046	217.660
Lima Campos	19	879	54.000	8.778	166.779
Pedreiras	32	1.000	100.000	9.716	310.900

Continua.

Tabela 74. Continuação.

Município	Famílias	Valor do empréstimo (R\$)			
		Mínimo	Máximo	Média	Soma
Peritoró	5	4.000	20.000	14.400	72.000
Poção de Pedras	60	500	38.000	7.460	447.600
Santo Antônio dos Lopes	32	1.000	70.000	10.791	345.300
São Luís Gonzaga do Maranhão	58	900	22.000	3.834	222.400
São Raimundo	2	4.000	5.000	4.500	9.000
São Roberto	5	4.000	48.000	14.200	71.000
Trizidela do Vale	22	500	55.000	6.182	136.000
Total	450	500	100.000	7.035	3.165.903

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Tabela 75. Finalidade das operações de crédito realizadas por domicílios do Médio Mearim.

Finalidade do crédito	Famílias
Bovinos	243
Suínos	71
Comércio	22
Hortas	22
Cultivo anual	21
Aves	18
Babaçu	13
Banana	5
Peixes	3
Outro	8

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é atualmente atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de acordo com a Lei nº 10.683/2003 e Decreto nº 8.852/2016. A Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER) é responsável por coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar programas e atividades relativos à Ater. Para esses fins, estabelece parcerias institucionais (convênios, termos de execução descentralizada e outros instrumentos) por meio de transferências voluntárias a empresas públicas e privadas sem fins lucrativos.

Historicamente, os agricultores familiares no País eram excluídos no acesso à Ater (Castro; Pereira, 2017). A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, foi extinta em 1990. O sistema de Ater pública foi reestruturado somente no início da década seguinte. Na política de Ater (PNATER), lançada em 2004, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conceitos como desenvolvimento rural, agroecologia e controle social foram acrescentados (Castro, 2015).

O MDA introduziu modificações profundas no modo de entender a Ater no País, com a transição da visão de transferência de tecnologia para outra que prioriza a organização e participação dos produtores, incentiva a comercialização de produtos originados localmente, de modo sustentável, visando o desenvolvimento local (Landini, 2015). Por meio do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), publicado em 2005, o governo federal orienta os estados a elaborarem programas estaduais de Ater para solucionar problemas enfrentados pelos agricultores familiares utilizando um modelo de produção sustentável, no qual a agricultura familiar contribua para a melhoria da qualidade de vida no campo (Vieira et al., 2015). Para financiamento da Ater, a PNATER estabeleceu que o MDA deve incluir no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Geral da União recursos necessários para viabilizar ações requeridas pela agricultura familiar, cabendo ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA identificar, captar e alocar recursos de outras fontes, viabilizando convênios com outros ministérios, entidades governamentais e não governamentais, e buscando recursos de parceiros internacionais (Silva, 2016).

Em 2014 é criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e, em 2018, com a extinção do MDA, a Ater retorna ao Mapa. Entre 2018 e 2020, a meta da Anater é prestar assistência a 120 mil famílias de agricultores e realizar cursos de formação para 11,5 mil extensionistas. A gestão atual, devido à contenção de recursos, aposta na tecnologia para, por meio de aplicativos, conectar extensionistas e agricultores para gerar resultados (Canal Rural, 2019).

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Assistência técnica e extensão rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ater>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Um panorama da situação de acesso à Ater em estabelecimentos do Médio Mearim é apresentado na Tabela 76. O Censo Agropecuário de 2017 indica que menos de 4% dos estabelecimentos receberam orientação técnica em 2017, índice semelhante ao verificado em todo o Maranhão (4,2%), numa situação significativamente pior do que a verificada no País como um todo, onde a assistência técnica é reportada por 20,2% dos estabelecimentos. Nos 18 municípios estudados, índices mais positivos são encontrados em Alto Alegre do Maranhão (11,5%) e Trizidela do Vale (8%), em contraste com situações mais negativas em Joselândia (0,7%) e Esperantinópolis (1,7%). A tabela também indica que, nesses 18 municípios, órgãos governamentais prestaram a maior parte (55,6%) da orientação técnica em estabelecimentos que receberam Ater em 2017. Outras fontes destes serviços incluem a própria família (25,1%), organizações não governamentais (6%) e cooperativas (5,5%).

Comparado aos dados do censo, a Tabela 77 indica que a porcentagem de domicílios que receberam orientação técnica nos 1.025 estabelecimentos entrevistados no diagnóstico foi muito superior (43,5%), com destaque para os municípios de São Raimundo (83,3%), Peritoró (68,3%) e Esperantinópolis (60,9%), em contraste com os índices observados em Alto Alegre do Maranhão (0%), Capinzal do Norte (2,4%) e Joselândia (14,8%). A mesma tabela mostra que, na área de estudo, a maioria absoluta desses serviços foi prestada por organização não governamental (96,2%), neste caso a própria Assema, enquanto órgãos governamentais foram responsáveis por apenas 3,4%. Quando consultados sobre o nível de satisfação sobre os serviços e assistência técnica recebidos, mais de 70% dos informantes mencionaram estar satisfeitos (67%) ou muito satisfeitos (4,7%), enquanto apenas 11,2% expressaram estar insatisfeitos (9,6%) ou muito insatisfeitos (1,6%).

Tabela 76. Acesso à assistência técnica em estabelecimentos rurais no Médio Mearim.

Município	Número de estabelecimentos agropecuários por origem da orientação técnica recebida (2017)										
	Não recebe	Recebe	Governo	Própria	Cooperativa	Empresa integradora	Empresa privada	ONG	Sistema S	Outra	Total
Alto Alegre do Maranhão	185	24	13	5	2	-	2	-	1	3	209
Bernardo do Mearim	421	35	17	21	-	-	-	-	-	-	456
Capinzal do Norte	714	32	19	12	-	-	-	2	2	-	746
Esperantinópolis	1.399	24	5	10	5	1	-	1	2	-	1.423
Igarapé Grande	632	29	19	5	-	3	1	-	-	1	661
Joselândia	1.138	8	3	3	-	-	-	2	-	-	1.146
Lago da Pedra	989	21	8	11	-	-	-	1	-	1	1.010
Lago do Junco	641	33	13	9	4	-	-	3	-	4	674
Lago dos Rodrigues	458	38	25	4	3	-	1	4	-	2	496
Lima Campos	690	29	24	6	2	-	-	-	-	-	719
Pedreiras	572	30	27	1	1	-	-	-	-	1	602
Peritoró	771	53	36	11	1	2	1	-	-	5	824
Poção de Pedras	2.156	85	61	12	2	-	-	-	11	1	2.241
Santo Antônio dos Lopes	1.472	49	18	9	3	-	-	15	-	7	1.521
São Luís Gonzaga do Maranhão	1.553	69	23	31	3	-	2	9	-	5	1.622
São Raimundo	725	17	6	1	6	-	-	-	-	4	742
São Roberto	402	15	13	1	-	-	-	-	-	1	417
Trizideia do Vale	347	30	15	4	2	-	-	-	9	-	377
Médio Mearim	15.265	621	345	156	34	6	7	37	25	35	15.886
%	96,09	3,91	2,17	0,98	0,21	0,04	0,04	0,23	0,16	0,22	
Maranhão	210.482	9.283	4.367	3.216	372	400	171	115	185	836	219.765
%	95,78	4,22	1,99	1,46	0,17	0,18	0,08	0,05	0,08	0,38	
Brasil	4.047.881	1.025.443	388.077	316.394	251.520	134.950	28.302	8.662	7.680	52.117	5.073.324
%	79,79	20,21	7,65	6,24	4,96	2,66	0,56	0,17	0,15	1,03	

Fonte: Tabela Sidra 6779 (IBGE, 2019a).

Tabela 77. Acesso à assistência técnica em estabelecimentos rurais entrevistados no diagnóstico socioeconômico, Médio Mearim.

Município	Famílias	Recebe ater		Instituição que presta assistência técnica			Avaliação da assistência técnica recebida					
		Não	Sim	Governo estadual	Prefeitura	ONG	Outra	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito satisfeito
Alto Alegre do Maranhão	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bernardo do Mearim	26	15	11	1	0	10	0	0	2	4	4	1
Capinzal do Norte	42	41	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Esperantinópolis	64	25	39	0	0	39	0	0	4	9	25	1
Igarapé Grande	67	38	29	2	0	26	1	2	2	3	22	0
Joselândia	115	98	17	1	0	16	0	0	3	2	12	0
Lago da Pedra	59	24	35	0	0	35	0	0	3	2	23	7
Lago do Junco	71	30	41	1	1	39	0	0	4	10	24	3
Lago dos Rodrigues	43	18	25	0	0	25	0	0	1	3	21	0
Lima Campos	47	22	25	0	1	24	0	0	5	5	15	0
Pedreiras	60	39	21	0	0	21	0	0	1	6	13	1
Peritoró	41	13	28	0	0	28	0	0	2	2	24	0
Poção de Pedras	84	38	46	1	1	43	1	0	6	11	27	1
Santo Antônio dos Lopes	99	55	44	0	0	44	0	5	6	8	24	1
São Luís Gonzaga do Maranhão	147	93	54	3	0	51	0	0	1	8	39	6
São Raimundo	6	1	5	0	0	5	0	0	0	1	4	0
São Roberto	10	5	5	0	0	5	0	0	0	0	5	0
Trizidela do Vale	35	15	20	2	0	18	0	0	3	1	16	0
Total	1.025	579	446	11	4	429	2	7	43	75	299	21
%		56,5	43,5	2,5%	0,9%	96,2%	0,4%	1,6%	9,6%	16,8%	67,0%	4,7%

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Por fim, a Tabela 78 mostra que, para os domicílios que receberam orientação técnica, o número de visitas recebidas durante o ano alcançou uma média próxima de cinco visitas ao ano, com extremos para os municípios de Peritoró e São Raimundo (sete visitas ao ano) e Capinzal do Norte (três visitas ao ano). A tabela indica ainda que, nestes mesmos domicílios, os serviços de Ater têm sido acessados a uma média superior a 4 anos, com períodos superiores a 7 anos para Lima Campos e Lago do Junco, contrastando com períodos próximos a 2 anos para Capinzal do Norte e Pedreiras.

Tabela 78. Visitas recebidas e período de acesso à assistência técnica.

Município	Famílias	Visitas recebidas da assistência técnica			Anos que recebe assistência técnica		
		Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média
Alto Alegre do Maranhão	0
Bernardo do Mearim	11	0	8	3,9	1	11	3,3
Capinzal do Norte	1	3	3	3,0	2	2	2,0
Esperantinópolis	39	1	10	4,7	1	24	4,8
Igarapé Grande	29	0	12	5,5	0	10	3,1
Joselândia	17	1	12	4,7	1	10	3,2
Lago da Pedra	35	1	13	5,0	.3	20	3,3
Lago do Junco	41	0	12	4,2	.25	28	7,3
Lago dos Rodrigues	25	1	6	3,8	.6	14	4,1
Lima Campos	25	0	10	3,6	1	25	7,4
Pedreiras	21	2	24	5,4	1	3	2,2
Peritoró	28	2	25	7,0	1.5	25	6,6
Poção de Pedras	46	1	12	3,6	.5	11	2,6
Santo Antônio dos Lopes	44	0	24	5,2	.3	8	2,9
São Luís Gonzaga do Maranhão	54	1	24	4,8	1	40	6,2
São Raimundo	5	2	12	7,0	1	4	2,4
São Roberto	5	3	12	6,8	2	4	2,8
Trizidela do Vale	20	1	24	5,7	1	6	2,8
Total	446	0	25	4,8	0	40	4,4

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, é regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O PAA possui duas finalidades básicas: prover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses objetivos, o programa compra alimentos provenientes da agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de vulnerabilidade, para equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA contribui para estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares. Além disso, promove o abastecimento por meio de compras governamentais de alimentos, fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. Para vender para o PAA é preciso ser agricultor familiar (nos moldes do que determina a Lei nº 11.326, de junho de 2006) e portador do documento Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O programa vem sendo executado por estados e municípios, em parceria com o Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. O orçamento do PAA é atribuído pelo Ministério da Cidadania.

A ação do programa motivou o fortalecimento das práticas produtivas resultando em melhorias e diversificação na produção, além de incremento na renda familiar. Os agricultores, por meio do programa, investiram em assistência técnica e na sua própria capacitação profissional (Assis et al., 2017). Por sua vez, dificuldades na implementação do PAA incluem falhas no repasse de informações sobre a gestão do programa e problemas no repasse de verbas dos municípios aos beneficiários do programa, comprometendo sua eficácia. Devido às condições precárias e falta de subsídio aos agricultores, muitos alimentos, em especial de origem animal, deixam de ser adquiridos, pois não há inspeção sanitária e instalações adequadas com refrigeração, o que limita o número de agricultores que participam do programa (Augustini; Bourscheidt, 2018, p. 283).

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CONAB. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, e visa transferir, em caráter suplementar, recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos da educação básica pública. É considerado um dos maiores programas de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. O PNAE recebeu essa denominação em 1979, mas sua origem data da década de 1950. O programa atende o disposto no artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada pelo órgão gerenciador, responsável pela distribuição dos alimentos em todo o País. Em 1994, a descentralização de recursos para execução do programa foi instituída por lei. O programa oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa valores financeiros em dez parcelas mensais, para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O repasse é feito diretamente a estados e municípios, com base no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento. O PNAE é acompanhado e fiscalizado

diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

O PNAE transfere valores diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, o programa prioriza assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferencia o valor per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Com a Lei nº 11.947/2009, 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. A articulação da produção da agricultura familiar com o PNAE é responsabilidade das secretarias de agricultura de estados e municípios.

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**: PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) desde 2009 garante preços mínimos para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, pequi, murumuru, piaçava, pinhão e umbu. A política é operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e coordenada por um Grupo Gestor

composto pelos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Economia.

A PGPM-Bio objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantindo renda às famílias que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

A política atua por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE). A Conab acompanha o mercado de produtos florestais não madeireiros e, se os preços estiverem abaixo do preço mínimo publicado pelo governo federal, oferece subvenção aos extrativistas, pagando um bônus a todos que comprovem que realizaram a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo. O acesso ao programa e pagamento da subvenção pode se dar individualmente (a cada extrativista) ou por meio de uma cooperativa ou associação que os represente. O limite anual de subvenção aos extrativistas varia conforme o produto. No caso das amêndoas de babaçu, esse limite é de até R\$ 3.500 para cada DAP.

O produtor extrativista ou a associação/cooperativa vende o produto e guarda a Nota Fiscal de Saída (venda) emitida pelo produtor ou Nota Fiscal de Entrada (compra) emitida pelo adquirente em nome do produtor. O comprador paga pelo produto e o produtor extrativista ou a associação/cooperativa encaminha a documentação necessária à Conab, que, após analisar os documentos, efetua o pagamento da subvenção. Na eventualidade de recolhimento de valores referentes a despesas administrativas por parte de pessoas ou organizações mediadoras que viabilizam o acesso, o valor cobrado não deve ultrapassar 3% do valor total da subvenção devida a cada extrativista.

De 2009 até 2018, ocorreram cerca de 71 mil acessos à PGPM-Bio, com a execução de aproximadamente 45 milhões de reais em operações de subvenção direcionadas a mais de 55 mil toneladas de produtos florestais não madeireiros.

Informação adicional:

CONAB. **Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

Por reivindicação dos movimentos sociais, o governo federal, por meio do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), implantou, em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). O programa é ação atualmente executada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, por meio da Coordenação Geral de Políticas para Mulheres Rurais, Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais, que, via mutirões itinerantes, possibilita às mulheres rurais o acesso gratuito aos documentos pessoais, trabalhistas e previdenciários.

No início dos anos 2000, a disponibilidade de documentos cívicos era precária nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. As mulheres de áreas rurais sem garantia de documentação civil tendem a não usufruir de direitos individuais legítimos. Ademais, as desigualdades entre homens e mulheres que estruturam as relações sociais se manifestam de forma mais pronunciada no campo, também na obtenção da cidadania formal (Zarzar, 2009). O PNDTR visa atender tais demandas, pois a falta de documentação básica torna impossível o envolvimento na reforma agrária, na inserção no sistema previdenciário e aquisição de crédito rural, dentre outros (Oliveira et al., 2017).

O programa articula diversos organismos governamentais para realização de uma ação que garante a efetivação da cidadania e o acesso às políticas públicas para as mulheres do meio rural. Seus objetivos são, portanto, promover a cidadania e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais e por meio dos mutirões garantir o acesso aos documentos civis, trabalhistas e previdenciários de forma gratuita, visando efetivar sua condição de cidadã;

e proporcionar ações educativas participativas sobre a importância da documentação e acesso às políticas públicas, principalmente aquelas destinadas às mulheres rurais. O programa conta com 22 unidades que podem se locomover para facilitar o acesso de comunidades aos serviços. O PNDTR tem como público-alvo agricultoras familiares, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas indígenas e ribeirinhas, mas, quando disponibilizado, o serviço pode ser utilizado por toda a população.

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/area-rural/programa-nacional-de-documentacao-da-trabalhadora-rural>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Programa Nacional de Habitação Rural

O grande fluxo populacional para os centros urbanos a partir da década de 1950 provocou conflitos no arranjo espacial para os novos habitantes, que estavam sem locação digna para suas famílias. Dessa forma, o governo implementou diversos planos e programas para alterar essa realidade, entre eles o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (Oliveira; Karnopp, 2015). A proposta do governo em prover condições dignas de moradia às comunidades da zona rural está atrelada ao fato de que a situação da residência de uma família afeta drasticamente sua forma de existência e autoestima, fazendo com que a mesma busque melhorias em locais urbanos, deixando seu espaço habitual, sua cultura e seus familiares. Diante disso, a gestão pública, por meio das iniciativas do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e sua ramificação, o PNHR, deram início a ações para diminuir o déficit habitacional no espaço rural do País.

O PNHR foi criado pelo governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio da Lei nº 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Para fazer parte do programa, o trabalhador rural ou agricultor familiar deve procurar uma entidade organizadora, que formará grupos de beneficiários interessados a participarem do programa junto à Caixa Econômica Federal.

A entidade organizadora é responsável por desenvolver atividades de planejamento, elaboração e implementação do empreendimento, providenciar a regularização da documentação, organização de grupos, viabilizar a contratação e acompanhar a execução dos projetos. Para que seja apto ao programa, há limites de renda para o beneficiário. Para agricultor familiar, a renda familiar máxima é de R\$ 17.000 ao ano, considerado o valor total da renda rebatida indicada na DAP. Para trabalhador rural, a renda familiar máxima é de R\$ 17.000 ao ano, considerando a renda comprovada por carteira de trabalho e os três últimos contracheques; ou contrato de trabalho; ou declaração em papel timbrado do empregador com firma reconhecida em cartório; ou comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente. Os subsídios concedidos para as propostas selecionadas no âmbito do PNHR são de R\$ 34.200 para construção (R\$ 36.600 na região Norte) e R\$ 20.700 para reforma/ampliação/conclusão (R\$ 22.100 na região Norte).

Informação adicional:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Programa Garantia Safra

O Garantia Safra foi criado em 2002 por meio da Lei nº 10.420 e está vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Consiste em um benefício social que garante ao agricultor familiar o recebimento de um auxílio pecuniário em caso de prejuízo da safra de no mínimo 50% pela estiagem ou excesso de água, com objetivo de garantir à sua família condições mínimas de sobrevivência. Abrange a região situada na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), além dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Os recursos para o pagamento dos benefícios provêm das contribuições dos agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União, que, juntas, formam o Fundo Garantia Safra (FGS), administrado pela Caixa Econômica Federal desde outubro de 2003. Para ter direito ao subsídio, é necessário aderir ao programa, o que deve ser feito sempre antes do plantio. O produtor precisa ter renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio nos últimos 12 meses, além de ter uma área plantada de 0,6 ha até no máximo 5 ha, com as culturas feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão (Brasil, 2017b).

A movimentação orçamentária do programa tem tido acréscimos anualmente, devido à crescente adesão de estados, municípios e produtores, e aumento no valor do benefício. No início do programa, em 2003, foram destinados cerca de 82 milhões de reais para subsídios a 177 mil agricultores (Brasil, 2014). Atualmente esse valor ultrapassa 440 milhões, que beneficiam mais de 520 mil produtores (Garantia..., 2019), o que denota um acréscimo de mais de 400% no montante de recurso e 300% no número de beneficiados.

Informação adicional:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Garantia Safra**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/area-rural/garantia-safra/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

Criado por meio da Portaria Interministerial nº 2, do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicada em 25 de setembro de 2008, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais é atualmente responsabilidade da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), e tem como objetivo “fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural”.

Articulando programas dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego, Pesca e Aquicultura e da Secretaria de Políticas para Mulheres/PR, o Programa busca a promoção do reconhecimento da imagem e contribuição econômica da mulher na zona rural, possibilitando acesso a consultorias técnicas, engajamento em causas feministas e fortalecimento da cultura, tendo como prioridade consolidar parcerias com organizações econômicas que já tratem da questão de igualdade entre gêneros (Herrera; Birochi, 2014). O programa incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização entre as mulheres. A atuação valoriza os princípios da economia solidária e feminista no meio rural, apoiando ações com orientações metodológicas. As principais formas de execução da política são: chamamentos públicos para contratação de projetos; termos de referência; e parcerias com universidades e institutos federais, por meio da descentralização de recursos e parcerias com os Organismos de Políticas para Mulheres.

Informação adicional:

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Organização Produtiva das Mulheres Rurais**: o programa de visibilidade e promoção da mulher no campo. Disponível em: <https://agriculturafamiliarnaraiz.tumblr.com/post/181197859035/organizacao-produtiva-das-mulheres-rurais-o>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece financiamentos para que os trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural (Tabela 79). Além da terra, os recursos podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma. O programa prevê, ainda, ações de incentivo à participação de jovens e mulheres em todas as etapas do processo de acesso à terra, além da execução de projetos especiais voltados para a preservação do meio ambiente. O PNCF foi criado em 2003 pela Secretaria de Reordenamento Agrário do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA-MDA) (Galindo et al., 2015) e atualmente é gerido pelo Departamento de Gestão de Crédito Fundiário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Podem acessar o PNCF trabalhadores rurais entre 18 e 65 anos, com experiência de, no mínimo, 5 anos em atividades rurais nos últimos 15 anos. Também jovens rurais entre 16 (emancipados) e 19 anos, que comprovem 2 anos de atividades junto ao grupo familiar, como aluno de Escola Técnica, Centros de Formação por Alternância e instituições similares. O agricultor não pode ser funcionário público, nem ter sido assentado ou ter recebido recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária. Não pode, ainda, ter sido dono de imóvel rural maior que uma propriedade familiar. O programa possui três linhas de crédito para os diferentes públicos da agricultura familiar. A linha a ser acessada depende do perfil e do patrimônio familiar, conforme a Tabela 79. O PNCF disponibiliza até R\$ 7.500,00 para a contratação de Ater, por 5 anos, com parcelas anuais de até R\$ 1.500,00 por beneficiário.

Tabela 79. Linhas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Linha de crédito	Abrangência	Renda	Patrimônio	Teto	Juros	Rebate	Carência
PNCF social	Região Norte e área da Sudene	até R\$ 20 mil ao ano	até R\$ 40 mil ⁽¹⁾	R\$ 140 mil	0,5% a.a.	40% para pagamento até a data	25 anos com 36 meses de carência
PNCF Mais	Todas as demais regiões	até R\$ 40 mil ao ano	até R\$ 80 mil ⁽¹⁾		2,5% a.a.	20% para pagamento até a data	
PNCF empreendedor	Todo Brasil	até R\$ 216 mil ao ano	até R\$ 500 mil		5,5% a.a.	Não há	
Linha com risco bancário, cuja regulamentação será definida pelo agente financeiro que aderir à operacionalização da mesma							

⁽¹⁾ Valor poderá chegar a R\$ 100 mil quando a área a ser adquirida for proveniente de herança e o comprador for um dos herdeiros.

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em: 20 jan. 2020d.

Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais

A abordagem territorial do desenvolvimento rural foi adotada por mais de uma década pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário como estratégia de integração e implementação de políticas públicas visando o combate à pobreza, a redução das desigualdades sociais, a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar. Essa abordagem se expressa no Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, no Programa Territórios da Cidadania, no Plano Safra da Agricultura Familiar e no Plano Brasil Sem Miséria (Pimenta Neto, 2014). Neste âmbito, insere-se uma ação direcionada à melhoria da infraestrutura em territórios rurais, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Proinf), ação complementar ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que tem como objetivo prover recursos aos projetos de infraestrutura definidos pelos Colegiados Territoriais em seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) (Nunes et al., 2015).

Os projetos de infraestrutura disponibilizam recursos não reembolsáveis e têm como principal objetivo viabilizar investimentos na implantação, ampliação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social de seu processo de desenvolvimento e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, priorizando a articulação com programas e políticas públicas nos territórios homologados pelo MDA.

Os projetos realizados pelo Proinf podem ser para implementar, ampliar, modernizar, racionalizar e reorganizar a infraestrutura social e aspectos produtivos inseridos nos PTDRS (Nunes et al., 2015). Para serem aprovados, projetos devem comprovar participação dos beneficiários na concepção e elaboração das propostas e apresentar análise e indicação da proposta pela plenária do Colegiado Territorial. Proponentes e responsáveis pela gestão devem ser entes públicos, e deve ser demonstrado o impacto social e/ou econômico no território. As famílias beneficiadas pelo Proinf estão no mesmo grupo das atendidas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que liberará em até 2 anos o valor de R\$ 2,4 mil para os agricultores investirem na estruturação produtiva de suas propriedades. Os recursos disponíveis à contratação de projetos do Proinf e o valor máximo permitido para os mesmos consideram a disponibilização orçamentária definida pela Lei Orçamentária Anual, cujos valores estão sujeitos a redefinições em função de contingenciamentos (Pimenta Neto, 2019).

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo governo federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, e é gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O programa objetiva assim a capacitação de estudantes da rede pública (jovens e adultos) e trabalhadores, expandindo nas redes federais e estaduais os cursos de EPT, com apoio de órgãos públicos e empresas privadas ligadas ao ramo da educação e devidamente habilitadas para tal.

O Pronatec é composto por cinco iniciativas: 1) Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; 2) Bolsa-Formação; 3) Rede e-Tec Brasil; 4) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S); 5) Programa Brasil Profissionalizado. A Bolsa-Formação oferece, gratuitamente, cursos técnicos de formação inicial e continuada e qualificação profissional, utilizando as estruturas existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. A Bolsa-Formação consiste no subsídio para a cobertura integral das despesas do estudante com o curso, inclusive transporte e alimentação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão responsável pela execução financeira da Bolsa-Formação. A partir de solicitação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, a autarquia transfere recursos aos parceiros ofertantes (Brasil, 2019).

O Pronatec inovou a educação profissional no País, promovendo parcerias com entidades públicas e privadas especializadas na oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional e tecnológica. A Bolsa-Formação visa ampliar o acesso à educação profissional, científica e tecnológica, em âmbito nacional, de forma a considerar as necessidades do mercado de trabalho local. Para sua execução, de 2011 a setembro de 2017, foram utilizados R\$ 11,3 bilhões, correspondendo a 77% do total provisionado, de R\$ 14,6 bilhões. Foram realizadas 4,6 milhões de matrículas de 2011 a 2016 (76% da meta prevista). A CGU apontou que o processo de pactuação, homologação e oferta dos cursos favorece a lógica ofertista. Como o valor da bolsa-formação é fixo e independe das especificidades de cada curso, as redes de ensino priorizam a oferta de cursos de menor custo e que exigem baixa qualificação dos alunos, distanciando-os do compromisso de atender as necessidades por mão de obra qualificada dos demandantes (Brasil, 2018).

Informação adicional:

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo no. 29:** Contribuição ao fundo Garantia-Safra. Brasília, DF, 2014. 57 p. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/3246.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Seguro da Agricultura Familiar

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) é um programa governamental criado com base nos princípios de seguros agrícolas, e tem como princípio subsidiar pequenos produtores com gastos básicos na produção. O Seaf surgiu de demandas feitas pelos movimentos sociais, que reivindicaram mecanismos e políticas públicas que contemplassem a agricultura familiar de forma consistente, e que não se resumissem apenas na transferência de verba ou assistencialismo (Vasconcelos, 2012). Foi então criado o Seaf a partir da reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), pela Resolução nº 3.234 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2004, com os objetivos de manter a segurança na produção (menor exposição a riscos), garantir a renda (trabalho de produção), ser uma política estruturante (indicativos e estímulos) e promover a sustentabilidade (gestão de riscos) (Zukowski, 2005).

O público alvo do Seaf compõe-se de agricultores familiares que acessam o financiamento de custeio agrícola do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). São produtores que, embora sejam de pequeno porte, podem tomar financiamento de até R\$ 3.000 no Grupo C, de até R\$ 6.000 no Grupo D ou valores maiores no Grupo E, tendo potencial para conduzir suas lavouras como um empreendimento e produzir receita para pagar o financiamento, cobrir os custos de manutenção familiar e realizar investimentos (Zukowski, 2005).

O agricultor familiar conta com o Seaf para cobertura da perda da safra no caso de seca, chuva excessiva, granizo, geada e outros problemas climáticos. O seguro atende 120 culturas diferentes existentes na agricultura familiar. Atualmente, cerca de 299 mil lavouras em mais de 3 mil municípios estão seguradas, o que equivale a um valor segurado de R\$ 10,2 bilhões. O seguro garante até 80% da receita bruta estimada para a lavoura. O valor é formado pelo financiamento mais uma parcela de renda líquida. Para lavoura permanente e de verduras, legumes e frutas, o valor da receita líquida segurável é de R\$ 40 mil. Para as demais, o valor máximo é de R\$ 22 mil.

Um âmbito interessante do Seaf são as parcerias. Por meio desse seguro é possível obter auxílio de provedores de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e de instituições de pesquisa como a Embrapa, para desenvolver tecnologias que poderão ser utilizadas para otimizar a produção (Zukowski, 2005).

Informação adicional:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Pequeno e Médio Produtor**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/plano-safra-2019-2020/pequeno-e-medio-produtor>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Crises vivenciadas pelas famílias

Após apresentar as principais características dos domicílios e estabelecimentos de agricultores familiares no Médio Mearim, e verificar a situação destes em relação à infraestrutura e ao acesso a programas e políticas públicas, a última seção deste volume aborda a percepção dos agricultores familiares em relação a choques, ou crises, por eles vivenciadas ao longo do ano anterior à realização das entrevistas. Tal informação é relevante pois o conhecimento quanto à natureza e expressão dos eventos que afetam o bem-estar das famílias no campo é necessário para delinear instrumentos de políticas e salvaguardas sociais voltadas exatamente para reduzir a vulnerabilidade desse segmento.

A diversidade e integração de múltiplas estratégias econômicas adotadas pelas unidades familiares que são objeto deste diagnóstico, característica comum a grupos camponeses que buscam ampliar sua segurança frente a adversidades, será abordada nos próximos volumes desta série. Esta seção apresenta os eventos que, na percepção dos entrevistados, como Sebastião Pereira e Maria de Fátima (Figura 57), constituem as mais frequentes manifestações de crises que afetam o bem-estar de seus domicílios. Na literatura que aborda tais situações, esses eventos são classificados como choques idiossincráticos, quando se referem a crises de impacto em nível de

domicílio e estabelecimento rural, ou choques agregados (covariate), quando o impacto se dá em nível de comunidade ou mais amplo (Günther; Harttgen, 2009). Exemplos de choques idiossincráticos incluem crises relacionadas a fatores de produção, como mão de obra (doenças, morte, saída de membros da família), capital (dívidas, roubo, perda de postos de trabalho) e a expressão de pragas agrícolas e doenças animais. Ao contrário dos idiossincráticos, choques agregados não podem ser



Foto: Aline Nascimento

Figura 57. Sebastião Pereira Lima e Maria de Fátima Monteiro com o filho José Abmael, povoado de Jenipapo, município de Esperantinópolis, MA.

administrados por arranjos locais, e são relacionados, por exemplo, a crises climáticas, como falta ou excesso de chuva, incêndios descontrolados, ou flutuações negativas de preços de produtos agrícolas ou extrativos (Dercon, 2002; Günther; Harttgen, 2009; Basto, 2012; Wunder et al., 2014).

Ao final do questionário conduzido neste diagnóstico, os entrevistados foram indagados sobre quais as crises por eles vivenciadas no ano anterior, ou seja, entre meados de 2016 e meados de 2017. A Tabela 80 apresenta os resultados agregados e sua expressão em nível de município. Verifica-se que a maior incidência de crises se deve a pragas agrícolas e doenças animais, que somadas resultam em 29,5% do total dos choques observados. Seguem-se aquelas derivadas de problemas com mão de obra (26,6%), crises climáticas (14,6%), aquelas que resultaram em supressão de capital da família (12,6%) e danos causados pelo fogo (6,7%). A tabela indica uma média de 2,4 crises por família, no ano em questão, sendo possível observar índices mais elevados nos municípios de Igarapé Grande e Bernardo do Mearim, e mais baixos em Trizidela do Vale, Lima Campos e Pedreiras.

Tabela 80. Incidência de crises que afetaram o domicílio no ano anterior, conforme percepção dos entrevistados.

Tipo de crise	Crises		Município																	
	N	%	Alto Alegre do Maranhão	Bernardo do Meirim	Capinzal	Esperantíno-polis	Igarapé Grande	Joselandia	Lago da Pedra	Lago do Juncó	Lago dos Rodrigues	Lima Campos	Pedreiras	Peritoró	Poção de Pedras	Santo Antônio dos Lopes	São Luis Gonzaga	São Raimun-do	São Roberto	Trizideia do Vale
Pragas e doenças	553	22,3	3	15	25	39	40	60	28	42	25	29	30	23	48	56	68	4	2	16
Doença em animais	178	7,2	1	6	10	11	15	26	15	15	11	3	3	9	14	16	16	1	3	3
Falta de chuva	347	14,0	5	11	15	21	22	56	16	19	12	15	14	16	35	23	41	4	8	14
Excesso de chuva	15	0,6	0	0	0	3	0	1	3	1	2	0	2	0	1	2	0	0	0	0
Doença na família	317	12,8	2	9	12	16	28	38	16	22	11	22	12	12	21	35	49	1	3	8
Morte na família	228	9,2	3	10	5	16	14	19	16	19	7	9	11	10	21	14	46	1	3	4
Saída de familiar	113	4,6	0	2	4	8	8	10	8	6	4	4	8	5	4	16	17	4	2	3
Multas ou dívidas	89	3,6	0	5	3	6	8	6	3	8	4	0	6	3	7	10	18	0	0	2
Calote	87	3,5	0	4	4	4	9	8	3	7	2	3	5	1	8	10	15	0	2	2
Roubo	72	2,9	0	1	3	3	10	8	6	4	6	1	2	2	6	6	12	0	0	2
Perda de emprego	65	2,6	0	3	5	5	6	8	2	3	3	1	5	0	3	17	2	0	2	0
Fogo acidental	166	6,7	1	5	11	5	19	24	5	14	5	5	11	10	14	16	16	0	2	3
Gastos com eventos	46	1,9	1	3	1	2	6	2	5	5	2	0	2	2	3	4	7	1	0	0
Conflitos sociais	26	1,0	0	0	0	2	1	2	3	3	1	2	2	2	0	3	3	0	0	2
Outro	179	7,2	5	2	13	7	21	35	3	13	8	5	10	9	9	21	12	1	1	4
Total	2.481		21	76	111	148	207	303	132	181	103	99	123	104	194	249	322	17	28	63
Famílias no município	1.025		9	26	42	64	67	115	59	71	43	47	60	41	84	99	147	6	10	35
Frequência de crises / família	2,4		2,3	2,9	2,6	2,3	3,1	2,6	2,2	2,5	2,4	2,1	2,1	2,5	2,3	2,5	2,2	2,8	2,8	1,8

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

A Figura 58 apresenta a distribuição do total de crises reportadas nos domicílios, de acordo com as seis categorias mencionadas anteriormente.

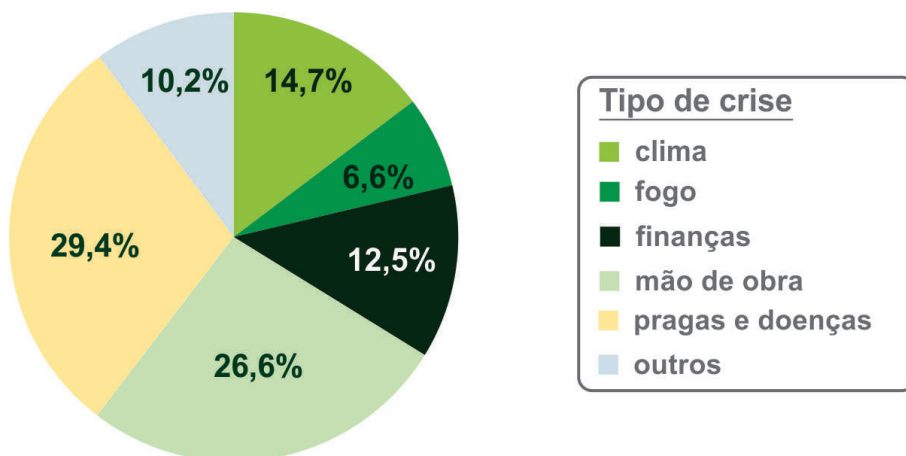


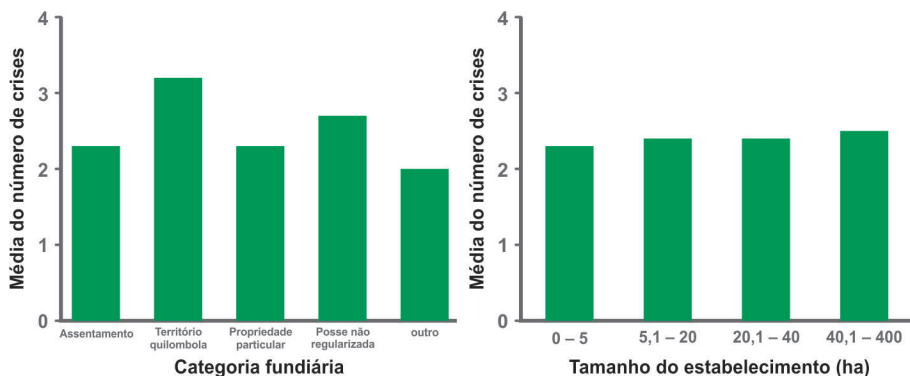
Figura 58. Incidência de crises em domicílios do Médio Mearim (%).

As tabelas 81 a 85 e figuras 59 a 63 apresentam média e desvio padrão do número de crises reportadas nos domicílios, de acordo com algumas das variáveis discriminantes do estudo. Apesar de via de regra a diferença entre categorias ser relativamente pequena, e que análises estatísticas são necessárias para interpretar corretamente os resultados, estes indicam tendência de maior incidência média de crises em territórios quilombolas, nos estabelecimentos maiores, naqueles onde são cultivados roçados relativamente grandes (com mais de 3 linhas) e em famílias com dependência muito alta em relação ao babaçu. Também se verifica tendência de maior incidência de crises em famílias com renda mensal e patrimônio com valores intermediários e naquelas com nível mais elevado de gasto (consumo) mensal. Por fim, o número de anos de estudo do responsável pelo domicílio não influenciou a incidência média de crises, ao passo que uma maior incidência foi observada em famílias cujo responsável tenha mais de 50 anos e naquelas em que a identificação étnica não seja “pardo”.

Tabela 81. Número de crises que afetaram domicílio x categoria fundiária e tamanho do estabelecimento.

Categoria fundiária	Número de crises			Classes de área (ha)	Número de crises		
	N	md	dp		N	md	dp
Assentamento	271	2,3	1,7	0–5	251	2,3	1,7
Território quilombola	40	3,2	1,6	5,1–20	307	2,4	1,7
Propriedade particular	388	2,3	1,8	20,1–40	336	2,4	1,8
Posse não regularizada	247	2,7	1,7	40,1–400	125	2,5	1,9
Outro	73	2,0	1,5				
Total	1.019	2,4	1,7	Total	1.019	2,4	1,7

md: média; dp: desvio padrão.

**Figura 59.** Média do número de crises que afetaram domicílio x categoria fundiária e tamanho do estabelecimento.**Tabela 82.** Número de crises que afetaram domicílio x tamanho da roça e dependência do babaçu.

Linhas de roça	Número de crises			Depen- dência do babaçu	Número de crises		
	N	md	dp		N	md	dp
0	103	2,0	1,5	Muito baixa	133	2,2	1,7
0,01–1,5	179	2,4	1,7	Baixa	203	2,2	1,7
1,51–3	373	2,4	1,7	Média	192	2,4	1,8
3,1–6	278	2,6	1,8	Alta	267	2,4	1,7
> 6	86	2,3	1,8	Muito alta	224	2,7	1,7
Total	1.019	2,4	1,7	Total	1.019	2,4	1,7

md: média; dp: desvio padrão.

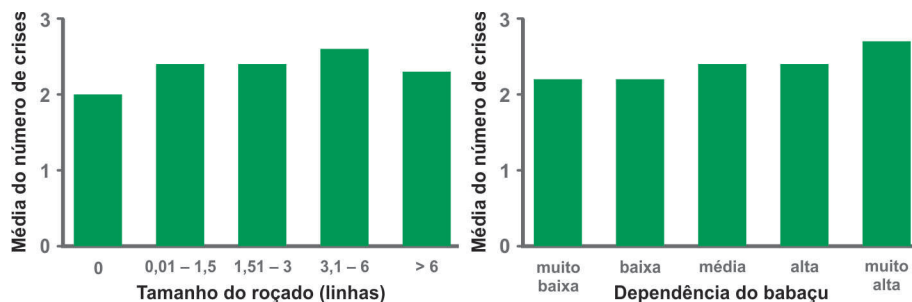


Figura 60. Média do número de crises que afetaram domicílio x tamanho da roça e dependência do babaçu.

Tabela 83. Número de crises que afetaram domicílio x renda mensal e gasto mensal (consumo).

Renda mensal (salários mínimos)	Número de crises			Classe de gasto mensal (R\$)	Número de crises		
	N	md	dp		N	md	dp
<1	226	2,3	1,6	< 750	181	2,4	1,7
1–2	413	2,4	1,8	751–1.500	438	2,3	1,7
2–3	235	2,5	1,8	1.501–2.500	262	2,6	1,8
> 3	145	2,2	1,8	> 2.500	138	2,5	1,8
Total	1.019	2,4	1,7	Total	1.019	2,4	1,7

md: média; dp: desvio padrão.

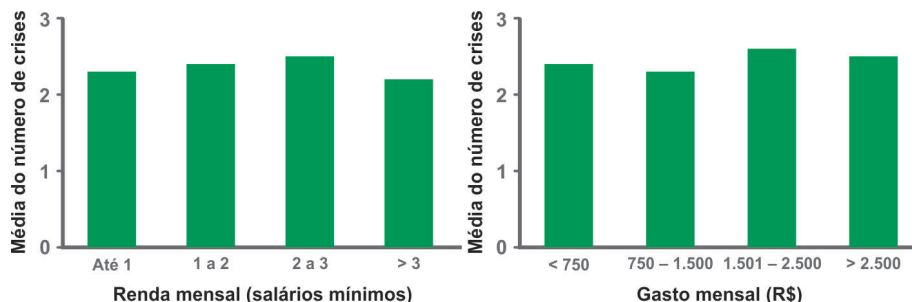


Figura 61. Média do número de crises que afetaram domicílio x renda mensal e gasto mensal (consumo).

Tabela 84. Número de crises que afetaram domicílio x riqueza (valor do patrimônio) e identificação étnica.

Valor do patrimônio (R\$)	Número de crises			Identificação étnica	Número de crises		
	N	md	dp		N	md	dp
0–6.000	228	2,4	1,6	Branco	185	2,6	1,7
6.001–12.000	365	2,3	1,7	Pardo	564	2,3	1,7
12.001–18.000	192	2,6	1,9	Negro	270	2,5	1,8
18.001–172.000	234	2,3	1,8				
Total	1.019	2,4	1,7	Total	1.019	2,4	1,7

md: média; dp: desvio padrão.

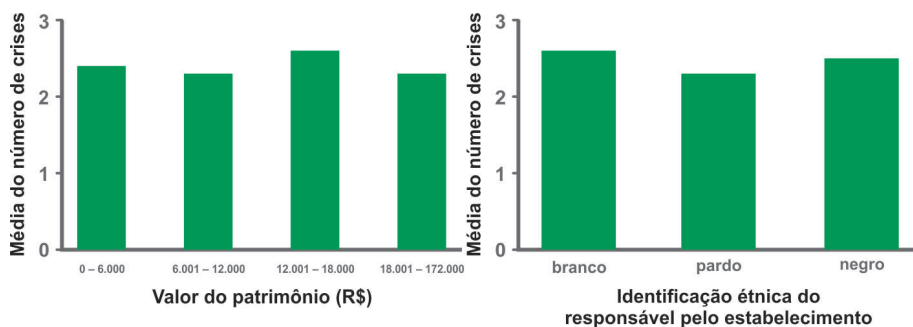


Figura 62. Média do número de crises que afetaram domicílio x riqueza (valor do patrimônio) e identificação étnica.

Tabela 85. Número de crises que afetaram domicílio x idade e escolaridade.

Faixa de idade	Número de crises			Escolaridade	Número de crises		
	N	md	dp		N	md	dp
18–35 anos	163	2,3	1,8	0 a 1 ano	318	2,4	1,8
36–50 anos	360	2,3	1,7	2 a 4 anos	296	2,5	1,7
51–65 anos	378	2,6	1,8	5 a 8 anos	222	2,4	1,8
+ 65 anos	118	2,4	1,7	9 a 18 anos	182	2,4	1,7
Total	1.019	2,4	1,7	Total	1.019	2,4	1,7

md: média; dp: desvio padrão.

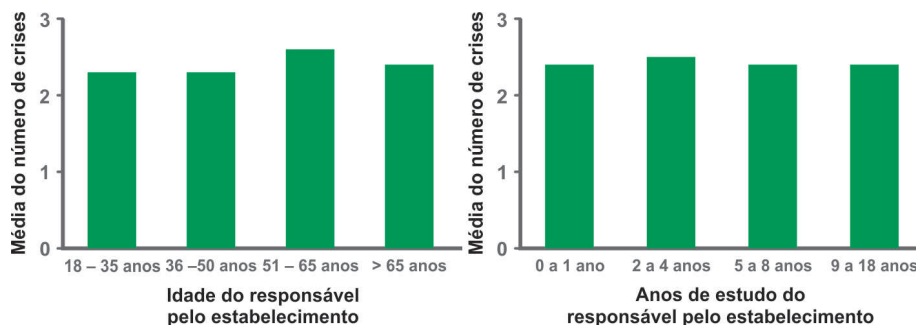


Figura 63. Número de crises que afetaram domicílio x idade e escolaridade.

Por fim, as tabelas 86 a 93 e figuras 64 a 71 apresentam estatísticas descritivas sobre a incidência (absoluta e relativa) das seis categorias de crise mencionadas na análise agregada, conforme algumas variáveis discriminantes do estudo. A seguir, são relacionados os resultados com contrastes mais relevantes para cada variável selecionada.

- Categoria fundiária → menos crises de mão de obra e mais crises por fogo em territórios quilombolas. Maior frequência de crises financeiras em posses não regularizadas.
- Tamanho do estabelecimento → quanto maior o estabelecimento, mais frequentes são as crises de mão de obra e menos frequentes as causadas por fogo.
- Tamanho do roçado → quanto maior a área do roçado, menos frequentes as crises de mão de obra e mais frequentes as causadas por fogo. Maior frequência de crises financeiras nos estabelecimentos que não cultivaram roçados.
- Dependência do babaçu → menos crises por pragas e doenças e mais crises financeiras em domicílios onde há menor dependência do babaçu.
- Renda mensal → mais crises por fogo em estabelecimentos com maior renda.
- Patrimônio → mais crises financeiras e por fogo e menos crises de mão de obra nos estabelecimentos com maior patrimônio.

- Idade → menos crises de mão de obra e mais crises financeiras em famílias jovens.
- Escolaridade → mais crises de mão de obra e menos crises financeiras em famílias cujo responsável tem escolaridade mais baixa.

Tabela 86. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por categoria fundiária.

Categoria fundiária	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
Assentamento	90	172	46	182	62	66	618
%	14,6	27,8	7,4	29,5	10,0	10,7	100
Território quilombola	19	24	15	39	11	21	129
%	14,7	18,6	11,6	30,2	8,5	16,3	100
Prop. particular	133	240	67	258	107	95	900
%	14,8	26,7	7,4	28,7	11,9	10,6	100
Posse não regularizada	98	172	30	200	109	57	666
%	14,7	25,8	4,5	30,0	16,4	8,6	100
Outro	20	46	5	43	19	11	144
%	13,9	31,9	3,5	29,9	13,2	7,6	100
Total	360	654	163	722	308	250	2,457
%	14,7	26,6	6,6	29,4	12,5	10,2	100

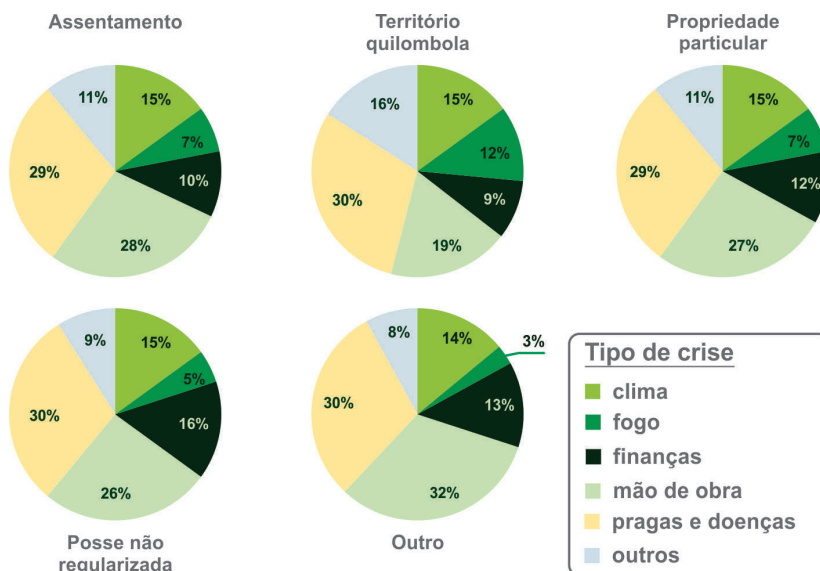


Figura 64. Incidência de tipos de crise por categoria fundiária.

Tabela 87. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por tamanho do estabelecimento.

Área do estabelecimento (ha)	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
0–5	72	176	22	165	86	60	581
%	12,4	30,3	3,8	28,4	14,8	10,3	100
5,1–20	119	197	48	236	77	68	745
%	16,0	26,4	6,4	31,7	10,3	9,1	100
20,1–40	114	213	55	239	98	95	814
%	14,0	26,2	6,8	29,4	12,0	11,7	100
40,1–400	55	68	38	82	47	27	317
%	17,4	21,5	12,0	25,9	14,8	8,5	100

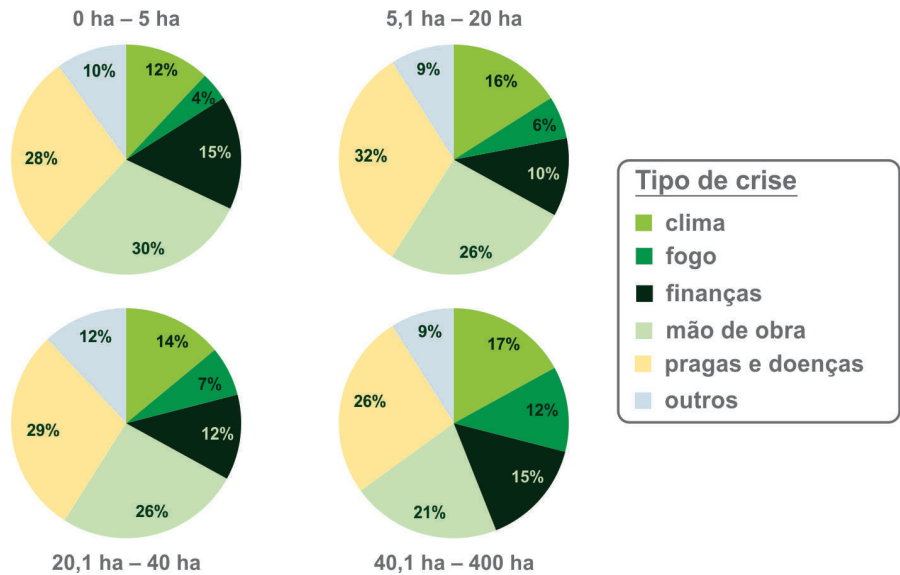


Figura 65. Incidência de tipos de crise por tamanho do estabelecimento.

Tabela 88. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por tamanho do roçado.

Tamanho do roçado (linhas)	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
0	26	76	7	40	43	18	210
%	12,4	36,2	3,3	19,1	20,5	8,6	100
0,01 a 1,5	58	133	26	101	66	38	422
%	13,7	31,5	6,2	23,9	15,6	9,0	100
1,51 a 3,0	131	221	61	302	93	97	905
%	14,5	24,4	6,7	33,4	10,3	10,7	100
3,1 a 6,0	110	178	51	223	78	80	720
%	15,3	24,7	7,1	31,0	10,8	11,1	100
> 6	35	46	18	56	28	17	200
%	17,5	23,0	9,0	28,0	14,0	8,5	100

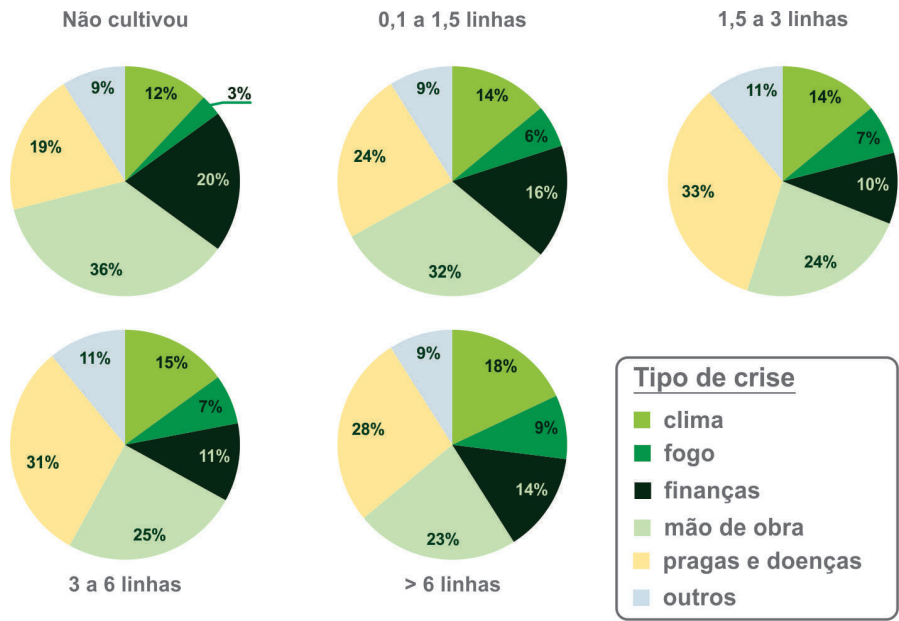


Figura 66. Incidência de tipos de crise por tamanho do roçado.

Tabela 89. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por dependência do babaçu.

Dependência do babaçu	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
Muito baixa	41	84	23	64	50	27	289
%	14,2	29,1	8,0	22,2	17,3	9,3	100
Baixa	65	128	22	131	62	48	456
%	14,3	28,1	4,8	28,7	13,6	10,5	100
Média	66	122	30	134	58	47	457
%	14,4	26,7	6,6	29,3	12,7	10,3	100
Alta	87	163	43	206	74	74	647
%	13,5	25,2	6,7	31,8	11,4	11,4	100
Muito alta	101	157	45	187	64	54	608
%	16,6	25,8	7,4	30,8	10,5	8,9	100

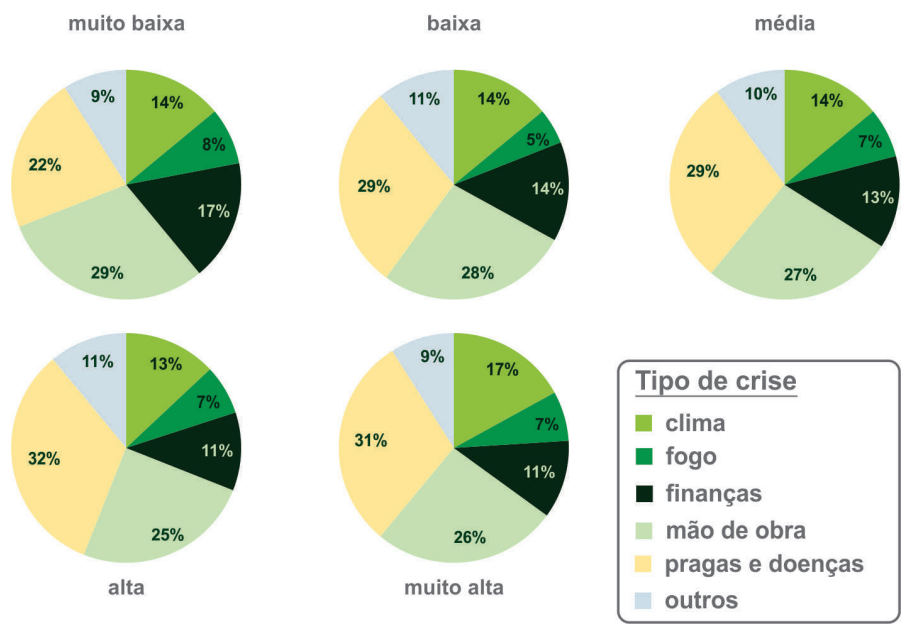


Figura 67. Incidência de tipos de crise por dependência do babaçu.

Tabela 90. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por renda mensal.

Renda mensal (salário mínimo)	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
até 1	78	138	31	168	64	51	530
%	14,7	26,0	5,9	31,7	12,1	9,6	100
1 a 2	149	267	53	303	129	106	1,007
%	14,8	26,5	5,3	30,1	12,8	10,5	100
2 a 3	92	166	47	158	70	64	597
%	15,4	27,8	7,9	26,5	11,7	10,7	100
> 3	41	83	32	93	45	29	323
%	12,7	25,7	9,9	28,8	13,9	9,0	100

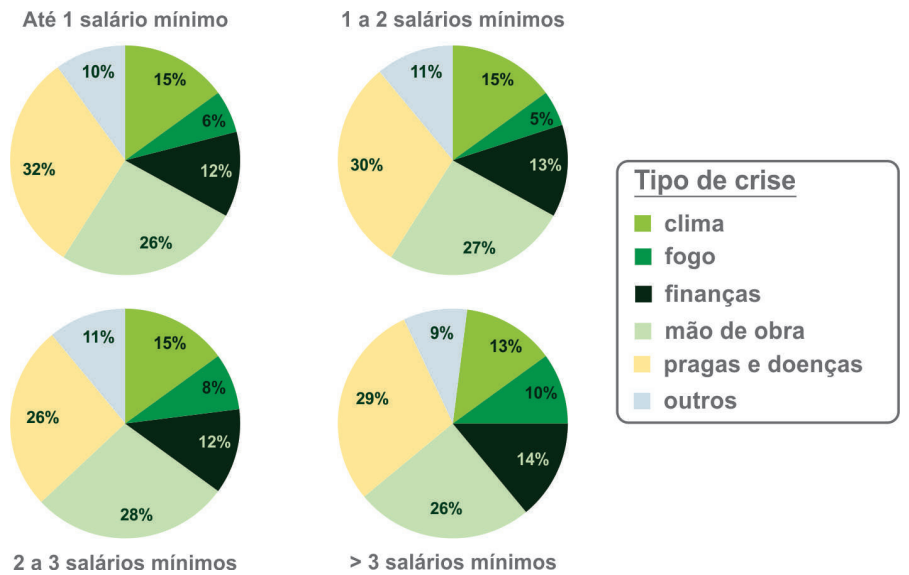


Figura 68. Incidência de tipos de crise por renda mensal.

Tabela 91. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por valor do patrimônio.

Valor do patrimônio (R\$)	Tipo de crise						
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	Total
0–6.000	84	168	27	159	61	57	556
%	15,1	30,2	4,9	28,6	11,0	10,3	100
6.001–12.000	124	229	54	265	101	83	856
%	14,5	26,8	6,3	31,0	11,8	9,7	100
12.001–18.000	70	120	32	145	72	61	500
%	14,0	24,0	6,4	29,0	14,4	12,2	100
18.001–172.000	82	137	50	153	74	49	545
%	15,1	25,1	9,2	28,1	13,6	9,0	100

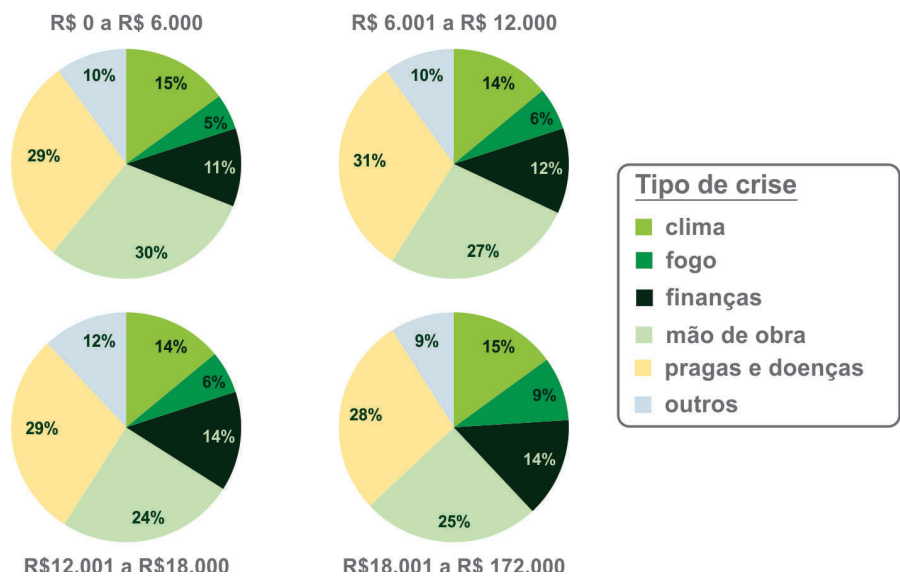


Figura 69. Incidência de tipos de crise por valor do patrimônio.

Tabela 92. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por idade.

Faixa de idade	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
18 a 35 anos	57	74	22	112	55	50	370
%	15,4	20,0	6,0	30,3	14,9	13,5	100
36 a 50 anos	118	226	50	255	109	80	838
%	14,1	27,0	6,0	30,4	13,0	9,6	100
51 a 65 anos	144	274	66	274	113	94	965
%	14,9	28,4	6,8	28,4	11,7	9,7	100
> 65 anos	41	80	25	81	31	26	284
%	14,4	28,2	8,8	28,5	10,9	9,2	100

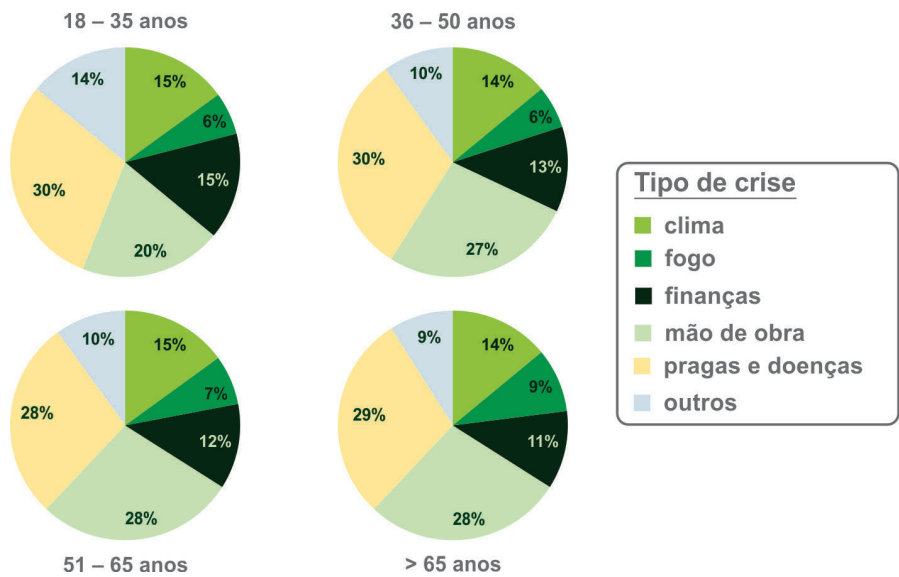
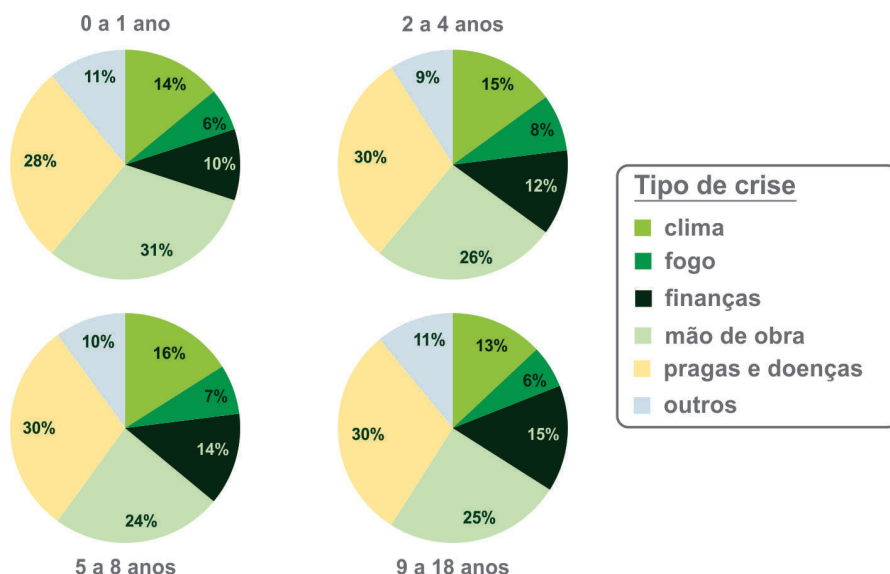


Figura 70. Incidência de tipos de crise por idade.

Tabela 93. Incidência absoluta e relativa de tipos de crise por escolaridade.

Anos de estudo	Tipo de crise						Total
	Clima	Mão de obra	Fogo	Pragas e doenças	Finanças	Outros	
0–1 ano	107	231	42	211	77	81	749
%	14,3	30,8	5,6	28,2	10,3	10,8	100
2–4 anos	112	190	56	225	90	70	743
%	15,1	25,6	7,5	30,3	12,1	9,4	100
5–8 anos	84	124	37	155	74	50	524
%	16,0	23,7	7,1	29,6	14,1	9,5	100
9–18 anos	56	108	28	131	67	49	439
%	12,8	24,6	6,4	29,8	15,3	11,2	100

**Figura 71.** Incidência de tipos de crise por escolaridade.

Analisando as frequências relativas de cada modalidade de crise, pode-se inferir que não apresentaram variação significativa entre categorias analisadas os choques agregados (crises climáticas, sobretudo secas prolongadas) e os causados por pragas agrícolas e doenças em animais. Maior variação tendeu a ocorrer para incidência de choques, ou crises relacionadas à escassez de mão de obra (por morte, doença ou saída de familiar), à redução de capital (por roubo, calote, dívida não recebida ou perda de emprego gerador de salário) e ao fogo. Os próximos volumes desta coleção trarão elementos

adicionais para a compreensão dos principais fatores que afetam os meios de vida dessas unidades familiares, e das estratégias econômicas por elas adotadas para sua superação.

Referências

ARRAIS, T. A. Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no Brasil contemporâneo. **Mercator**, v. 18, p. 1-18, abr. 2019.

ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. do C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA], 2018. Relatório não publicado.

AUGUSTINI, C.; BOURCHEID, H. J. A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 2, p. 275-292, 2018.

BASTO, J. B. T. **Choques climáticos, crédito e poupança no Brasil, uma análise empírica**. 2012. 42 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos Cebrap**, n. 87, p. 115-129, jul. 2010.

BRASIL Ministério da Cidadania. **Bolsa Família – Cadastro Único**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 20 jan. 2020a.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais-1/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq_pronaf. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo no. 29**: Contribuição ao fundo Garantia-Safra. Brasília, DF, 2014. 57 p. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/3246.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Nacional do Seguro Social. **Aposentadoria por Idade Rural**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://antigo.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-idade-rural/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Bolsa Família o que é**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 19 nov 2019.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo no. 79: Apoio à formação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/11342.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Garantia-Safra: Concepção, objetivo, legislação**. Brasília, DF, 2017b. Plano Safra da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/b45be5b9-9af0-43ed-bb56-2e8b802f1b0c>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. **Territórios da Cidadania**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territórios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CANAL RURAL. **Anater**: Falta de técnicos não é problema, o que falta é orçamento. Entrevista de Ademir Silva Junior a Rafael Walendorff. 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/programas/informacao/rural-noticias/anater-falta-orcamento/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 41 p. (Texto para Discussão, 2343). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em: 30 nov. 2019.

CASTRO, C. N. de. Desafios da agricultura familiar: O caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 12, p. 49-59, jul./dez. 2015.

CRESOL. **Tudo que você precisa saber sobre o Pronaf**. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pronaf/>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DERCON, S. Income risk, coping strategies, and safety nets. **The World Bank Research Observer**, v. 17, n. 2, p. 141-166, 2002.

GALINDO, E.; RESENDE, G. M.; CASTRO, C.; CRAVO, C. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf)**: Uma avaliação de seus impactos regionais. Brasília, DF: IPEA, 2015. 37 p. (Texto para discussão, n. 2042).

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 2, p. 301-328, 2007.

GÜNTHER, I.; HARTTGEN, K. Estimating households vulnerability to idiosyncratic and covariate shocks: A novel method applied in Madagascar. **World Development**, v. 37, n. 7, p. 1222-1234, 2009.

HERRERA, K. M.; BIROCHI, R. Uma releitura das organizações produtivas de mulheres Rurais através da teoria da reciprocidade. **Revista de Administração Pública**, v. 9, n. 1, 2014.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro, 2017. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

IBGE. **Estimativas de população**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 15 dez. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 15 dez. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados do universo - características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 15 fev. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: segunda apuração. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 15 fev. 2019.

INCRA. **Relação de projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 24 nov. 2020.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

RADAR IDHM. Brasília, DF: IPEA/PNUD; Belo Horizonte: FJP, 2016. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

GARANTIA Safra paga R\$ 442,4 mi para cerca de 520 mil agricultores. **Istoé Dinheiro**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/garantia-safra-paga-r-4424-mi-para-cerca-de-520-mil-agricultores/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p. 371-377, 2015.

MORAES, T. L. de; MAZZIONI, S. **A importância do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social e econômico do município de Quilombo – SC**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Regional e Sustentável) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó.

NASCIMENTO, A. R. do; KASSOUF, A. L. Impacto do programa Bolsa Família sobre as decisões de trabalho das crianças: uma análise utilizando os microdados da PNAD. **Revista Análise Econômica**, v. 34, n. 66, p. 225-254, set. 2016.

NUNES, E. M.; FRANÇA, A. R. M. de; TORRES, F. de L.; LIMA, J. S. S. de; POMPEU, A. H. F. Agricultura familiar e política territorial: A ação do apoio aos Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf) nos Territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN). In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais**. São Luís: UFMA, 2015.

OLIVEIRA, G. A. S. de; KARNOPP, E. Política habitacional brasileira e a habitação rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **[Anais]**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

OLIVEIRA, M. do S.; GARCIA, I. H. M.; BEZERRA, A. G. C. Programa de Documentação da Trabalhadora Rural no estado do Rio Grande do Norte: Mulheres do campo como sujeito de direito. In: CONGRESSO ALAS URUGUAI, 30., Montevideu, 2017. **[Trabajos]**. [S.I.]: ALAS, 2017.

PIMENTA NETO, M. D. **Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais**: Abordagem territorial do desenvolvimento rural. Disponível em: <https://marcilioobersek.jusbrasil.com.br/artigos/178086620/apoio-a-infraestrutura-em-territorios-rurais>. Acesso em: 28 nov. 2019.

PORRO, R. Palms, pastures, and swidden fields: the grounded political ecology of “agro-extractive/shifting-cultivator peasants” in Maranhão, Brazil. **Human ecology**, v. 33, n. 1, p. 17-56, Feb. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10745-005-1654-2>.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Agência e contingência no acesso à terra e reprodução social camponesa no vale do rio Mearim, estado do Maranhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 15, n. 3, e20190144, 2020a. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0144

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Inovação e processos de inclusão produtiva da agricultura familiar no mercado formal. In: BITTENCOURT, D. M. de C. (ed.). **Estratégias para a agricultura familiar**: visão de futuro rumo à inovação. Brasília, DF: Embrapa, 2020b. p. 95-110. (Texto para discussão, 49).

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Social roots of resource use routes in rural Maranhão, Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 36, p. 64-76, Oct. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.06.009>.

SARON, F. de A.; HESPAHOL, A. N. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. **Geo UERJ**, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2012.

SILVA, R. de O. P. e. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. **IPEA, Análise e indicadores de agronegócio**, v. 11, n. 5, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

STOPA, R. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serviço Social e Sociedade**, n. 135, p. 231-248, maio/ago. 2019.

VASCONCELOS, J. M. M. de. **Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)**: história, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR). 2012. xiii, 118f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H. C.; LOURENZANI, A. E. B. S. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015.

WUNDER, S.; BÖRNER, J.; SHIVELY, G.; WYMAN, M. Safety nets, gap filling and forests: a global-comparative perspective. **World Development**, v. 64, suppl.1, p. S29-S42, 2014.

ZARZAR, A. L. B. Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. In: CONCURSO INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO, 13., 2008, Brasília, DF. **Ações premiadas no...** Brasília, DF: ENAP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/345/1/programa%20de%20documentação%20da%20trabalhadora%20rural.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ZUKOWSKI, J. C. **Gestão de riscos na agricultura familiar**: Interação entre o SEAF e o Sistema de ATER. 2005. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/seafID-Ltha1gJ3uZ.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

Projeto Bem Diverso

O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e foram até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo, MG, e TC Médio Mearim, MA, no bioma Cerrado; TC Sobral, CE, e TC Sertão de São Francisco, BA, no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba, AC, e TC Marajó, PA, no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato:

Parque Estação Biológica (PbEB), s/n 70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br



Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato:

Rua da Prainha, 551, Bairro São Benedito,
65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 /
(99) 3634-1463

www.assema.org.br





Amazônia Oriental



Parceria



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

